

2º CICLO

MESTRADO EM RISCOS, CIDADES E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PREVENÇÃO DE RISCOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

## **Sistema de Informação Cadastral Simplificado**

Análise da Implementação do Balcão Único do Prédio (BUPi) em municípios do Norte de Portugal

Miguel Rocha Leandro

**M**

2022





Miguel Rocha Leandro

## **Sistema de Informação Cadastral Simplificado**

Análise da Implementação do Balcão Único do Prédio (BUPi) em municípios do Norte de Portugal

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território

### **Orientador Académico**

Professor Doutor António Alberto Teixeira Gomes.

### **Orientador da Instituição de Estágio**

Dr. Eurico Sérgio Duarte Loureiro, *general manager* na ÉRRE-LRB.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Setembro 2022

Miguel Rocha Leandro

## **Sistema de Informação Cadastral Simplificado**

Análise da Implementação do Balcão Único do Prédio (BUPi) em municípios do Norte de Portugal

Relatório de estágio realizado no âmbito do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, com orientação académica do Professor Doutor António Alberto Teixeira Gomes e orientação na empresa pelo Dr. Eurico Sérgio Duarte Loureiro, *general manager* na ÉRRE-LRB.

### **Membros do Júri**

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*A todos, que mesmo poucos,  
são o que realmente importa!*

# Índice

<b>Declaração de honra</b>	<b>5</b>
<b>Agradecimentos</b>	<b>6</b>
<b>Resumo</b>	<b>8</b>
<b>Abstract</b>	<b>9</b>
<b>Glossário</b>	<b>13</b>
<b>Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo I - Enquadramento</b>	<b>18</b>
1.1 Âmbito	18
1.1.1 Instituição de estágio	19
1.2 Objetivos e Plano de trabalho	20
1.3 Cadastro Territorial	21
1.3.1 Cronologia das Tentativas de Execução Cadastral em Portugal	22
1.3.2 O Cadastro Geométrico e o Cadastro Predial	24
1.4 Variáveis que influenciam a execução do cadastro	27
1.4.1 Geomorfologia do Território Português	27
1.4.2 O Uso e ocupação do território: Urbano vs Rústico	29
1.4.3 Estrutura Fundiária Nacional (Minifúndio e Latifúndio)	29
1.5 Sistema de Informação Cadastral Simplificado (SICS)	30
1.5.1 Balcão Único do Prédio (BUPi)	31
<b>Capítulo II – Área de Estudo</b>	<b>34</b>
2.1 Área de Estudo Geral: NUT II – Norte	35
2.2 Áreas de Estudo Específicas	38
2.2.1 Município de Mondim de Basto	38

2.3.2 Município de Fafe	41
2.3.3 Município da Póvoa de Varzim	44
2.3.4 Município de Esposende	48
<b>Capítulo III – Procedimento metodológico e instrumental</b>	<b>51</b>
3.1. Pesquisa e análise bibliográfica	51
3.2 Caracterização geográfica da área de estudo	52
3.3 Recolha dos dados do processo de implementação	53
3.4 Recolha dos testemunhos dos TH BUPi e dos AEPI	54
3.5 Representação cartográfica e gráfica	56
3.6 Análise dos resultados da implementação e das estratégias adotadas pelos municípios	57
<b>Capítulo IV – Resultados e Discussão</b>	<b>58</b>
4.1. Explicação do Procedimento	58
4.1.1 Fases da Implementação BUPi	59
4.2. Resultados numéricos, gráficos e cartográficos	70
4.2.1 Resultados do Número de RGG e Matrizes realizadas na NUT II - Norte e em Portugal Continental	71
4.2.2 Resultados do Número de RGG e Matrizes realizadas na AMP e nas CIM em Estudo	72
4.2.3 Resultados do Número de RGG realizadas no Município de Mondim de Basto	75
4.2.4 Resultados do Número de RGG realizadas no Município de RGG Fafe	76
4.2.5 Resultados do Número de RGG realizadas no Município de Esposende	77
4.2.6 Resultados do Número de RGG realizadas no Município da Póvoa de Varzim	78
4.3 Resultado do questionário aos TH BUPi e aos AEPI	79

<b>Capítulo V - Considerações Finais</b>	<b>92</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>95</b>
<b>Anexos</b>	<b>99</b>

## **Declaração de honra**

Declaro que o presente relatório é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Setembro de 2022

Miguel Rocha Leandro

## **Agradecimentos**

Quero começar por agradecer à Faculdade de Letras da Universidade do Porto e ao Departamento de Geografia, na pessoa da Diretora de Mestrado, Professora Doutora Helena Madureira, e a todos os professores do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território pela oportunidade de frequentar este ciclo de estudos e por todos os conhecimentos que nos transmitiram durante estes últimos (pandémicos) anos.

Agradecer ao meu orientador académico, Professor Doutor António Alberto Teixeira Gomes, e ao orientador na empresa de estágio Dr. Eurico Loureiro, por todo o apoio e pela oportunidade de realizar este estágio.

A todos os colegas do Grupo ÉRRE e principalmente aos da ÉRRE-LRB por todo o apoio e pelos conhecimentos vários que me foram transmitidos. Agradecer todo o apoio e simpatia dos funcionários das câmaras municipais, juntas de freguesia e de várias outras instituições, que me receberam sempre de uma forma muito profissional e com apreço.

A todos os colegas do MRCOT e de MSIGOT, por toda a ajuda e por todos os momentos que partilhámos juntos, que mesmo poucos por causa da pandemia, marcaram o meu percurso. Deixo aqui um especial agradecimento ao Rui Barbosa, ao Luiz Fernando, ao Guilherme Sequeira, e ao Henrique Costa.

Ao Matteo Cola, ao João Rodrigues, ao Nuno Vasconcelos, ao Luís Cavadas, por serem muito mais que colegas de trabalho e a quem tenho apreço por chamar de amigos.

Aos meus colegas, professores e amigos da Licenciatura na NOVA-FCSH (Lisboa) que me ajudaram a estar aqui hoje.

À Ana Mendes, que foi sempre muito mais do que uma colega de faculdade e que mesmo longe está sempre presente para ajudar e apoiar.

Aos da Terrinha, à Joana Timóteo, ao Pedro Cipriano e à Rute Marques, que sempre cá estiveram e espero que sempre cá estejam.

Aos das “Boleias”, que mesmo estando cada um na sua ponta, fazem valer cada encontro.

À família Pires de Lima, por me receberem e albergarem de braços abertos nestes últimos meses, sem vocês teria sido tudo mais difícil.

À minha Beatriz, a quem sempre prometi não agradecer, mas que sou mais uma vez obrigado a quebrar essa promessa, muito obrigado pela paciência, por todo o apoio e por estares sempre aqui, sem ti não teria sido capaz.

E por fim à minha família, que mesmo longe, estão sempre lá, que mesmo sem sabermos demonstrar o que sentimos, sentimos e que mesmo não dizendo, gostamos.

Obrigado!

## Resumo

O cadastro é uma ferramenta fundamental para a gestão territorial de um país e para o incremento da funcionalidade de diversos setores de atividade, uma vez que permite saber a quem pertencem os terrenos, e assim criar melhores estratégias para planear o futuro do território.

Desde 1801 que têm sido realizadas diversas tentativas de exploração do cadastro em Portugal. Esta temática há muito que se encontra na agenda política portuguesa e, ao longo do século XX e início do século XXI, recorreram-se a diversas metodologias para a realização do cadastro, no entanto, todas com resultados insuficientes.

Após anos de constantes incêndios e de tantas vezes ter sido referida a urgência de colmatar esta falha, em 2017, e com a tragédia na zona centro de Portugal foi tomada uma posição, surgindo o Sistema de Informação Cadastral Simplificado (SICS), como um projeto piloto em 10 municípios. Já em 2021, após o sucesso do projeto piloto, o SICS expandiu-se para a grande maioria dos municípios onde ainda não existia qualquer tipo de cadastro realizado nas décadas anteriores.

O trabalho descrito neste relatório tem como foco a análise dos primeiros meses de implementação do Balcão Único do Prédio (BUPi) em alguns concelhos do Norte de Portugal, com base na experiência adquirida como Técnico Habilitado (TH BUPi) no atendimento no balcão em quatro municípios (Mondim de Basto, Fafe, Póvoa do Varzim e Esposende) e ainda com testemunhos de outros TH da NUTS-II .

Durante os 11 meses de trabalho, foi dado um contributo pessoal como TH BUPi de mais de 3700 processos, divididos pelos 4 municípios. Um número elevado, mas que, quando comparado com os mais de 80% dos terrenos que ainda faltam identificar parece insignificante. Assim, foram propostas estratégias que permitirão ultrapassar as dificuldades sentidas nos primeiros meses do projeto.

**Palavras-chave:** BUPi, Cadastro, EMESICS, Portugal, SICS.

## **Abstract**

The cadastre is a key tool for the territorial management of a country and for increasing the functionality of several sectors of activity, since it allows to know who owns which land and thus create better strategies to plan the future of the territory.

Since 1801, have been made several attempts to explore the cadastre in Portugal. This topic has long been on the Portuguese political agenda and, throughout the 20th century and early 21st century, several methodologies were used to develop the cadastre, however, all with results that left much to be desired.

After years of constant fires and the urgent need to fill this gap had been mentioned many times, in 2017 a decision was taken after the tragedy in central Portugal, and the Simplified Cadastral Information System (SICS) emerged as a pilot project in 10 counties. In 2021, after the success of the pilot project, the SICS was expanded to most of the counties where there was still no type of cadastre carried out in the previous decades.

The work described in this report focuses on the analysis of the first months of implementation of the Balcão Único do Prédio (BUPi) in the North of Portugal, based on the experience gained as a qualified technician (TH BUPi) attending the counter in four counties (Mondim de Basto, Fafe, Póvoa do Varzim and Esposende) and also with testimonials from other TH of NUTS-II .

During the 11 months of work, a personal contribution of more than 3700 cases was made as TH BUPi, divided between the 4 counties. A high number but, when compared with the more than 80% of the territories that still must be registered, seems insignificant. Thus, strategies have been proposed to overcome the difficulties experienced in the first months of the project.

**Key-words:** BUPi, Cadastro, EMESICS, Portugal, SICS.

## Índice de Figuras

Figura 1 – Cronologia da Execução Cadastral em Portugal	23
Figura 2 - Cartografia dos Concelhos com CGPR e Cadastro Predial Experimental	24
Figura 3 - Hipsometria (A) e Declives (B) - Portugal Continental (Fonte: ESRI, 2022)	28
Figura 4 - Cronograma Projeto Piloto BUPi (Fonte: Adaptado EMESICS, 2022)	32
Figura 5 - Localização das Áreas de Estudo – AEG e AEE (Fonte: DGT, 2022)	34
Figura 6 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção - AEG- NUT II Norte (Fonte: INE, 2022).	35
Figura 7 - Uso e Ocupação do Solo – AEG - NUT II Norte (Fonte: DGT, 2022).	36
Figura 8 - Hipsometria - AEE – NUT II Norte (Fonte: ESRI, 2022).	37
Figura 9 - Declive - AEG– NUT II Norte (Fonte: ESRI, 2022).	38
Figura 10 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção – AEE -Município de Mondim de Basto (Fonte: INE, 2022)	39
Figura 11 - Uso e Ocupação do Solo- AEE - Município de Mondim de Basto (Fonte: DGT, 2022).	40
Figura 12 - Hipsometria (A) e Declives (B) – AEE – Município de Mondim de Basto (Fonte: ESRI, 2022)	41
Figura 13 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção - AEE – Município de Fafe (Fonte: BGRI 2021).	42
Figura 14 - Uso e Ocupação do Solo – AEE – Município de Fafe (Fonte: DGT, 2022)	43
Figura 15 - Hipsometria (A) e Declives (B) – AEE – Município de Fafe (Fonte: ESRI, 2022)	44
Figura 16 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção - AEE– Município da Póvoa de Varzim	45
Figura 17 - Uso e Ocupação do Solo – AEE – Município da Póvoa de Varzim (DGT, 2022)	46
Figura 18 - Hipsometria (A) e Declives (B) – AEE – Município da Póvoa de Varzim (Fonte: ESRI, 2022)	47
Figura 19 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção – AEE – Município de Esposende.	48

Figura 20 - Uso e Ocupação do Solo – AEE – Município de Esposende (Fonte: DGT, 2022)	49
Figura 21 - Hipsometria (A) e Declives (B) – AEE – Município de Esposende (Fonte: ESRI, 2022)	50
Figura 22 - Fases da Implementação do Projeto BUPi	59
Figura 23 - Balcões físicos BUPi	62
Figura 24 - Sessões de Esclarecimento BUPi	62
Figura 25 - Aplicação BUPi (Fonte: BUPi, 2022)	69
Figura 26 - Resultados RGG BUPi - Nov. 2021 a Ago. 2022 – AEE - Município de Mondim de Basto – CIM Ave (Fonte: EMESICS, 2022)	75
Figura 27 - Resultados RGG BUPi – Nov. 2021 a Ago. 2022 – AEE - Município de Fafe – CIM Ave (Fonte: EMESISC, 2022)	76
Figura 28 - Resultados RGG BUPi – Nov. 2021 a Ago. 2022 – AEE - Município de Esposende – CIM Cávado (Fonte: EMESISC, 2022)	77
Figura 29 - Resultados RGG BUPi - Nov. 2021 a Ago. 2022 – AEE - Município da Póvoa de Varzim	78

## Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Resultados das Matrizes do RGG da NUT II - Norte e de Portugal Continental (Fonte: EMESICS, 2022) .....	71
Gráfico 2 - Evolução Média do Nº de RGG por Mês - Municípios CIM do Ave (Fonte: EMESICS, 2022).....	72
Gráfico 3 - Evolução Média do Nº de RGG por Mês - Municípios CIM do Cávado (Fonte: EMESICS, 2022).....	73
Gráfico 4 - Evolução Média do Nº de RGG por Mês - Municípios AMP (Fonte: EMESICS, 2022).....	74
Gráfico 5 - Natureza (A) e Idade (B) dos Inquiridos.....	79
Gráfico 6 - Habilitações Literárias dos Inquiridos.....	80
Gráfico 7 - Área de Formação dos Inquiridos.....	81
Gráfico 8 - Importância do BUPi no Ordenamento Territorial e na Tomada de Decisão a Nível Local e Nacional.....	82
Gráfico 9 - Importância do BUPi na Prevenção e Mitigação dos Riscos de Incêndio.....	82
Gráfico 10 - Avaliação da Estratégia de Comunicação do BUPi a Nível Nacional – Set. 2021 a Set. 2022 .....	83
Gráfico 11 - Avaliação da Implementação do BUPi a Nível Municipal - Set. 2021 a Set. 2022 .....	84
Gráfico 12 - Principais Dificuldades no Início do Processo Implementação BUPi - Escala Municipal .....	85
Gráfico 13 - Avaliação das Estratégias de Comunicação BUPi - Nível Municipal - Set. 2021 a Set. 2022 .....	86
Gráfico 14 - Estratégias de Comunicação Adotadas - Escala Municipal.....	87
Gráfico 15 - Principais dificuldades no BUPi - Agosto e Setembro 2022.....	87
Gráfico 16 - Prospetiva das Estratégias Aplicadas - Nível Município .....	88
Gráfico 17 - Identificação de Problemas / Lacunas na plataforma BUPi .....	89
Gráfico 18 - Principais Problemas/Lacunas Identificadas na Plataforma BUPi .....	90

## Glossário

**Promotores** – *“os interessados ou a entidade pública responsável pela promoção do procedimento de representação gráfica georreferenciada”*.

**Possuidor** - Aquele que se arroga proprietário, mas que não tem a inscrição atualizada na matriz. (BUPi, 2022a)

**Proprietário** - Aquele(s) que está inscrito no registo predial (consta na Conservatória). (BUPi, 2022a)

**Técnico Habilitado BUPi** – Colaborador do município com habilitação técnica para realizar operações de georreferenciação e que se encontra inscrito na plataforma BUPi. (BUPi, 2022a)

**Titular** – Titular inscrito na matriz é aquele que consta na caderneta predial. (BUPi, 2022a)

**Interessado** - Aquele(s) que estão inscritos na matriz das finanças (consta na caderneta predial). (BUPi, 2022a)

**Representante** - Aquele que representa o proprietário ou o interessado através de um instrumento de mandato. É aquele que representa: (a) o proprietário, através de uma procuração, na qualidade de procurador; (b) o proprietário, na qualidade de advogado, notário ou solicitador, desde que seja identificado pela sua cédula profissional; (c) o proprietário, na qualidade do cônjuge, representante de pessoa coletiva ou outro, através de uma Procuração ou do Modelo de Representação. (BUPi, 2022a)

**Cadastro Predial** – define com rigor as características de cada prédio rústico ou urbano, designadamente a localização, configuração, limites e áreas do imóvel e das suas partes sociais edificadas, fazendo -o com base em ortofotomapas com validade oficial, disponibilizando acesso a essa informação através da Internet, que está a cargo da Direcção -Geral do Território onde se integrou o ex -IGP; (Beires. R.S., et al., 2013)

**Matriz das Finanças** – divide-se em matriz predial rústica e matriz predial urbana, constitui o inventário fiscal de todos os prédios rústicos e urbanos de cada freguesia e concelho, a que se tem de comunicar, antecipada ou posteriormente, quaisquer actos

de alteração das características, mudança de utilização ou titular, etc., para poder oficializar esses actos; (Beires. R.S., et al., 2013)

**Registo Predial** - que se efetua na conservatória do registo predial, é o arquivo oficial onde se registam e confirmam todos os direitos de propriedade e outros direitos e ónus sobre os imóveis, sem conhecimento atualizado do qual nenhum acto jurídico (compra, venda, hipoteca, etc.) pode ser realizado sobre um prédio rústico ou urbano, ou sobre uma parte ou fracção destes. (Beires. R.S., et al., 2013)

**NUTS** – “A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos – NUTS foi criada pelo EUROSTAT com os Institutos Nacionais de Estatística dos diferentes países da União Europeia (UE) para efeitos de análise estatística de dados, com base numa divisão coerente e estruturada do território económico comunitário” (INE, 2015)

## Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

AEE.....	ÁREA DE ESTUDO ESPECÍFICA
AEPI.....	AGENTES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO
AEG.....	ÁREA DE ESTUDO GERAL
AMP.....	ÁREA METROPOLITANA DO PORTO
AT.....	AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA
SICS .....	SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADO
BUPI .....	BALCÃO ÚNICO DO PRÉDIO
CGPR.....	CADASTRO GEOMÉTRICO DA PROPRIEDADE RÚSTICA
CM.....	CÂMARA MUNICIPAL
DGT.....	DIREÇÃO GERAL DO TERRITÓRIO
FLUP.....	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
FTTH.....	<i>FIBER-TO-THE-HOME</i>
GPS.....	<i>GLOBAL POSITIONING SYSTEM</i>
HAB.....	HABITANTES
EMESICS.....	ESTRUTURA DE MISSÃO PARA A EXPANSÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO CADASTRAL SIMPLIFICADA
IRN.....	INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO
NUT.....	NOMENCLATURA DAS UNIDADES TERRITORIAIS PARA FINS ESTATÍSTICOS.
OT.....	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
PDM.....	PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS
PMDFCI.....	PLANOS MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS
TH BUPI.....	TÉCNICO HABILITADO BALCÃO ÚNICO DO PRÉDIO
UC.....	UNIDADE CURRICULAR
SiNERGIC.....	SISTEMA NACIONAL DE EXPLORAÇÃO E GESTÃO DE INFORMAÇÃO CADASTRAL
SIG.....	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

## Introdução

O Cadastro Predial é o registo que permite a caracterização e identificação dos terrenos/prédios existentes num dado território, bem como dos proprietários desses mesmos prédios. Este registo é um processo administrativo e metódico, com potencial de aplicação em diversas áreas, e que idealmente permite manter a informação sobre o território do país atualizada.

Contudo, em Portugal, a realidade do cadastro fica muito aquém deste cenário ideal. Existem atrasos significativos, quer a nível de cobertura do território, quer a nível de suporte da informação. A ausência de um sistema cadastral eficaz em Portugal, já é falada desde o início do século XX. Ao longo dos anos, foram realizadas diversas tentativas de execução cadastral, mas todas apresentavam problemas como a tecnologia desajustada, a complexidade e demora no processo de recolha de dados, a ausência de mecanismo de fiscalização, a indefinição dos dados a constar no registo, entre outros. Assim, uma vez que nenhuma das tentativas realizadas para colmatar a ausência de cadastro se revelou eficaz e a problemática foi-se arrastando.

Com a catástrofe dos incêndios do verão de 2017 percebeu-se, mais uma vez, as consequências de não conhecer os proprietários dos terrenos, uma vez que não foi possível avisar os proprietários que as suas propriedades estavam em risco, nem foi possível alertar, no início da época e a título preventivo, relativamente ao não cumprimento de obrigações de zelo das propriedades. (GOV. PT., s.d.)

Após esta catástrofe, surgiu, a 1 de setembro de 2017, um novo sistema cadastral, o Sistema de Informação Cadastral Simplificado (SICS). Com uma tecnologia mais avançada relativamente aos sistemas anteriores, o SICS surgiu com o objetivo de, tal como o nome indica, simplificar o processo de registo das propriedades agilizando a identificação dos proprietários. (Diário da República, 1.ª série — N.º 158/2017, de 17 de agosto: Lei nº78/2017)

Para tal, foi ainda criada, uma plataforma eletrónica que junta toda a informação considerada relevante sobre os diferentes prédios, o Balcão Único do Prédio (BUPi). (GOV. PT., s.d.)

O BUPi é um balcão físico e virtual que opera numa plataforma eletrónica, tendo como objetivo identificar e mapear o território (BUPi, 2022c), identificando os limites das propriedades e relacionando-as com os seus titulares. (BUPi, 2022d)

O BUPi arrancou como um projeto piloto em 10 municípios e, em 2021, expandiu-se para a grande maioria dos municípios onde ainda não existia qualquer tipo de cadastro realizado nas décadas anteriores.

O trabalho desenvolvido ao longo deste relatório enquadra-se no atual contexto cadastral português, nomeadamente na expansão do projeto de execução cadastral da propriedade rústica (SICS – BUPi). Assim, é apresentada uma análise multidisciplinar à implementação do BUPi no primeiro ano do projeto, nomeadamente à identificação de problemáticas e às estratégias e métodos utilizados pelos técnicos nos municípios do Norte de Portugal

A frase de Dale e McLaughlin serviu de mote para este trabalho: “A questão não é quanto custa a um país ter o Cadastro, mas sim quanto custa não o ter”. (Dale and McLaughlin, 1999).

# Capítulo I - Enquadramento

## 1.1 Âmbito

O presente relatório foi realizado no âmbito da Unidade Curricular (UC) Estágio do 2º ciclo de estudos em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território, ministrado pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). O estágio curricular foi realizado na empresa ÉRRE-LRB - Investimentos e Consultoria LDA do Grupo ÉRRE, sediado em Braga, entre os meses de setembro de 2021 e março de 2022 e foi orientado pelo Professor Doutor António Alberto Gomes (orientador académico) e pelo Dr. Eurico Sérgio Duarte Loureiro (orientador da instituição de estágio) . Após o término do mesmo, o projeto continuou em regime de estágio profissional, levando a que fosse possível continuar a recolha de dados e resultados.

A escolha do estágio curricular como UC de 2º ano deveu-se, em grande parte, à necessidade de aproximação ao trabalho de campo, nomeadamente após dois anos de confinamento em que grande parte dos trabalhos foram realizados em modo digital. Assim, com esta UC, procurou-se perceber o que é esperado de um geógrafo no mercado de trabalho, aliando os conhecimentos científicos e técnicos adquiridos ao longo do ciclo de estudos com a obtenção de experiência no meio profissional.

No âmbito do estágio realizado na empresa ÉRRE LRB, foi possível contactar com diversas temáticas que constituem o planeamento e ordenamento territorial à escala nacional e à escala autárquica, desde Planos Diretores Municipais (PDM), Planos Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), levantamento de espaços verdes urbanos (Drone e GPS de Alta precisão) e, principalmente, o Sistema de Informação Cadastral Simplificado, onde se centraram os casos de estudo apresentados neste Relatório, nomeadamente a sua implementação através do Balcão Único do Prédio (BUPi).

### 1.1.1 Instituição de estágio

O GRUPO ÉRRE é um grupo de empresas com sede na cidade de Braga, mas cujas operações se estendem a todo o território nacional e em vários países do mundo. (Grupo Érre, 2022) Com o slogan "*Dream. Work. Enjoy*" as várias empresas abrangem diferentes áreas de negócio, em universos distintos e complementares, com equipas multifacetadas em competências que vão desde os sistemas de informação geográfica, à tecnologia, ao design e à comunicação. (Grupo Érre, 2022)

O Grupo é então constituído por cinco empresas, a saber:

**ÉRRE-TECHNOLOGY**, uma empresa de tecnologias de informação que tem vindo a desenvolver a sua atividade em Portugal e nos países africanos de uma forma sustentada e progressiva. É constituída por consultores e arquitetos de sistemas que concebem soluções específicas e integradas para serem aplicadas nos processos de produção, armazenamento e transmissão de informação.

**SUPPLY IT**, uma empresa dedicada à comercialização de equipamento informático. Fornece uma grande variedade de produtos tais como servidores, computadores fixos e portáteis, impressoras, software, equipamento de rede, entre outros.

**ÉRRE-DESIGN & EDITORIAL**, é uma empresa que fornece serviços relacionados com o universo da comunicação, tais como: *design, branding, paginação, web design*, desenvolvimento de aplicações móveis, marketing, criação de conteúdos, gestão de redes sociais, fotografia, vídeo e outros suportes multimédia.

**U ROCK**, é uma empresa que promove e organiza eventos, produtora de espetáculos. Também é consultora na produção de variadas formas de negócio.

**ÉRRE-LRB**, é uma empresa de consultoria ambiental, com uma multiplicidade de serviços, englobando várias áreas de atuação: ambiente, turismo, Sistemas de Informação Geográfica (SIG) (implementação e manutenção), cadastro, cálculo, redes Fiber-to-the-Home (FTTH) (planeamento e conceção), inteligência artificial (ao serviço da gestão territorial e patrimonial), entre outros.

## 1.2 Objetivos e Plano de trabalho

A ÉRRE-LRB realiza diversos trabalhos entre os quais a prestação de serviços para municípios e freguesias, relacionados com a implementação do SICS, nomeadamente do BUPi<sup>1</sup>.

O presente relatório apresenta uma análise realizada ao trabalho desenvolvido pela empresa na implementação do BUPi no Norte do país, entre os meses de setembro de 2021 e setembro de 2022. Assim, o principal objetivo será fazer uma análise multidisciplinar à sua implementação, nomeadamente na identificação dos desafios e dificuldades, bem como nas estratégias e métodos utilizados pelos técnicos nos diversos municípios para colmatar as mesmas.

Para compreender as necessidades que levaram à criação do SICS, de que forma o mesmo funciona e como está a ser feita a implementação do BUPi, foi delineada uma estratégia baseada em 6 tarefas:

- Pesquisa e análise bibliográfica (cadastro - conceito, problemática e tentativas de resolução);
- Caracterização geográfica da área de estudo;
- Recolha de dados do processo de implementação (ÉRRE-LRB, municípios e Estrutura de Missão do BUPi);
- Recolha de testemunhos de Técnicos Habilitados BUPi (TH BUPi) e de outros Agentes Envolvidos no Processo de Implementação (AEPI);
- Representação cartográfica e gráfica dos dados recolhidos;
- Análise dos resultados da implementação e das estratégias adotadas pelos municípios.

---

<sup>1</sup> Exemplos de adjudicações à empresa disponíveis em:

<https://www.base.gov.pt/Base4/pt/pesquisa/?type=contratos&adjudicatariaid=646383>

### 1.3 Cadastro Territorial

O cadastro territorial é uma base fundamental para diversos setores de atividade e para a gestão do território, uma vez que permite conhecer quem são os proprietários efetivos do território. Isto leva a que, de modo geral, os países promovam iniciativas para a melhoria dos seus sistemas cadastrais. (Pimenta, R., et al. s.d.)

Na Europa, os sistemas, as metodologias de aplicação e o conteúdo dos sistemas de cadastro, diferem de país para país, não existindo uma solução única. (Pimenta, R., et al. s.d.) Essas diferenças podem ser explicadas pelas influências históricas, culturais e sociais, e encontram-se mais ou menos definidas na legislação de cada um desses países. (Pimenta, R., et al. s.d.)

Portugal, tendo em conta o restante contexto Europeu, faz parte do pequeno grupo de países que ainda não tem “cobertura cadastral geométrica”. (Beires. R.S., et al., 2013). De acordo com a Direção Geral do Território (DGT), em 2018, apenas 50% do território português tinha cobertura cadastral geométrica, valor que não sofreu alterações desde 1994. (DGT, 2022a) Portugal, de forma a realizar o Cadastro, aprovou diversas leis ao longo de um período que teve início há mais de dois séculos, visando ajustar os processos necessários aos meios humanos, administrativos e técnicos próprios de cada época. (Beires. R.S., et al., 2013)

Segundo a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado (EMESICS), *“Em Portugal, a falta de conhecimento dos limites e titularidade das propriedades reduz a eficiência no planeamento e gestão do território no combate aos incêndios rurais e na criação de valor económico a partir dos nossos recursos naturais.”* (BUPi, 2022e)

### 1.3.1 Cronologia das Tentativas de Execução Cadastral em Portugal

Segundo Beires et al. (2013), os primeiros passos e referência oficial para a execução do cadastro nacional, foi dado em 1801 por meio de Alvará Régio.(Bandeira, M.S.M., 2011; Beires. R.S., et al., 2013) (Figura 1) Esse Alvará determinava “a execução de um cadastro geométrico da propriedade rústica e urbana com a finalidade de controlar as fugas ao imposto de sisa<sup>2</sup>”, previa ainda “um mecanismo de conservação que passava pela obrigatoriedade do registo da titularidade do direito de propriedade”. (Bandeira, M.S.M., 2011; Navarro, 2017; Silva, M.A., 2014.) De acordo com Bandejas (2011) que cita o Alvará Régio, esta execução cadastral deveria dar origem a um conjunto de livros, um primeiro com cartas onde se descrevessem e figurassem todas as “*Herdades, Quintas, Fazendas e outros bens, assim rurais como urbanos*”, um segundo livro onde fossem registados os títulos dos possuidores das propriedades do primeiro e onde seria obrigatório realizar o registo de todas as mudanças de possuidor. (Bandeira, M.S.M., 2011)

Mais tarde, na década de 1920, foi introduzido o conceito de Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR) (Figura 1), sendo definido como uma metodologia de “*finalidade essencialmente fiscal, (que) permite o conhecimento da localização dos prédios rústicos, a sua configuração geométrica, área e confrontações.*”.(DGT, 2022a)

Apesar de ser reconhecida nos preâmbulos da legislação portuguesa, a importância do cadastro, à exceção do que foi realizado entre os anos de 1930 e 1970, pouco foi feito para a sua realização.(Pimenta, R., et al., s.d.) Nos últimos 30 anos, foram realizadas diversas tentativas e iniciativas de elaboração de protótipos, no entanto a maioria dos dados não foram oficialmente publicados, nem foi conhecido qualquer retorno dos elevados custos que estas tiveram para o país. (Pimenta, R., et al., s.d.)

---

<sup>2</sup> “Imposto sobre transações de compra e venda ou dação em pagamento de troca de propriedade imobiliária” (Ciberdúvidas da Língua Portuguesa., 2022), foi substituído em 2004 pelo Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis.

Em 1995 foi introduzido o conceito de “*Cadastro Predial*”, através do Regulamento do Cadastro Predial (Decreto-lei nº 172/95 de 18 de julho) (Figura 1), que “*permite o conhecimento dos prédios por referência à sua localização administrativa e geográfica, configuração geométrica e área.*” (DGT, 2022e)

Mais recentemente, surgiram referências ao conceito de “*cadastro multifuncional*”, de modo a ir ao encontro da terminologia internacional. (Pimenta, R., et al. s.d.). Entre 2006 e 2007 foi criado o Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SiNErGIC) e deu-se posteriormente início ao que foi o Cadastro Predial Experimental (Figura 1) em sete concelhos: Oliveira do Hospital, Seia, Loulé, Tavira, São Brás de Alportel, Paredes e Penafiel. Mais tarde, em 2017, foi então iniciado o SICS (Pimenta, R., et al. s.d.; DGT., 2022b).



Figura 1 – Cronologia da Execução Cadastral em Portugal

### 1.3.2 O Cadastro Geométrico e o Cadastro Predial

O Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR), vigorou em todo o país, a partir do ano de 1926, até à sua substituição pelo Cadastro Predial em 1995. Apesar dessa substituição, o CGPR ainda hoje se encontra em vigor no que se pode considerar a metade sul do continente, em cinco concelhos do Norte (Figura 2) e nas ilhas. Este tipo de cadastro será mantido até que seja renovado formalmente pelo SICS. (Beires. R.S., et al., 2013)

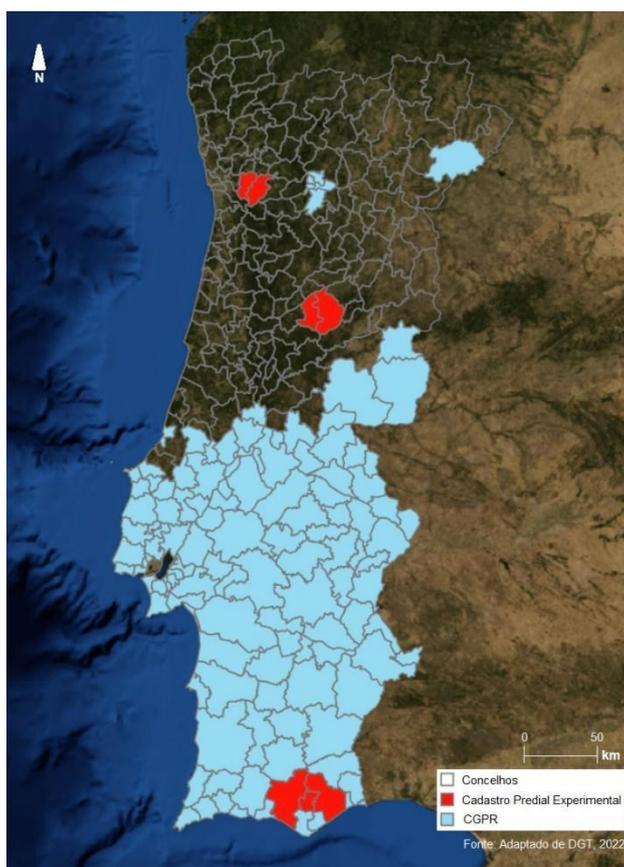


Figura 2 - Cartografia dos Concelhos com CGPR e Cadastro Predial Experimental

O Decreto nº 11859 de 7 de julho de 1926, definiu os objetivos e a metodologia de trabalho do CGPR, determinando que o cadastro geométrico “*será feito por freguesia, será parcelar e uniforme, fundado na avaliação e terá por objetivos fornecer os elementos necessários para servir de base: a) a identificação da propriedade imobiliária rústica; b) o lançamento da contribuição predial rústica; c) a remodelação do regime de propriedade rústica; d) o levantamento da carta, em grande escala, do país.*” (Beires.

R.S., et al., 2013; Diário da República, 1ª Série - N.º 145/1926, de 7 de julho - Decreto n.º 11859)

De modo a executar o cadastro geométrico o decreto definiu que os serviços “... *efectuarão a delimitação e a demarcação dos territórios de cada freguesia e de todos os prédios rústicos nela compreendidos*”, o levantamento cadastral seria “... *efectuado por peritos oficiais, com a assistência facultativa das partes interessadas*”, as propriedades seriam delimitadas tendo como base as informações recolhidas e seriam inscritos os “*prédios no nome dos respetivos proprietários que resultarem do acto do levantamento*”. Na existência de divergências, eram considerados “*os possuidores de facto, com a reserva de todo o direito*”. (Beires. R.S., et al., 2013; Diário da República, 1ª Série - N.º 145/1926, de 7 de julho - Decreto n.º 11859)

É também importante referir o facto de que, quando não fosse possível identificar os proprietários dos terrenos, estava determinado que “*os bens de que se não possa conhecer os proprietários serão provisoriamente inscritos como bens nacionais*”, nomeadamente como pertencentes ao Estado. (Beires. R.S., et al., 2013; Diário da República, 1ª Série - N.º 145/1926, de 7 de julho - Decreto n.º 11859)

O CGPR foi o primeiro cadastro da propriedade com carácter sistémico, considera-se que foi um cadastro de base fiscal, com levantamentos cadastrais realizados entre 1926 e 1994 o que resultou na conclusão do mesmo em 128 municípios, incluindo 10 nas Regiões Autónomas. (Hespanha, J.P.,2017)

Em 1995 e com a publicação do Decreto-Lei n.º 172/95, foi aprovado o Regulamento do Cadastro Predial que deu origem a um novo conceito de cadastro, o Cadastro Predial. Este apresentou inovação e diferenças consideráveis quando comparado ao conceito de CGPR de 1926, pois os instrumentos, os processos e o tempo disponível para o realizar eram bastante distintos. (Beires. R.S., et al., 2013; Diário da República, 1ª Série - N.º 164/1995, de 18 de julho: Decreto-Lei n.º 172/95.)

O referido Regulamento define Cadastro Predial como “*o conjunto de dados que caracterizam e identificam os prédios existentes em território nacional*”. (Beires. R.S., et

al., 2013; Diário da República, 1ª Série - N.º 164/1995, de 18 de julho: Decreto-Lei n.º 172/95.)

O SINERGIC foi criado com o principal propósito de resolver os problemas da implementação do Cadastro Predial (Decreto-lei 172/95), nomeadamente a falta de conclusão do processo devido à não harmonização dos registos (fiscais, legais e geométricos). (Hespanha, J.P.,2017)

Iniciou-se através de um projeto piloto na freguesia de Albergaria dos Doze, município de Pombal, depois do lançamento dos concursos públicos para a execução cadastral. (Hespanha, J.P.,2017)

#### **1.3.2.1 As Principais Diferenças entre o CGPR e o Cadastro Predial**

Existem várias diferenças entre o Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica e o Cadastro Predial (Beires. R.S., et al., 2013), nomeadamente:

- total cobertura do território, passando a abranger também os prédios urbanos (para além dos rústicos já abrangidos);
- validação do negócio jurídico, assegurando correspondência direta entre a descrição no registo predial e prédio no terreno;
- criação de um cartão de identificação do prédio com um número de identificação predial único, que será obrigatório para a Administração Pública e para todos os atos jurídicos;
- abertura ao mercado privado da produção de informação cadastral<sup>3</sup>;
- classificação como «cadastro diferido» de todas as zonas ou prédios sem dados registrais no Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), distinguindo os prédios cadastrados para efeitos legais, de modo a cumprir com a exigência de correspondência entre a descrição no registo predial e a realidade do prédio no terreno.

---

<sup>3</sup> Adjudicação a entidades privadas.

## **1.4 Variáveis que influenciam a execução do cadastro**

O cadastro das propriedades é fortemente influenciado por vários fatores. Neste relatório foram identificados 3 fatores que condicionam em forte medida, a facilidade ou dificuldade da execução cadastral em Portugal, sendo eles a geomorfologia, o uso e ocupação do solo, e a estrutura fundiária do território.

### **1.4.1 Geomorfologia do Território Português**

Geomorfologicamente, Portugal distingue-se da vizinha Espanha, onde predominam as “*regiões de terras altas e de estreita orla litoral*” (Ribeiro, O., 1945) apresentando, na maioria do seu território, áreas de baixa altitude, particularmente a sul da Cordilheira Central e no litoral. Aproximadamente 71% do solo encontra-se a menos de 400 metros e apenas 12% acima de 700 metros. (Ribeiro, O., 1945) Para além de existir uma discrepância muito considerável entre as áreas de baixa e de elevada altitude, também espacialmente, o relevo apresenta-se distribuído de forma desigual entre o Norte e o Sul, considerando-se a linha de separação as áreas entre o rio Tejo e o sopé das serras que formam a sua bacia a Norte. (Ribeiro, O., 1945)

Segundo Orlando Ribeiro, é possível considerar duas regiões de relevo diferenciadas e até opostas em Portugal: (Ribeiro, O., 1945)

A Sul, encontram-se terras baixas, inferiores a 200 metros, sendo cerca de 62% da região descrita como a região dos “planaltos médios, de extensas bacias fluviais deprimidas e terrenos molemente dobrados”. (Ribeiro, O., 1945) Nesta região é raro encontrar-se formações montanhosas e apenas a Serra de S. Mamede ultrapassa os 1000 metros (Ribeiro, O., 1945). (Figura 3).

Por oposição, a Norte, as áreas com altitude superior a 400 metros ocupam mais de 95% do território. Esta região é constituída por terras altas, apresentando cimos superiores a 1000 metros a 50 quilómetros do oceano Atlântico. Junto aos rios principais, nas suas margens estreitas, encontram-se as zonas baixas, com exceção do “triângulo litoral de

fraco relevo” com os seus vértices a Sudoeste no Cabo da Roca, a Este em Coimbra e a Noroeste em Espinho, ainda assim “acidentadas” por cabeços e retalhos de planalto (Figura 3). (Ribeiro, O., 1945)

A geomorfologia do território português, abordada nos parágrafos anteriores, implica que o tipo de exploração, ocupação e uso do solo varie significativamente nas duas regiões de relevo apresentadas por Orlando Ribeiro. A Sul, as terras planas e pouco acidentadas são propícias à existência de propriedades de grande dimensão, nomeadamente os latifúndios (Ribeiro, O., 1945). Já a Norte, as terras altas e os relevos acidentados são propícios às explorações de média (zona litoral) e pequena dimensão (à medida que se afastam do litoral oceânico), nomeadamente os minifúndios. (Ribeiro, O., 1945) É também importante referir que fatores como o clima e a densidade populacional também têm influência nas questões fundiárias, apesar da mesma poder ser menor.

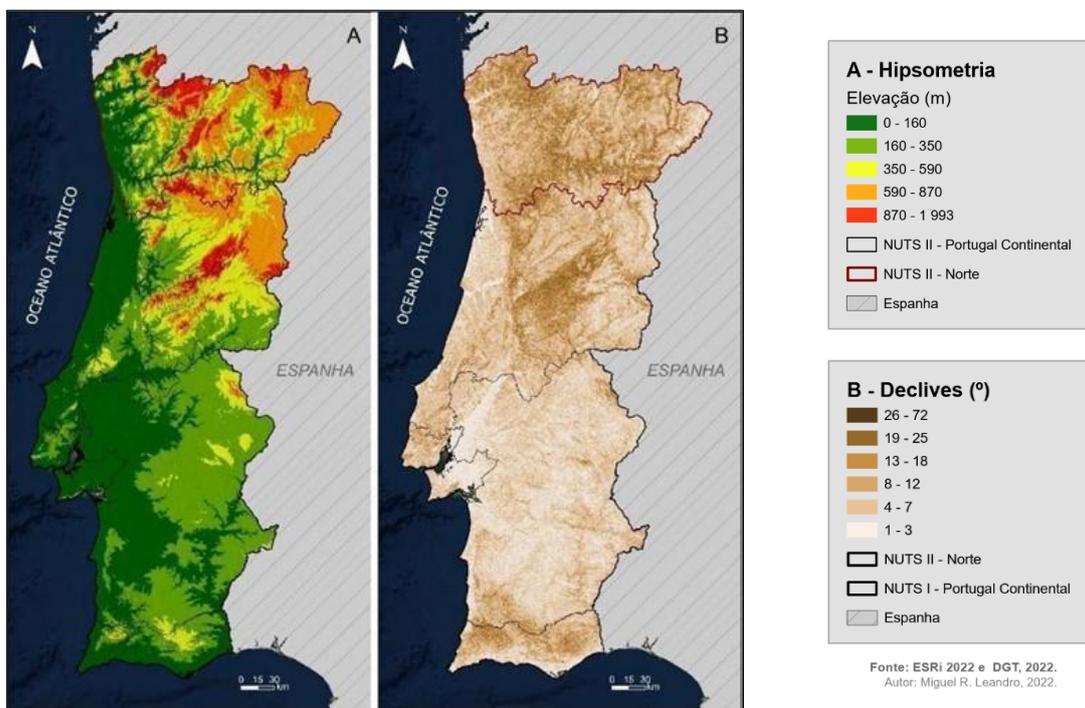


Figura 3 - Hipsometria (A) e Declives (B) - Portugal Continental (Fonte: ESRI, 2022)

#### **1.4.2 O Uso e ocupação do território: Urbano vs Rústico**

Contrariamente ao que a maioria da população portuguesa pensa, tendo em conta o ambiente urbano onde vive, o território português é, na sua generalidade, um território rústico, ainda que apenas silvestre ou “natural” em recortes bastante limitados.

Segundo Beires et al. (2013), é possível afirmar que a ocupação do território continental português é constituída por: 2% de espaços aquáticos dominados pela Natureza (os rios, os seus estuários e albufeiras, as zonas húmidas, as praias, entre outros); 4% de espaços artificializados, ocupados por vias de comunicação e por edificado em aglomerados urbanos centrais ou dispersos; 94% de territórios rústicos ocupados por florestas, matos e agricultura. (Beires. R.S., et al., 2013) Estes 94% podem ser subdivididos em: 38% de matas e povoamentos florestais, 36% de terras desbravadas para a agricultura com culturas permanentes ou anuais, 22% de matos e territórios incultos, 3% com árvores dispersas e áreas ardidadas e ainda 1% de improdutivos. (Beires. R.S., et al., 2013)

#### **1.4.3 Estrutura Fundiária Nacional (Minifúndio e Latifúndio)**

Conforme supramencionado, a estrutura fundiária de Portugal continental é caracterizada por uma evidente assimetria ao nível da dimensão das propriedades entre o Norte e o Sul (sendo exceção o Algarve Litoral) (Lourenço, S. J., 1964). Esta assimetria pode ser explicada não só pelas características geomorfológicas, como também pela diferença de clima, pela tipologia de exploração, pela forma como são feitas as partilhas nos processos de sucessórios e pela própria distribuição da população no território. A Norte, o sistema agrícola dominante é o minifúndio, sendo caracterizado por ser um território com maior densidade populacional e pela população agrícola ser maioritariamente “produtor isolado”. (Lourenço, S. J., 1964) No Sul, o sistema agrícola dominante era o latifúndio de cultura extensiva, caracterizado pelo forte desequilíbrio ao nível da posse das propriedades e pela população agrícola, ao contrário do Norte, ser baseada em trabalhadores sem propriedades que trabalhavam para os grandes produtores. (Lourenço, S. J., 1964)

## 1.5 Sistema de Informação Cadastral Simplificado (SICS)

O desconhecimento dos proprietários dos prédios rústicos, tem implicações em diversas áreas governativas, como as finanças, o registo, o ordenamento do território, entre outras. Todos os anos, durante a época de incêndios esta problemática ganha uma particular relevância, pois não é possível alertar os proprietários que têm parcelas em risco de arder, nem identificar os que não cumprem as obrigações de zelo das propriedades. (GOV. PT., s.d.)

Sendo que nenhum dos sistemas cadastrais realizados, se revelou eficaz na identificação dos proprietários dos terrenos, a 1 de setembro de 2017 foi criado o Sistema de Informação Cadastral Simplificado (SICS) (Diário da República, 1.ª série — N.º 158/2017, de 17 de agosto: Lei nº78/2017). O SICS, apresenta como objetivo *“criar condições para simplificar e agilizar a identificação dos donos dos prédios rústicos e mistos e os seus limites geográficos no território nacional”*. (GOV. PT., s.d.)

Para efeitos da realização do SICS foram criados dois procedimentos, o procedimento de Representação Gráfica Georreferenciada (RGG) e o procedimento especial de registo de prédio rústico e misto omissivo. (GOV. PT., s.d.)

O procedimento de RGG tem como objetivo *“definir a localização exata dos terrenos rústicos e mistos e os seus limites, num mapa, através de coordenadas geográficas”*. (9) Assim, a RGG é então o desenho dos limites ou extremas de um prédio, através de linhas fechadas que formam um polígono. Para o desenho das RGG, são usadas imagens de satélite por meio de fotointerpretação, utilizando o sistema de posicionamento global mais conhecido pela sua sigla inglesa *GPS - Global Positioning System*. (GOV. PT., s.d.)

Já o de Procedimento Especial Registo de prédio rústico e misto omissivo, tem como objetivo a *“identificação da titularidade dos prédios rústicos e mistos que ainda não constam da base de dados do registo predial, ou que constam mas que não têm em vigor registo de titularidade ou de mera posse, com o intuito de proceder ao seu registo predial”*. (GOV. PT., s.d.)

Foi ainda criado, para o SICS, a plataforma eletrónica que junta toda a informação considerada relevante sobre os diferentes prédios, o Balcão Único do Prédio (BUPi). (GOV. PT., s.d.)

### **1.5.1 Balcão Único do Prédio (BUPi)**

O BUPi é definido como: “um balcão físico e virtual que opera numa plataforma eletrónica que potencia o relacionamento através de um único ponto de contacto entre o proprietário e a Administração” (GOV. PT., s.d.), com a finalidade de “identificar, mapear e entender o território português” (BUPi, 2022c) agregando “a informação relacionada com os limites e os titulares da propriedade rústica”. (BUPi, 2022d)

Surge em 2017 (Figura 4), como um projeto-piloto, com o intuito de simplificar o conhecimento do território português (BUPi, 2022d), apresentando 3 objetivos principais: incrementar o conhecimento cadastral do território; proteger a propriedade e reforçar o ordenamento do território (BUPi, 2022d).

O BUPi funciona através da Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP)<sup>4</sup>, uma plataforma com ligação a todas as aplicações e bases de dados que contêm informações prediais. (Diário da República, 1.ª série — N.º 158/2017, de 17 de agosto: Lei nº78/2017) Deste modo, torna-se possível que os Municípios e diversas entidades como o Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), o Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e Direção-Geral do Território (DGT) partilhem informação necessárias sobre os elementos que localizam, identificam e caracterizam os prédios e os titulares. (Diário da República, 1.ª série — N.º 158/2017, de 17 de agosto: Lei nº78/2017)

---

<sup>4</sup> É uma plataforma “central, orientada a serviços, que agrega ferramentas partilhadas para interligação de sistemas, federação de identidades, fornecedor de autenticação, *messaging*, pagamentos, entre outras, na Administração Pública”. (Interoperabilidade na Administração Pública., 2022)

O projeto BUPi está integrado em vários Programas: Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território; Programas de Desenvolvimento do Interior; Programa de Modernização da Justiça; Plano de Ação para a Transição Digital; Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais. (BUPi, 2022e) O IRN, é quem detém todos os dados geográficos adquiridos no âmbito do BUPi. (Diário da República, 1.ª série — N.º 158/2017, de 17 de agosto: Lei nº78/2017)

O projeto piloto BUPi foi desenvolvido em 10 municípios de Portugal Continental, estes foram: Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Penela, Sertã, Caminha, Alfândega da Fé e Proença-a-Nova. (BUPi, 2022d)

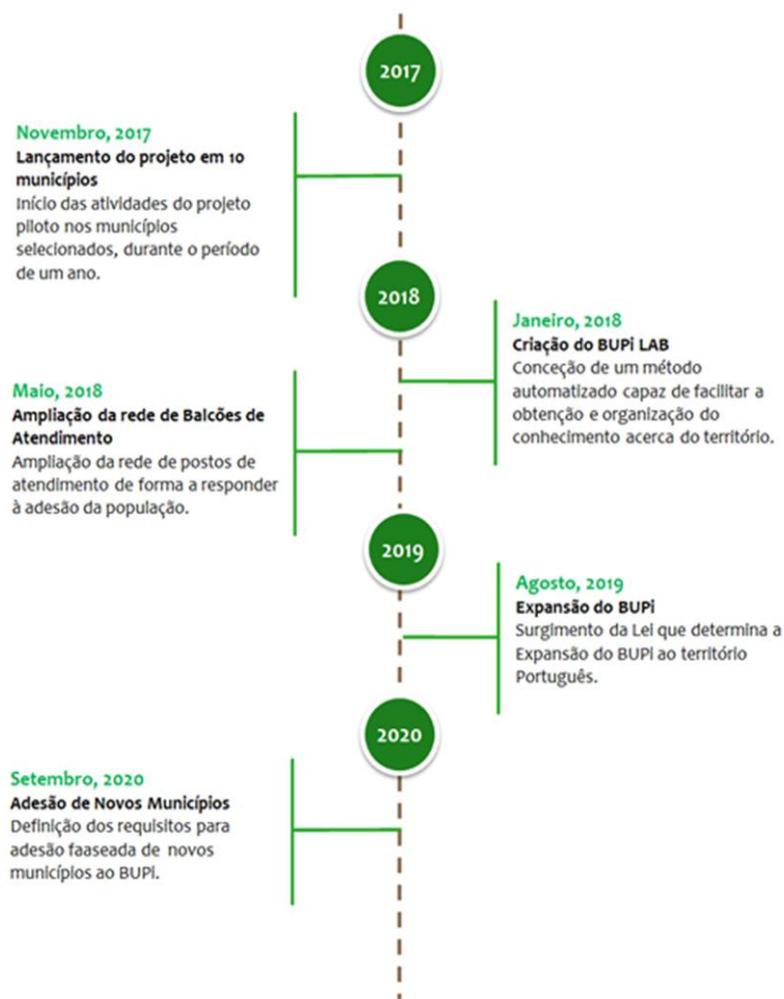


Figura 4 - Cronograma Projeto Piloto BUPi (Fonte: Adaptado EMESICS, 2022)

Tendo em consideração o sucesso deste projeto piloto, que num ano atingiu a marca dos 50% de área identificada dos municípios integrantes, foi determinado através da Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto, o alargamento do SICS ao resto do país (Figura 4). (BUPi, 2022e)

Mais tarde, já em 2020 o RCM n.º 45/2020, de 16 de junho, cria a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado (EMESICS) (Figura 4) (Diário da República, 1ª série - N.º 115/2020, de 16 de junho: Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2020). Tendo como missão “garantir a expansão a todo o território nacional do sistema de informação cadastral simplificada, e o desenvolvimento dos sistemas de informação e de interoperabilidade de suporte ao Balcão Único do Prédio (BUPi), incluindo a criação de repositórios de dados e de informação registal e cadastral a serem partilhados através de mecanismos de interoperabilidade a criar para o efeito” (Diário da República, 1ª série - N.º 115/2020, de 16 de junho: Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2020).

## Capítulo II – Área de Estudo

Neste capítulo procura-se apresentar, de forma sucinta, a área de estudo geral e as áreas específicas trabalhadas ao longo do ano, no contexto social e geográfico, através da cartografia de localização, de densidade populacional, de uso e ocupação do solo, de declives e ainda de hipsometria.

A área de estudo geral (AEG) escolhida para este trabalho foi a NUTS II – Norte e as áreas de estudo específicas (AEE) correspondem aos municípios de Mondim de Basto e Fafe no distrito de Vila Real, Póvoa de Varzim no distrito do Porto e ainda Esposende do distrito de Braga. (Figura 5)

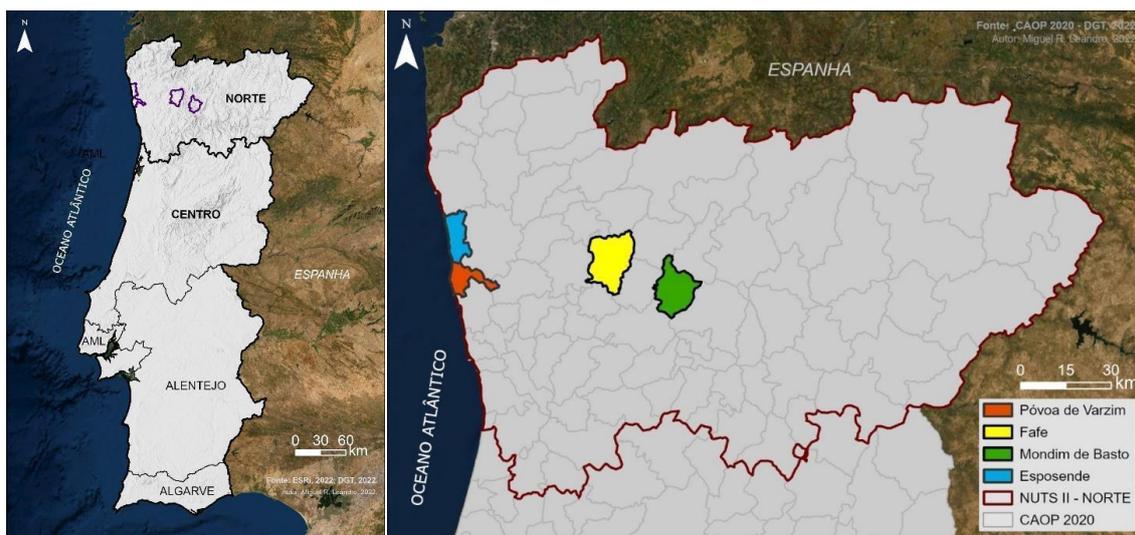


Figura 5 - Localização das Áreas de Estudo – AEG e AEE (Fonte: DGT, 2022)

## 2.1 Área de Estudo Geral: NUT II – Norte

A NUT II – Norte corresponde à divisão administrativa mais a norte de Portugal continental, a Norte e Este é delimitada pela fronteira com Espanha, a Oeste com o oceano Atlântico e a Sul com a NUT II – Centro. É administrativamente dividida em 7 Comunidades Intermunicipais (CIM) e na Área Metropolitana do Porto (AMP), que por sua vez dividem-se em 86 municípios.

Em termos demográficos apresenta uma população residente de 3.587.074 habitantes (INE, 2022) correspondendo a cerca de 35% da população nacional residente em Portugal. A população encontra-se na sua maioria na faixa litoral a Oeste e vai diminuindo a densidade à medida que se aproxima do centro e interior, a Este e Nordeste. (Figura 6) Se compararmos o número de pessoas residentes no ano de 2011 e 2021 é possível verificar uma perda de população, de 3.689.682 em 2011 para 3.587.074 habitantes em 2021, o que representa um decréscimo de cerca de 100 mil habitantes, o que corresponde uma redução de cerca de 2,8%. Aos dados de 2021 correspondem 52,4% a mulheres e 47,6% a homens. (INE, 2022)

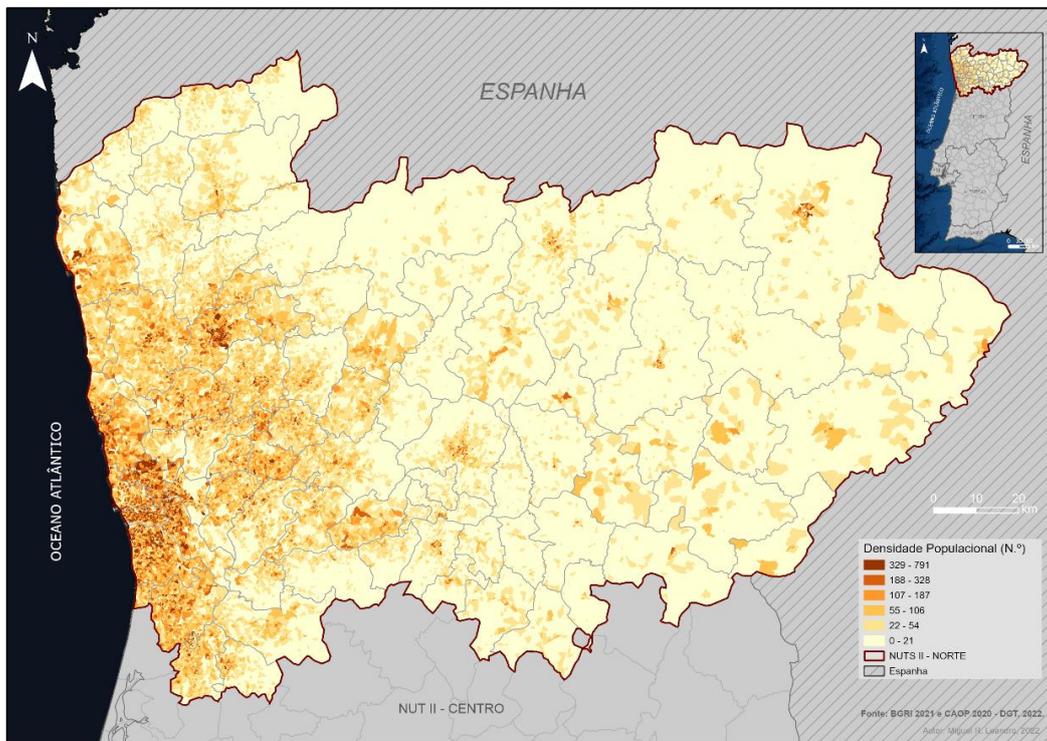
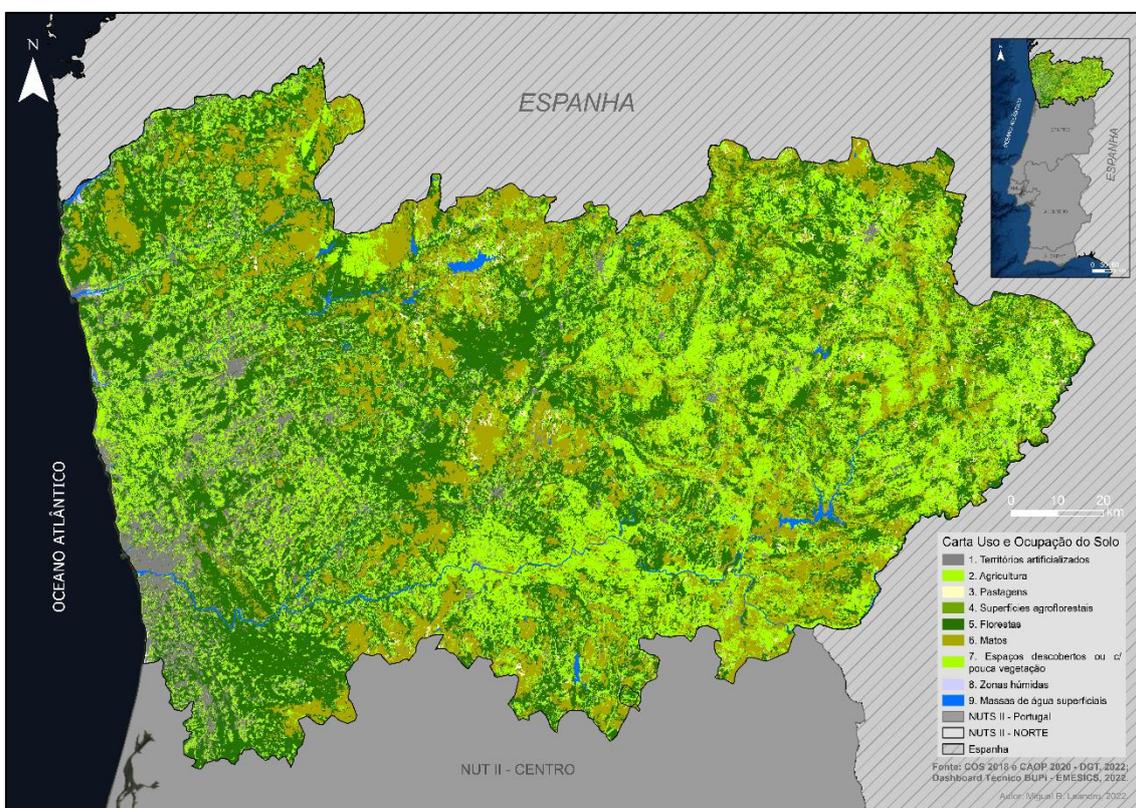


Figura 6 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção - AEG- NUT II Norte (Fonte: INE, 2022).

De acordo com a Carta de Uso e Ocupação do Solo de 2018, disponibilizada pela Direção Geral do Território, na NUTS II – Norte, a maioria do território é classificado como Florestas (44,7% da sua área total). 19,8% do território é classificado como agricultura 22,4% como matos.

A área classificada como território artificializado corresponde a cerca de 11,7%. O restante território é classificado como pastagens (cerca de 0,4%), espaços descobertos ou com pouca vegetação (cerca de 0,9%), massas de água (inferior a 0,05%), superfície agroflorestal (inferior a 0,1%) e ainda a zonas húmidas (inferior a 0,05%). (Figura 7)



**Figura 7 - Uso e Ocupação do Solo – AEG - NUT II Norte (Fonte: DGT, 2022).**

Em termos geomorfológicos, é possível observar, a partir da hipsometria (Figura 8) e dos declives (Figura 9), uma evidente distinção entre o território a Nordeste e a Este e o território a Noroeste e Oeste. A Nordeste e Este o território é caracterizado pelos relevos muito acentuados e pelos vales encaixados, principalmente a Norte e em toda a faixa Este, com valores de elevação que variam, na sua maioria, entre os 590 e os 1514 metros

e valores de declive que variam entre os 8 e os 72 graus. À medida que se aproxima do oceano o relevo vai diminuindo a sua altitude e o declive. Já a Noroeste e Oeste o território é caracterizado pelos relevos pouco acentuados, principalmente na faixa costeira a Oeste, onde os valores de elevação variam, na sua maioria, entre os 0 e os 200 metros. Já em termos de valores de declive, estes variam na sua maioria entre os 0 e os 7 graus.

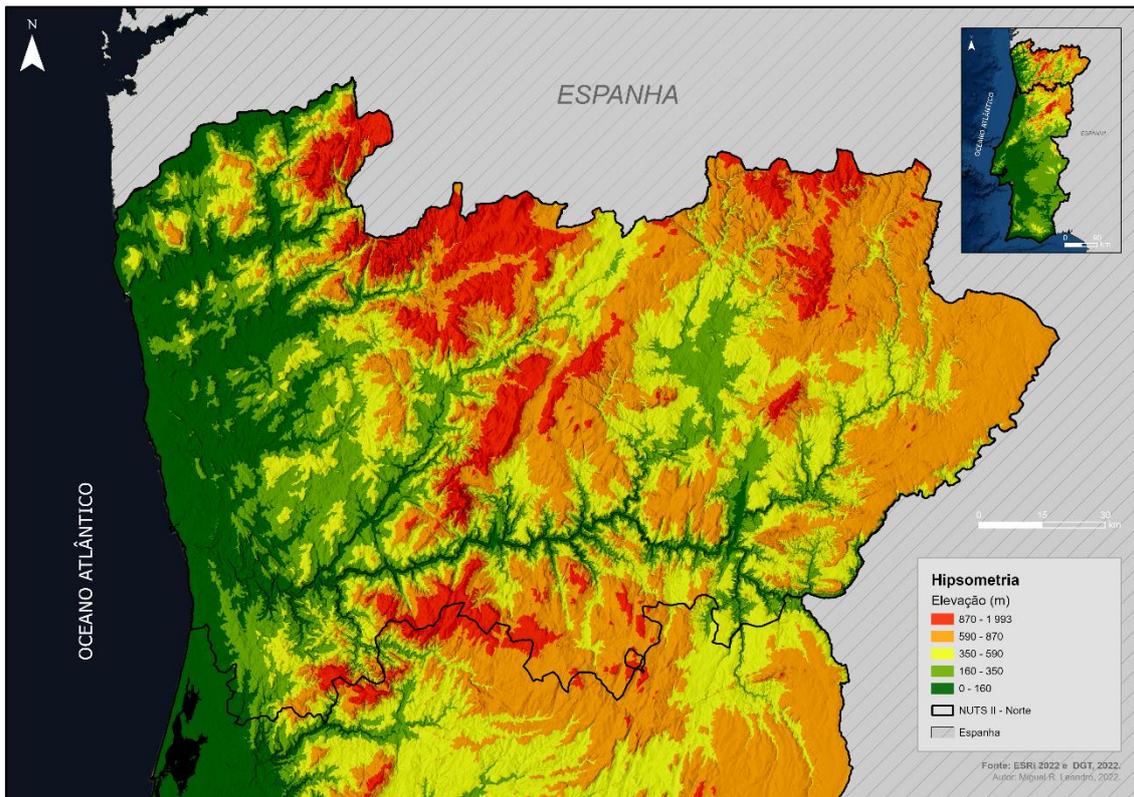


Figura 8 - Hipsometria - AEE - NUT II Norte (Fonte: ESRI, 2022).

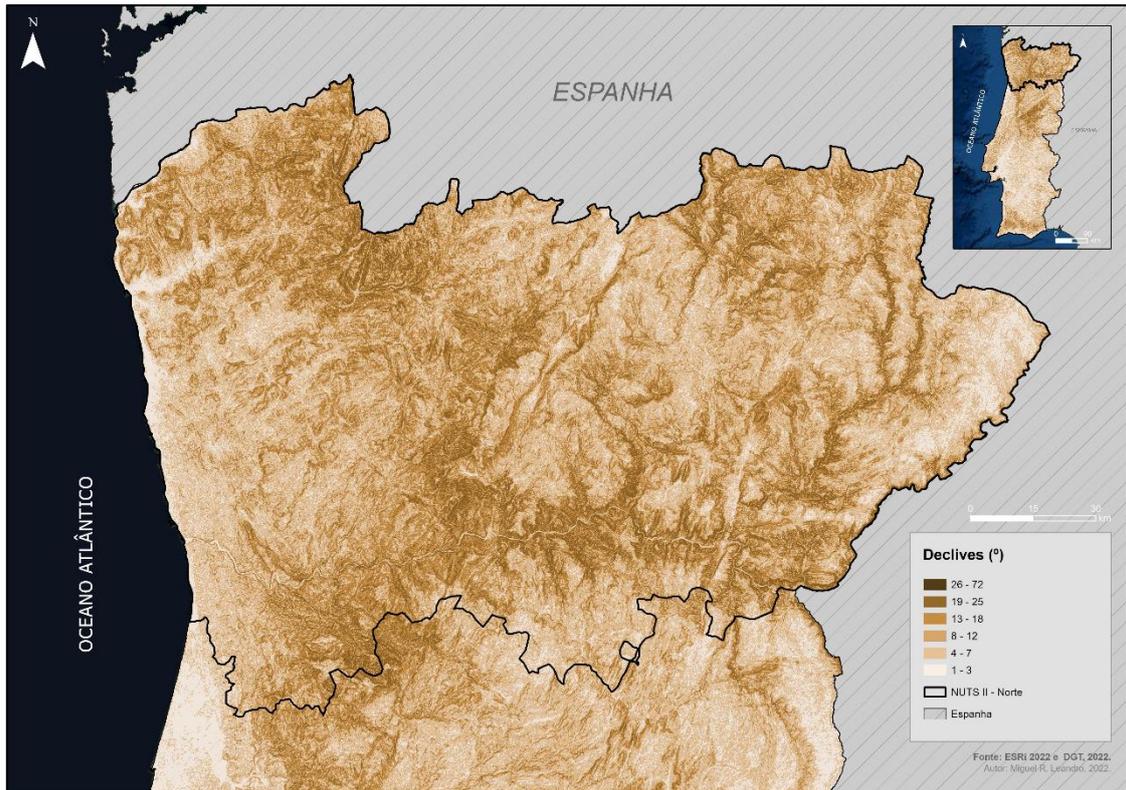
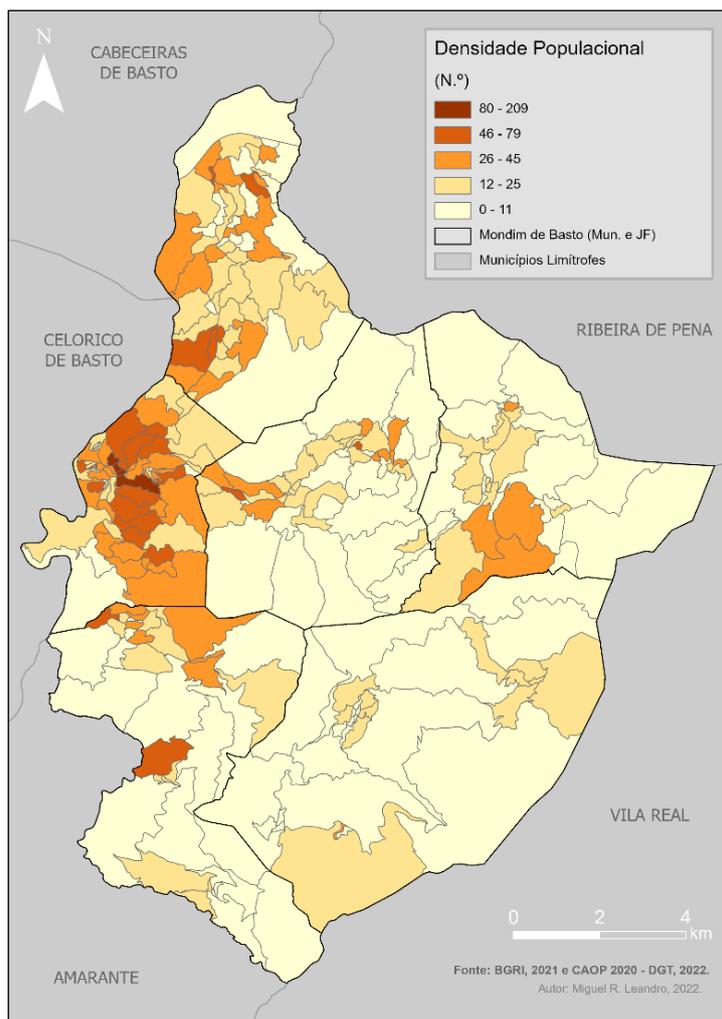


Figura 9 - Declive - AEG- NUT II Norte (Fonte: ESRI, 2022).

## 2.2 Áreas de Estudo Específicas

### 2.2.1 Município de Mondim de Basto

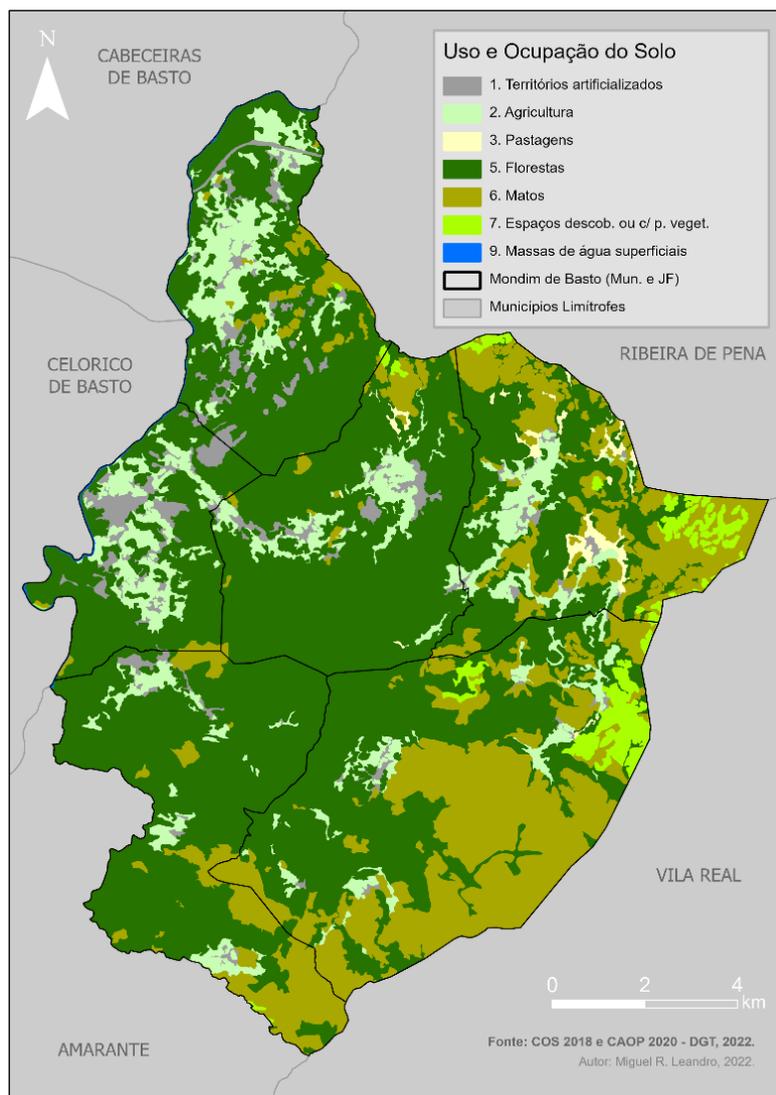
O município de Mondim de Basto localiza-se no distrito de Vila Real, sub-região do Ave da Região Norte de Portugal continental. (Figura 5) É administrativamente dividido em 6 freguesias, tendo uma área de 172,1 km<sup>2</sup> e uma população residente de 6.410 habitantes, apresentando em 2021 uma densidade populacional que ronda os 37,3 habitantes/km<sup>2</sup>. (Figura 10) Em termos sociais apresenta uma tendência de perda de população, em 1960 o município contava com 10.328 habitantes (hab.), em 1981 com 9.904 hab., em 2001 com 8.573 hab., em 2011 com 7.493 hab. e já em 2021 apenas com 6.410 hab.. Dos dados relativos ao ano de 2021, 51,7% correspondem a mulheres e 48,3% a homens, sendo que desses 10,2% corresponde a população jovem (0-14 anos), 61,9% a população ativa (15-64 anos) e a 28% população idosa (+65 anos) (PORDATA, 2021b).



**Figura 10 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção – AEE -Município de Mondim de Basto (Fonte: INE, 2022)**

No município de Mondim de Basto é de destacar que, em aproximadamente 60% do território, o uso e ocupação do solo é de floresta, contando ainda com mais de 21% de matos e cerca de 11% de território agrícola.

Ao nível do uso e ocupação de território artificializado conta com cerca de 4,5%, sendo o restante território classificado entre pastagens (cerca de 1%), massas de água superficiais (inferior a 0.2%) e espaços descobertos ou com pouca vegetação (cerca de 2%) (Figura 11).



**Figura 11 - Uso e Ocupação do Solo- AEE - Município de Mondim de Basto (Fonte: DGT, 2022).**

Em termos geomorfológicos, é possível observar, a partir da hipsometria (Figura 12 - A) que existem dois blocos distintos: o primeiro que se localiza na faixa Noroeste, Oeste e Sudoeste onde predominam as baixas altitudes, com variações de elevação que se posicionam entre os 96 e os 529 metros, e o segundo que se localiza na faixa Nordeste, Este e Sudeste e apresenta uma variação de elevação entre os 530 e os 1.301 metros. A partir da cartografia de declives (Figura 12 - B), verifica-se que em todo o município os declives são acentuados, mas em especial no centro e sul do município, onde existem diversos vales encaixados e a maioria dos valores se encontram entre os 21 e os 63 graus.

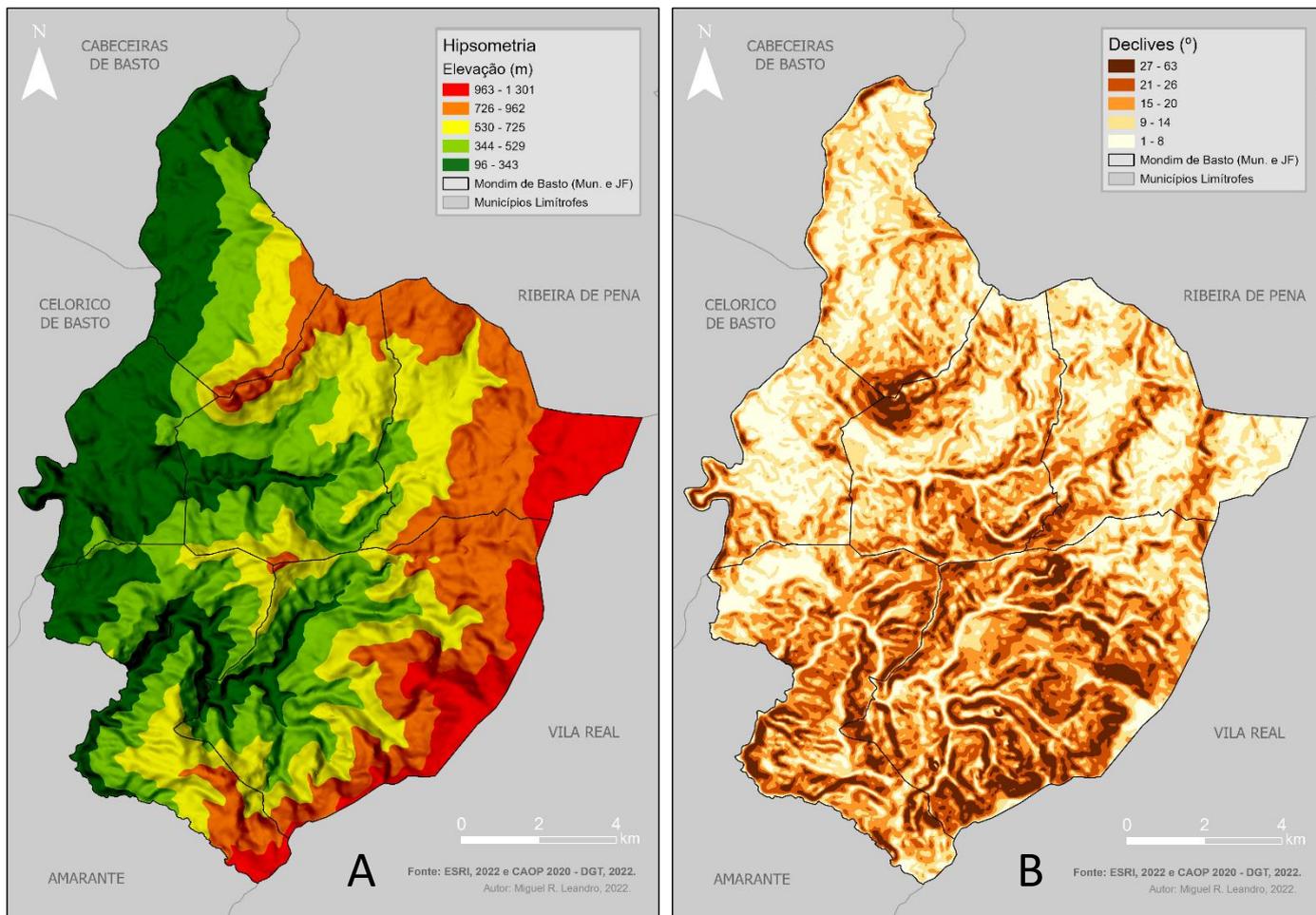


Figura 12 - Hipsometria (A) e Declives (B) – AEE – Município de Mondim de Basto (Fonte: ESRI, 2022)

### 2.3.2 Município de Fafe

O município de Fafe localiza-se no distrito de Braga, na região Norte e sub-região do Ave (Figura 5), é administrativamente dividido em 25 freguesias, tem uma área de 218,9 km<sup>2</sup> e uma população residente de 48.506 habitantes (PORDATA, 2021b), apresentando em 2021 uma densidade populacional que ronda os 221,4 habitantes/km<sup>2</sup> (Figura 13). Em termos sociais apresentou um constante crescimento de população entre 1960 e 2001, tendo, após essa data, sido observada uma perda de população: em 1960 – 43.782 hab., 1981 – 45.828 hab., 2001 – 52.757 hab., 2011 – 50.633 hab. e em 2021 – 48.506 hab.. Dos dados relativos ao ano de 2021, 52,4% são mulheres e 47,6% homens, sendo que

11,7% corresponde a população jovem (0-14 anos), 65,2% a população ativa (15-64 anos) e 23,1% a população idosa (+65 anos) (PORDATA, 2021b).

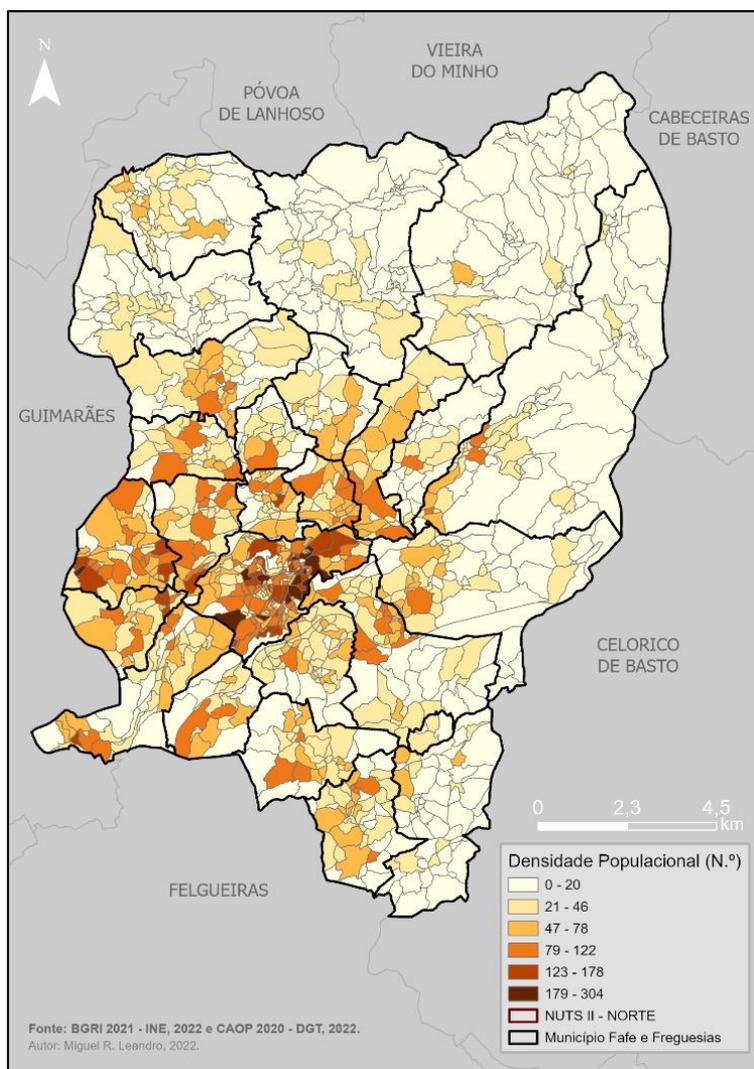
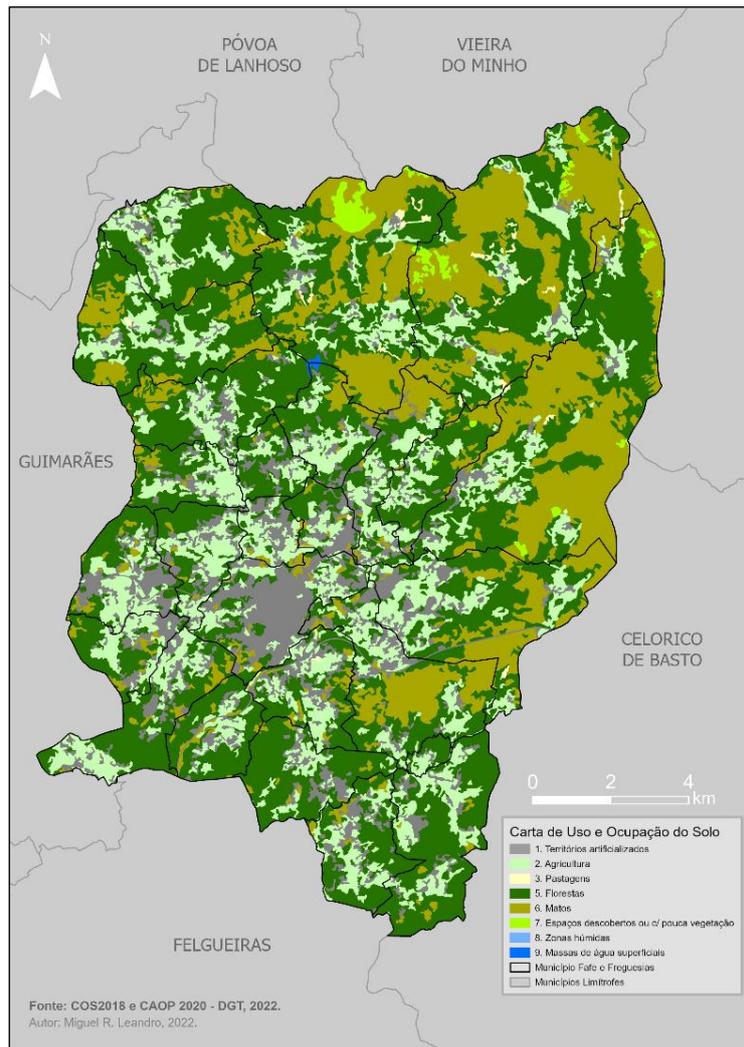


Figura 13 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção - AEE – Município de Fafe (Fonte: BGRI 2021).

No município de Fafe, em aproximadamente 45% do território, o uso e ocupação do solo corresponde a floresta, 22% a matos e cerca de 20% a agricultura. Ao nível do uso e ocupação de território artificializado conta com cerca de 12%, sendo o restante território classificado como pastagens (cerca de 0,4%), massas de água superficiais (inferior a 0,06%) e espaços descobertos ou com pouca vegetação (inferior a 1%) (Figura 14).



**Figura 14 - Uso e Ocupação do Solo – AEE – Município de Fafe (Fonte: DGT, 2022)**

Em termos geomorfológicos, é possível observar, a partir da hipsometria (Figura 15 - A), a existência de uma faixa de altitude mais reduzida a Noroeste, Oeste e Sudoeste que corresponde a um vale, com variações de elevação que se posicionam maioritariamente entre os 161 e os 440 metros. Já a faixa Nordeste, Este e Sudeste apresenta uma variação de elevação entre os 441 e os 877 metros. A partir da cartografia de declives (Figura 15 - B), verifica-se que, em todo o município, os declives são acentuados, com exceção das freguesias centrais do concelho onde se apresentam valores entre o 1 e os 13 graus.

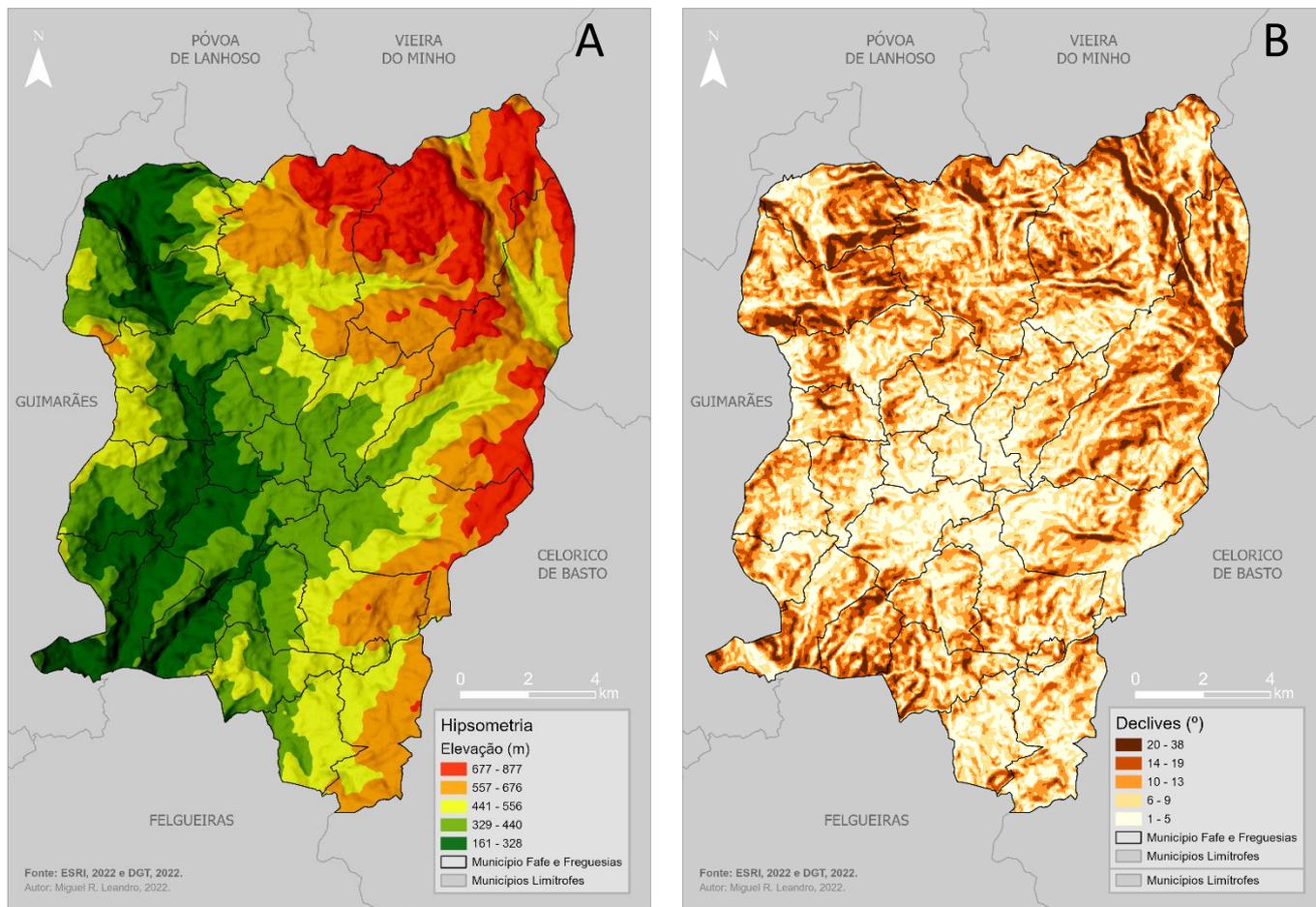
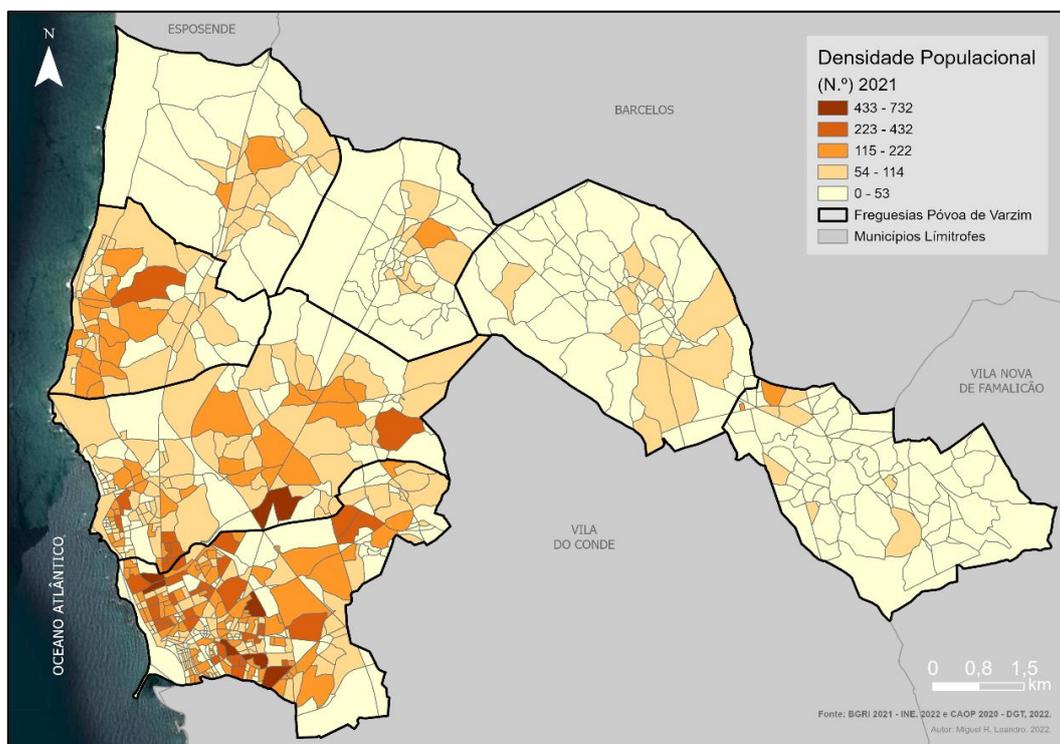


Figura 15 - Hipsometria (A) e Declives (B) – AEE – Município de Fafe (Fonte: ESRI, 2022)

### 2.3.3 Município da Póvoa de Varzim

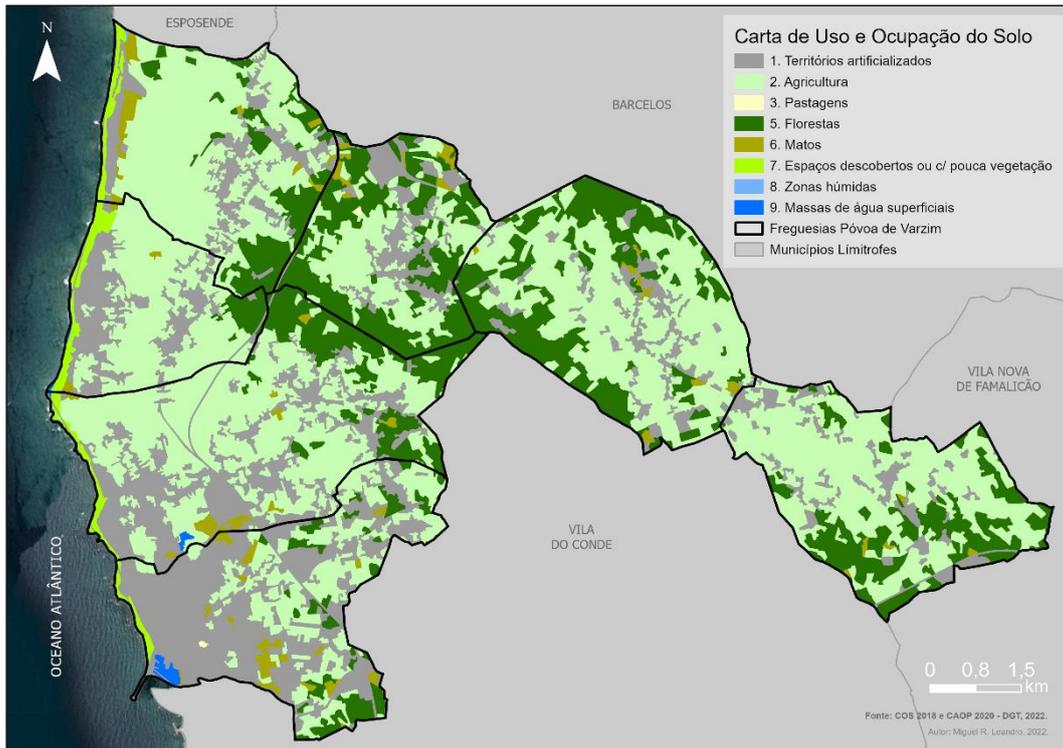
O município da Póvoa de Varzim localiza-se na Área Metropolitana do Porto, na região Norte e sub-região do Grande Porto (Figura 5), é administrativamente dividido em 7 freguesias, tem uma área de 82,21 km<sup>2</sup> e uma população residente de 64.257 habitantes, apresentando em 2021 uma densidade populacional que ronda os 781,6 habitantes/ km<sup>2</sup> (PORDATA, 2021d) (Figura 16). Em termos sociais apresenta, maioritariamente um crescimento de população entre 1960 e 2021, com exceção entre os anos de 2001 e 2011: em 1960 – 40.444 hab., 1981 – 54.248 hab., 2001 – 63.470 hab., 2011 – 63.408 hab., 2021 – 64257 hab.. os dados relativos ao ano de 2021, 52,9% são mulheres e 47,1% homens, sendo que 13,3% corresponde a população jovem (0-14

anos), 66,2% a população ativa (15-64 anos) e 20,6% a população idosa (+65 anos). (PORDATA, 2021d)



**Figura 16 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção - AEE- Município da Póvoa de Varzim**

O município da Póvoa de Varzim, na maioria do seu território (51%), o uso e ocupação do solo corresponde a agricultura, contando ainda com 20% de floresta. Ao nível do uso e ocupação de território artificializado conta com cerca de 25%, sendo o restante classificado como matos (2%), massas de água superficiais (0,03%), zonas húmidas (0,01%) e espaços descobertos ou com pouca vegetação (1,5%). (Figura 17)



**Figura 17 - Uso e Ocupação do Solo – AEE – Município da Póvoa de Varzim (DGT, 2022)**

Em termos geomorfológicos, é possível observar, a partir da hipsometria (Figura 18 - A), que o município da Póvoa de Varzim se caracteriza pelos baixos valores de altitude sobretudo na faixa litoral (1 a 48 metros). À medida que há um afastamento da linha da costa existe uma área de maior elevação com variação entre os 49 e os 179 metros de altitude. A partir da cartografia de declives (Figura 18 - B), verifica-se que em todo o município os declives são pouco acentuados, com exceção das duas freguesias mais a Oeste do concelho onde a maior parte do território apresenta valores entre o 6 e os 25 graus.

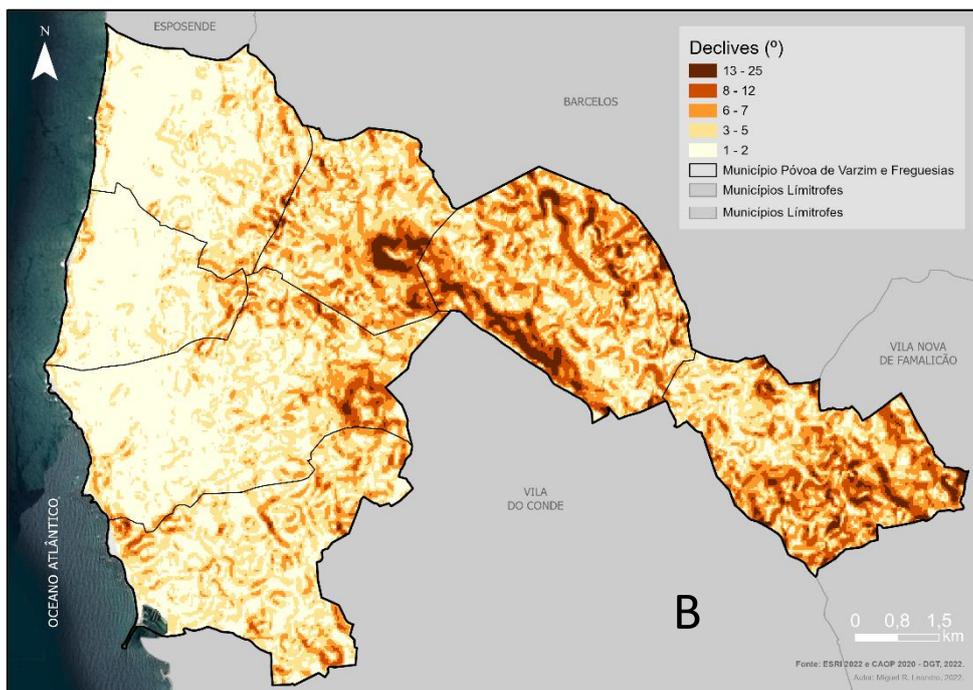
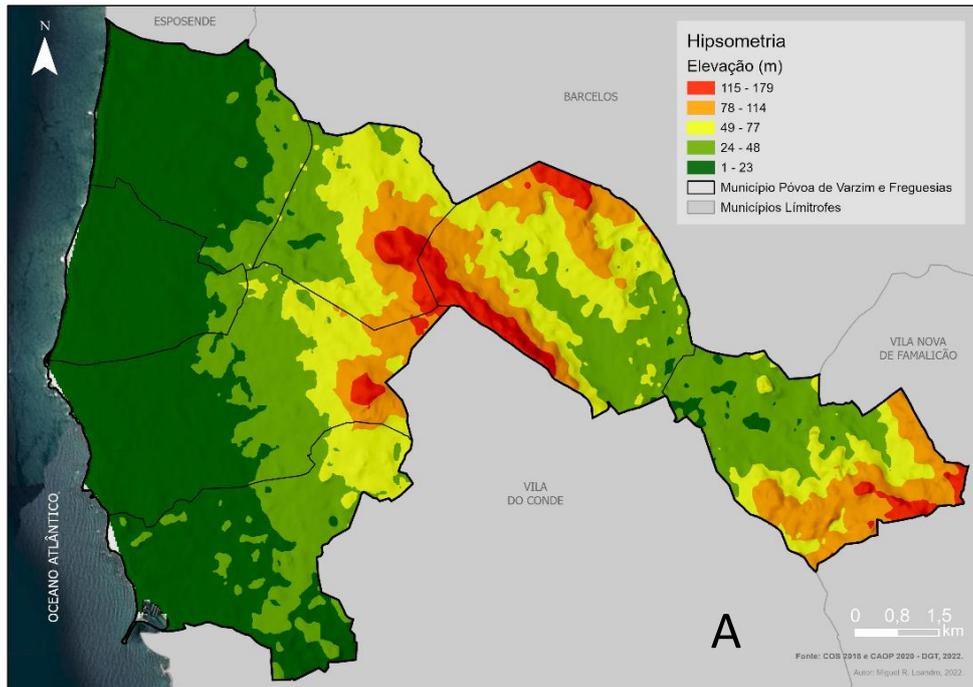


Figura 18 - Hipsometria (A) e Declives (B) – AEE – Município da Póvoa de Varzim (Fonte: ESRI, 2022)

### 2.3.4 Município de Esposende

O município de Esposende localiza-se no distrito de Braga, na região Norte e sub-região do Cávado, (Figura 5) é administrativamente dividido em 9 freguesias, tem uma área de 1,82 km<sup>2</sup>, conta com uma população residente de 35.136 habitantes apresentando uma densidade populacional que ronda os 368,3 habitantes/km<sup>2</sup> (PORDATA, 2021a) (Figura 19). Em termos sociais apresenta um constante crescimento de população, em 1960 – 23.966 hab., 1981 – 28.652 hab., 2001 – 33.325 hab., 2011 – 34.254 hab. e 2021 – 35.138 hab.. Dos dados relativos ao ano de 2021, 52,2% são mulheres e 47,8% homens, sendo que 13,6% corresponde a população jovem (0-14 anos), 66,4% a população ativa (15-64 anos) e 20% a população idosa (+65 anos) (PORDATA, 2021a).

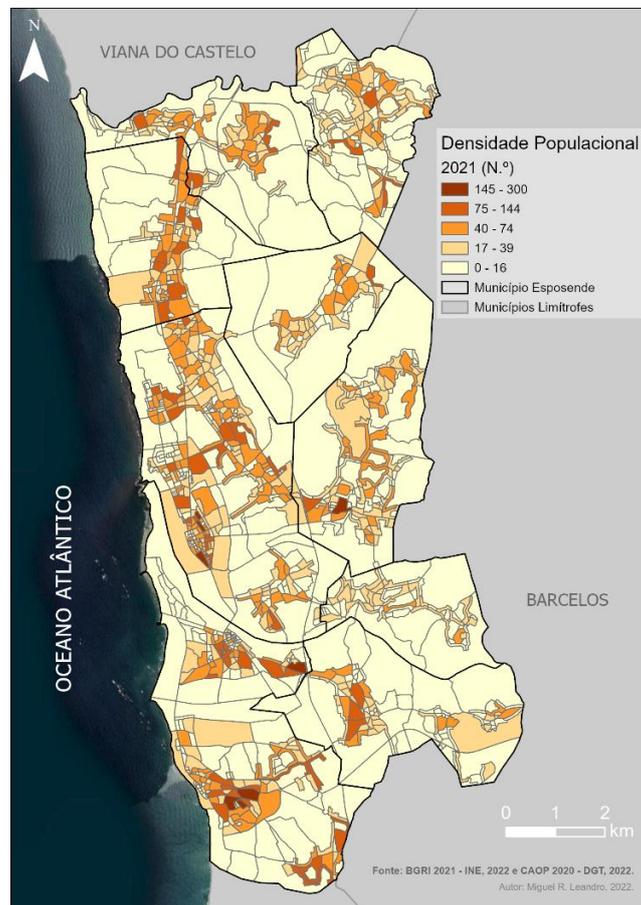
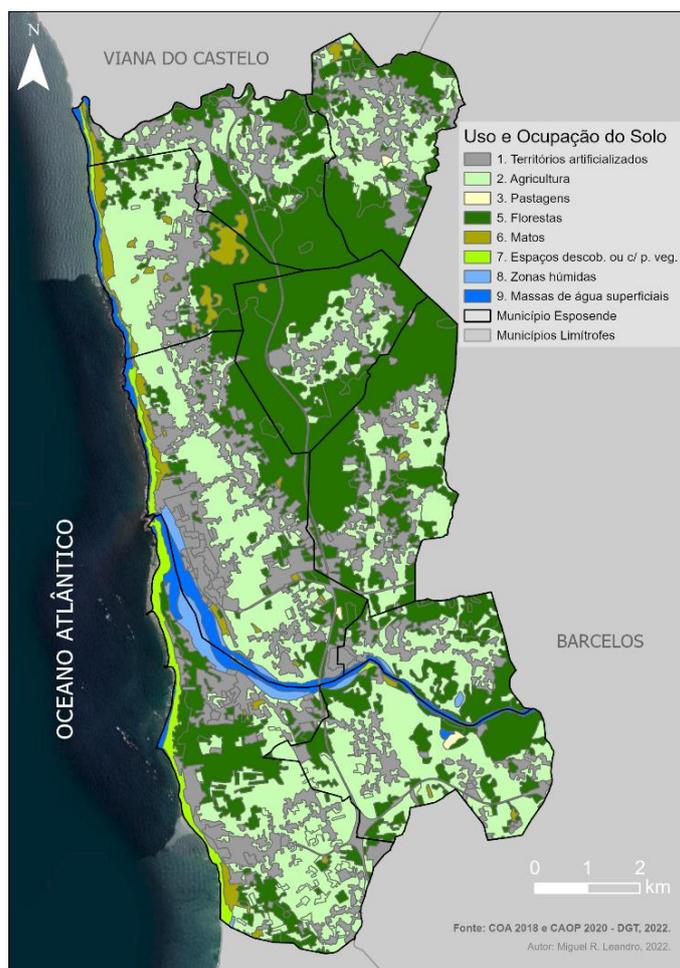


Figura 19 - Densidade Populacional ao nível da Subsecção – AEE – Município de Esposende.

No município de Esposende, em aproximadamente 36% do território, o uso e ocupação do solo corresponde a florestas e 34% corresponde a agricultura. Ao nível do uso e ocupação de território artificializado, o município conta com cerca de 22%, sendo o restante território classificado como matos (cerca de 2%), pastagens (cerca de 0,1%), massas de água superficiais (cerca de 2,5%), zonas húmidas (inferior a 1%) e espaços descobertos ou com pouca vegetação (cerca de 2%) (Figura 20).



**Figura 20 - Uso e Ocupação do Solo – AEE – Município de Esposende (Fonte: DGT, 2022)**

Em termos geomorfologia, é possível identificar, a partir da hipsometria (Figura 21 - A), duas zonas com características diferenciadas: uma que abrange toda a faixa costeira do município e que se alonga a sul para o interior do município, caracterizada pelos baixos

valores de elevação (entre 1 e 27 metros); e uma outra que se prolonga paralelamente à linha de costa de maior altitude (entre os 28 e os 171 metros).

A partir da cartografia de declives (Figura 21 - B), verifica-se que em todo o município os declives são pouco acentuados (entre 1 e 6 graus), com exceção da faixa de maior elevação, identificada anteriormente, que apresenta declives que variam entre os 7 e os 36 graus.

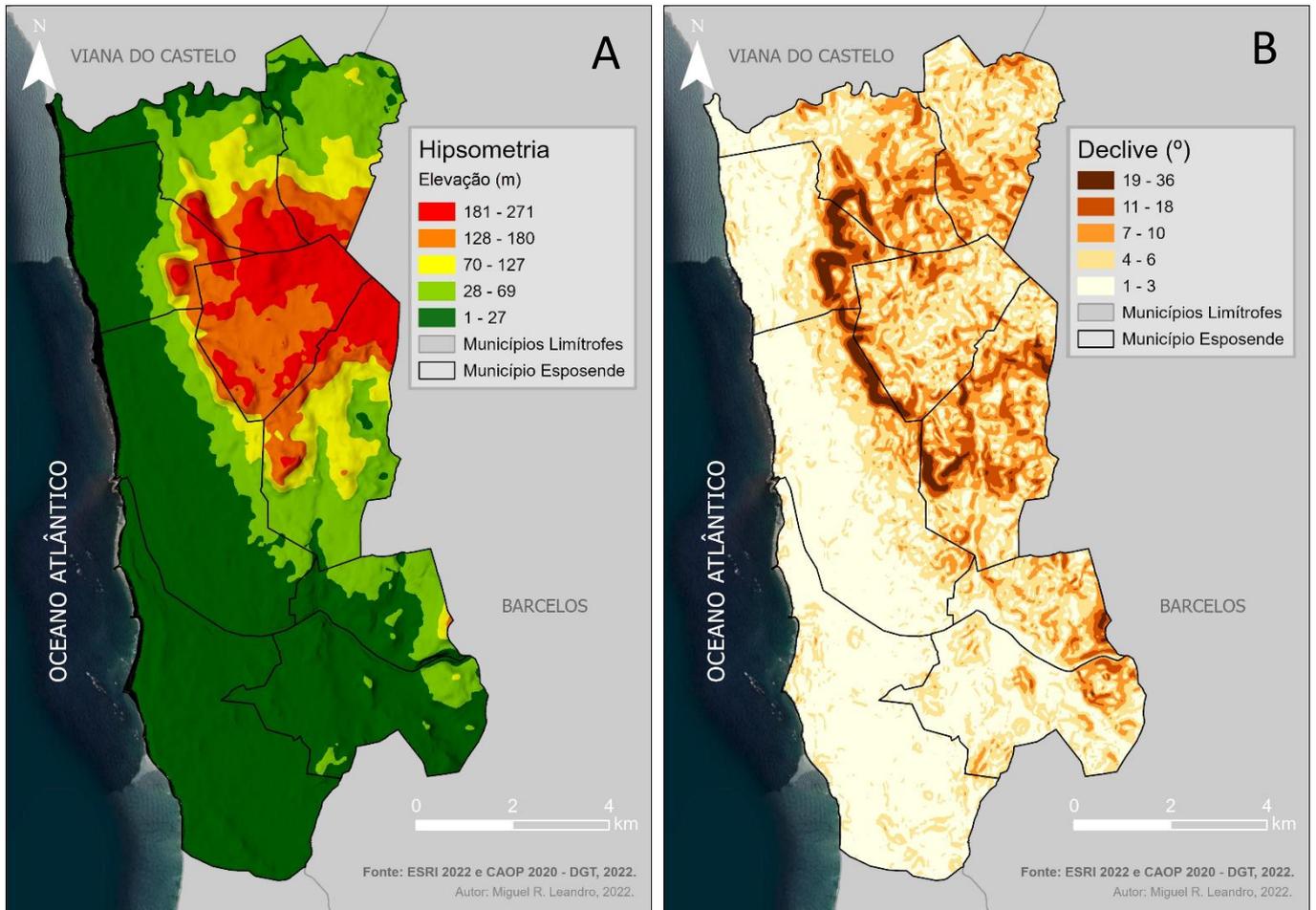


Figura 21 - Hipsometria (A) e Declives (B) – AEE – Município de Esposende (Fonte: ESRI, 2022)

## Capítulo III – Procedimento metodológico e instrumental

Neste capítulo é apresentada a explicação do procedimento metodológico e instrumental de produção, recolha e análise de dados resultantes do estágio como TH BUPi.

Este relatório enquadra-se no atual contexto cadastral português, nomeadamente na expansão do projeto de execução cadastral da propriedade rústica (SICS – BUPi).

Para tal, procurou-se descrever e analisar o procedimento de registo de propriedades rústicas no BUPi, recolher e analisar dados, quer de testemunhos de TH BUPi e AEPI, quer resultados referentes aos primeiros meses de implementação do BUPi nos municípios em estudo.

De modo a compreender este processo de implementação do BUPi, foram realizadas as seis tarefas referidas no ponto 1.2 (capítulo I).

### 3.1. Pesquisa e análise bibliográfica

Com o enquadramento desenvolvido no Capítulo I, procurou-se conhecer o conceito de cadastro e compreender a evolução cronológica das diversas tentativas realizadas em Portugal para a execução do mesmo.

Para tal, foram utilizadas as diversas fontes de informação referenciadas ao longo do capítulo, das quais são importantes destacar duas:

- O livro “O Cadastro da Propriedade Rústica em Portugal” escrito por Rodrigo Sarmiento de Beires, em março de 2013, com a colaboração de João Gama Amaral e de Paula Ribeiro publicado pela Fundação Francisco Manuel dos Santos. Este documento foi uma ferramenta fundamental para a compreensão da temática, dos problemas e das dificuldades que o nosso país tem enfrentado na realização de um cadastro multifuncional<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> “um cadastro multifuncional combina os cadastro fiscal e jurídico e fornece ligações a outra informação parcelar.”. (Silvia, A., 2011)

- o site do BUPi (<https://bupi.gov.pt/>), disponibilizado pela Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado e pelo Governo Português. Nele encontram-se disponíveis de forma clara e simples diversas informações sobre a temática do cadastro, sobre as diversas fases do BUPi, disponibilizando também guias para esclarecimento de questões associadas ao processo, diversos indicadores de execução, entre outros.

Estas duas fontes permitiram uma análise aprofundada da temática proposta para o estágio, tendo sido complementadas por informações relevantes de todas as outras, levando assim à escrita do referido capítulo.

### **3.2 Caracterização geográfica da área de estudo**

Ao iniciar o trabalho de investigação houve imediata necessidade de conhecer as características de cada um dos casos de estudo. Para tal, foram realizadas diversas reuniões presenciais e online entre os elementos da empresa adjudicada (ÉRRE-LRB) e os órgãos autárquicos de cada município, nomeadamente com os presidentes das câmaras municipais, presidentes das juntas de freguesia e outros funcionários que teriam influência no decorrer da execução do projeto. E no âmbito empresarial foram ainda realizados relatórios iniciais do processo de implementação, onde foi realizada e analisada cartografia diversa e recolhidas informações à cerca de várias entidades e potenciais colaboradores para o mesmo.

Com o capítulo II, procurou-se dar a conhecer os pontos relevantes da cartografia da área de estudo no âmbito deste relatório.

### 3.3 Recolha dos dados do processo de implementação

A recolha de dados foi realizada através da colaboração entre a empresa adjudicada, os vários municípios e a EMESICS. Antes do início das deslocações e da presença diária nos balcões, foi necessário realizar a formação de TH BUPi, para cada um dos municípios onde foi realizada a implementação. Essa formação foi baseada em materiais de estudo digitais, nomeadamente documentos e vídeos, sendo que a sua conclusão estava dependente da aprovação numa prova de conhecimentos. (Anexo 1)

Numa fase inicial do processo, e devido ao sentimento de desconfiança relativo ao processo transmitido pela população, as presenças diárias foram concretizadas com acompanhamento de elementos das câmaras municipais e das juntas de freguesia. Esse acompanhamento mostrou-se fundamental para uma maior adesão da população, levando assim à realização do maior número de processos de RGG possível. Esta recolha de registos BUPi foi realizada em quatro municípios: Mondim de Basto, Fafe, Póvoa de Varzim e Esposende e foi dado, entre os meses de novembro de 2021 e agosto de 2022, um contributo superior a 3700 RGG.

Tendo em conta que os dados e as georreferenciações resultantes dos processos das RGG são confidenciais, foi realizado um pedido formal à EMESICS de disponibilização dos dados para a realização do presente relatório. Salvaguardando as cláusulas contratuais de sigilo profissional entre a empresa, os municípios e os TH BUPi, e de modo a possibilitar essa mesma cedência de dados, foram pedidos à EMSICS, os polígonos das RGG em formato *shapefile* (*shp*), com tabela de atributos reduzida a apenas 3 informações: município, freguesias e data de registo. Foram também utilizados neste trabalho os dados e indicadores públicos, disponibilizados pela EMESICS, através do site *Dashboard* BUPi (<https://bupi.gov.pt/dashboardtecnico/>).

### **3.4 Recolha dos testemunhos dos TH BUPi e dos AEPI**

Após avaliação da possibilidade de usar dados referentes aos municípios, por prudência legal, decidiu-se realizar a recolha dos testemunhos dos TH BUPi e de outras pessoas envolvidas no processo de implementação, através de um inquérito por questionário anónimo e sem qualquer referência aos municípios de cada inquirido. Daqui em diante, as pessoas envolvidas no processo de implementação, que não TH BUPi, serão referidas como AEPI.

O questionário foi lançado no dia 4 de agosto de 2022 e foi divulgado via e-mail para os e-mails oficiais dos municípios da NUT-II Norte aderentes ao BUPi, à data de lançamento do mesmo, e ainda através de conversa direta entre os TH BUPi da ÉRRE-LRB e os AEPI dos municípios onde os mesmos prestam serviço.

De forma a conseguir uma abordagem completa de todas as vertentes que envolvem o trabalho no BUPi, o questionário foi dividido em quatro secções (o questionário completo pode ser consultado no Anexo 2):

No primeiro momento, o inquirido foi questionado à cerca de alguns dados pessoais generalistas, nomeadamente, o tipo de envolvimento com o balcão, o intervalo de idade a que pertencia, as habilitações literárias e a área de formação.

Num segundo momento, procurava-se que o inquirido avaliasse quantitativamente o BUPi a nível nacional, respondendo para isso a três questões: O primeiro, onde o inquirido é questionado à cerca de alguns dados pessoais, nomeadamente, a sua “natureza” onde teve opção de escolher “Técnico Habilitado BUPi” ou “Agente Envolvido”, o intervalo de idade a que pertence, quais as suas habilitações literárias e qual a sua área de formação.

Um segundo, onde é pedido que avaliem o BUPi a uma escala nacional, dessa avaliação fazem parte três questões de resposta em escala linear, duas primeiras onde o 0 corresponde a “sem importância” e o 10 a “extrema importância” e uma última onde o 0 corresponde a “nada /pouco eficiente” e o 10 a “muito eficiente”

- 1- ***“Como avalia a importância do BUPi no ordenamento territorial e na tomada de decisão a nível local e nacional?”***;
- 2- ***“Como avalia a importância do BUPi na prevenção e mitigação do risco de incêndio?”***;
- 3- ***“Como avalia a estratégia de comunicação do BUPi a nível nacional até ao momento?”***.

Nas duas primeiras questões, o 0 correspondia a “sem importância” e o 10 a “extrema importância” e na última o 0 correspondia a “nada /pouco eficiente” e o 10 a “muito eficiente”.

Na terceira secção, pretendeu-se avaliar qual a perceção do inquirido relativamente à implementação do BUPi no seu município. Para tal, os inquiridos respondiam a seis questões, duas de avaliação quantitativa (0 a 10) e quatro questões de resposta qualitativa em seleção múltipla/caixas de verificação:

- 4- ***“Como avalia a implementação do BUPi no seu município até ao momento?”***;
- 5- ***“Quais foram as principais dificuldades sentidas no início do processo de implementação do BUPi no seu município?”***;
- 6- ***“Como avalia as estratégias de comunicação do BUPi no seu município até ao momento?”***;
- 7- ***“Quais foram as estratégias de comunicação utilizadas no seu município para fazer chegar o BUPi às populações/proprietários?”***;
- 8- ***“Atualmente, quais são as principais dificuldades no BUPi no seu município?”***;
- 9- ***“Em relação às estratégias aplicadas no seu município, analisando os meses iniciais de implementação do Balcão BUPi, o que faria de diferente?”***.

No quarto e último momento do questionário era pedido ao inquirido que identificasse problemas na metodologia de implementação do balcão e desse sugestões de melhoria, quer à escala nacional, quer à escala municipal. Este momento era constituído por uma questão inicial de escolha múltipla, uma questão de resposta qualitativa em seleção múltipla/caixas de verificação, duas questões de resposta aberta (não obrigatórias) e ainda por uma caixa de desenvolvimento de ideias e/ou sugestões:

10<sup>a</sup> – ***“Identifica problemas/lacunas na plataforma BUPi?”***;

11<sup>a</sup> – ***“Quais os principais problemas/lacunas que identifica na plataforma BUPi?”***;

12<sup>a</sup> – ***“Que sugestões daria para melhorar o funcionamento da plataforma BUPi?”***;

13<sup>a</sup> – ***“Que sugestões daria para melhorar a implementação do BUPi no seu município?”***;

14<sup>a</sup> – ***“Caso pretenda desenvolver alguma ideia relacionada com a implementação do BUPi ou com a plataforma, que tenha ou não sido abordada neste questionário, pode fazê-lo neste espaço.”***.

O questionário foi encerrado um mês após a sua abertura, no dia 4 de setembro, de modo a proceder à interpretação das respostas e resultados obtidos. (O questionário encontra-se disponível no Anexo 2)

### **3.5 Representação cartográfica e gráfica**

Os resultados obtidos no âmbito dos itens 3.2. e 3.3. foram apresentados através de representações cartográficas realizadas no software da empresa americana ESRI, o ArcGIS PRO, disponibilizado pela FLUP ao longo do ciclo de estudos.

Relativamente aos dados obtidos através da realização do questionário abordado no tópico 3.4., as representações gráficas e tabulares dos resultados foram realizadas no

software Microsoft Office 365 - Excel, também este disponibilizado pela FLUP ao longo do ciclo de estudos.

### **3.6 Análise dos resultados da implementação e das estratégias adotadas pelos municípios**

Com base nos diversos tópicos supracitados, efetuou-se uma análise da implementação e dos resultados dos primeiros meses do BUPi.

## **Capítulo IV – Resultados e Discussão**

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos durante o trabalho desenvolvido neste relatório e referenciado no Capítulo III. Os resultados e a discussão foram divididos nas seguintes três partes:

- Explicação do processo da implementação;
- Resultados numéricos, gráficos e cartográficos;
- Resultado dos questionários aos TH BUPi e aos AEPI.

### **4.1. Explicação do Procedimento**

A implementação do Balcão Único do Prédio é um processo de explicação acessível, mas de uma execução e gestão complexa. Existem casos em que é o próprio município a iniciar todo o processo e a executá-lo com recursos humanos próprios, noutros casos esse processo está a cargo das Comunidades Intermunicipais (CIM) que, em conjunto com os seus municípios, o gerem e executam também com recursos humanos próprios e há ainda outros casos em que os municípios adjudicam a maioria ou uma parte da gestão e execução do projeto a entidades/empresas externas, passando estas a ter a responsabilidade pelo projeto e pelos recursos humanos que têm de ser afetos ao projeto.

Nos casos em estudo neste relatório existem três situações de adjudicação à ÉRRE-LRB: municípios que iniciaram todo o processo, começaram a sua execução e mais tarde decidiram adjudicar à empresa os serviços e responsabilidades como execução, recursos humanos, gestão, comunicação, entre outros; municípios onde os trabalhos se iniciaram na CIM em colaboração com os mesmos, onde a comunicação ficou a cargo da CIM e o município adjudicou a execução, recursos humanos e gestão à empresa; e ainda casos em que todo o processo foi adjudicado pelo município à empresa desde o início.

### 4.1.1 Fases da Implementação BUPi

O processo de implementação do BUPi, pode então ser dividido em cinco fases (Figura 23):

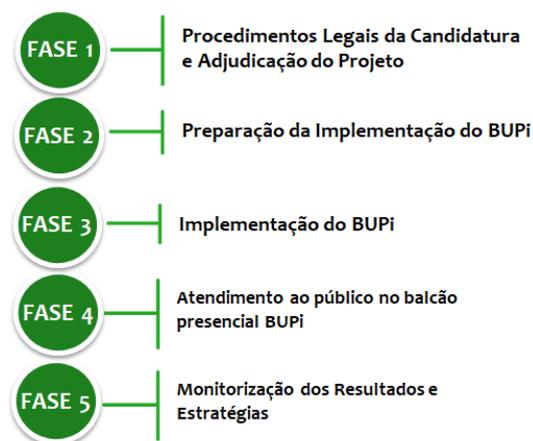


Figura 22 - Fases da Implementação do Projeto BUPi

#### Fase 1 – Procedimentos Legais da Candidatura e Adjudicação do Projeto

A fase 1 corresponde ao processo que envolve os procedimentos legais da candidatura à prestação do serviço, até à adjudicação do projeto à entidade/empresa externa. O município ou a CIM dão início a este processo com a publicação em Diário da República do anúncio do concurso público<sup>6</sup>, onde são apresentadas as informações e contactos da entidade adjudicante, é apresentado o objetivo do contrato, é descrito o objetivo do contrato, o valor do preço base do procedimento, os prazos para apresentação das propostas, os critérios de adjudicação, entre outras informações.

É posteriormente enviado aos candidatos o caderno de encargos que explicita todas as cláusulas jurídicas e técnicas a incluir no contrato que será celebrado no seguimento do procedimento de contratação pública. Em termo de cláusulas jurídicas, o documento apresenta o prazo, as obrigações principais do prestador de serviços, a forma de prestação do serviço, o prazo de entrega de elementos, o objeto do dever de sigilo, o

<sup>6</sup> Exemplo de anúncio [https://files.dre.pt/cp\\_hora/2021/09/179/414565464.pdf](https://files.dre.pt/cp_hora/2021/09/179/414565464.pdf)

preço contratual, penalidades contratuais, confidencialidade e proteção de dados pessoais, resolução, entre outras. Em termos de cláusulas técnicas é apresentada a quantidade e prazos a contratar, o objetivo, a equipa técnica a afetar ao projeto e ainda as atividades a executar. É previsto pelo documento a realização de seis atividades a executar:

- 1ª – A recolha, normalização e partilha de informação existente;
- 2ª – Integração de dados no SIG Municipal;
- 3ª – Recolha de informação Cadastral;
- 4ª – Indicadores de Realização e Resultados obtidos no final da operação;
- 5ª – Plano estratégico de sustentabilidade da intervenção após a cessação do apoio;
- 6ª – Campanha de Comunicação.

Com o iniciar do concurso público, é pedido às empresas e entidades externas/privadas interessadas que se candidatem, entregando uma proposta onde é apresentada a entidade/empresa, explicando o seu contexto empresarial nomeadamente as área de trabalho em que operam, são descritas as obrigações da equipa técnica e os recursos humanos afetar ao projeto, é detalhadamente abordada a metodologia de trabalho que a empresa se propõem a adotar e é ainda apresentado um cronograma de execução do projeto.

Finalizado o período de candidaturas são tornadas públicas as várias candidaturas/propostas e escolhida qual a entidade/empresa a quem vai ser adjudicado o projeto. Após a publicação e o período de apresentação de reclamações é assinado o contrato<sup>7</sup> entre a entidade adjudicadora e a entidade/empresa adjudicada.

---

<sup>7</sup> Exemplo de contrato

[https://www.base.gov.pt/Base4/pt/resultados/?type=doc\\_documentos&id=1512102&ext=.pdf](https://www.base.gov.pt/Base4/pt/resultados/?type=doc_documentos&id=1512102&ext=.pdf)

## **Fase 2 – Preparação da Implementação**

A fase 2 corresponde a todo o processo de preparação da implementação do balcão presencial e online no município. O início desta fase fica marcado por reuniões entre a empresa/entidade adjudicada e o município para serem delineadas estratégias e para preparar toda a logística necessária ao sucesso do projeto. A empresa/entidade adjudicada inicia o seu trabalho com o município com a realização de um estudo do território. Esse estudo é composto por cartografia, levantamentos funcionais, relatórios técnicos, da delimitação de um plano de comunicação para o projeto, da preparação de materiais de comunicação (exemplo de material de comunicação disponível no Apêndice 1), entre outros.

Nesta fase, o apoio e a comunicação entre o município e a empresa/entidade adjudicada tem de ser de proximidade máxima de modo a criar uma relação de confiança profissional entre as partes. Esta relação é necessária para o decorrer do processo, uma vez que o município terá de fornecer à empresa/entidade adjudicada endereços de e-mail, credenciais de acesso ao portal das finanças, acesso às bases de dados e SIG, (etc.) para que a mesma possa tratar toda essa informação e procure dados úteis para o projeto. É neste momento também que é feito o pedido de registo dos recursos humanos da empresa como colaboradores dos municípios, para que estes possam realizar a formação para TH BUPi e para que possam ter acesso às credenciais da plataforma BUPi. (Certificado TH BUPi disponível no Anexo 1)

### Fase 3 – Implementação do Balcão Único do Prédio

A terceira fase pode ser resumida em dois pontos: a implementação dos balcões físicos onde o TH BUPi ajuda os promotores de forma presencial, nas câmaras municipais em permanência e nas juntas de freguesia e noutros espaços de relevância para os municípios em itinerância; e a comunicação e divulgação dos balcões (Figura 23).



Figura 23 - Balcões físicos BUPi

Esta fase é acompanhada por uma série de eventos de divulgação e comunicação do Balcão, nomeadamente: evento de abertura oficial do balcão; sessões de esclarecimento nas juntas de freguesia, associações, clubes, cooperativas e outras instituições relevantes nos municípios; distribuição de *flyers* (Anexo X) e desdobráveis pelos pontos de maior afluência de pessoas em cada freguesia; entre outros. (Figura 24)



Figura 24 - Sessões de Esclarecimento BUPi

#### **Fase 4 - Atendimento ao público no BUPi e validação de processos online**

A quarta fase corresponde quer ao atendimento presencial dos proprietários e promotores, que pretendem realizar a identificação e o registo de terrenos no BUPi, quer ao processo de validação de processos submetidos online através do site (<https://www.bupi.gov.pt/>).

##### **a) Procedimento de identificação e registo**

Existem duas formas de proceder à identificação e registo de terrenos no BUPi, online ou presencialmente. O procedimento tanto na forma presencial como na online é simples e semelhante.

No procedimento presencial, os promotores deslocam-se a um dos balcões de atendimento localizados normalmente nas câmaras municipais, nas juntas de freguesia ou em itinerância em locais previamente selecionados pelas equipas, onde tratam de todo o processo com um TH BUPi que facilitará a execução do mesmo.

No caso dos promotores não precisarem de ajuda de um TH BUPi, poderão realizar todo o processo através do site [www.bupi.gov.pt](http://www.bupi.gov.pt). Para os processos online existe um guia passo a passo para agilizar todo o processo e esclarecer algumas questões que possam surgir aos promotores.

Tanto para o procedimento presencial, como para o online existem uma série de documentos necessários e fundamentais para a realização da RGG. Os documentos obrigatórios são: Cartão de Cidadão (ou Bilhete de Identidade e NIF); Caderneta predial com o número das matrizes ou informação para consultar no Portal das Finanças; e ainda, no caso do promotor for representante do interessado, terá de apresentar a Procuração Simplificada modelo BUPi ou formal, que comprove a legitimidade do mesmo para a realização do procedimento de registo gráfico georreferenciado.

Além dos documentos obrigatórios existem documentos facultativos que podem ajudar na realização do processo, por exemplo: levantamentos topográficos, caso o promotor tenha realizado previamente o levantamento das coordenadas; levantamento através da aplicação BUPi para Android e IOS; Documentos que comprovem a titularidade,

direito de propriedade, caso exista, ou o formulário modelo IRN para justificação do pedido do registo e outro documentos que os mesmos achem importante serem anexos ao processo.

#### **b) Procedimento de Representação Gráfica Georreferenciada (RGG)**

Como foi explicado anteriormente este processo pode ser feito online ou presencialmente no Balcão Único do Prédio. O processo terá algumas diferenças que serão analisadas de seguida.

O primeiro passo a dar é entrar na plataforma através do site (<https://cidadao.bupi.gov.pt/AutenticacaoAMA/Index>), para ter acesso à plataforma é necessário ter acesso à chave móvel digital ou a um leitor de cartão do cidadão, de modo a ser feita a autenticação da identidade do promotor.

Depois de realizado a plataforma apresenta “a minha área” onde tem duas opções: a primeira “consultar processos” onde é possível verificar o estado de processos, através de uma listagem e de filtros do conteúdo da mesma, no caso do promotor já ter submetido algum esboço; e a segunda “iniciar um esboço” onde é possível dar início a um novo procedimento de RGG.

Iniciado o esboço é pedido ao promotor que indique o concelho, a freguesia, o número da matriz e a natureza da mesma. No caso do prédio em questão não se encontrar registado nas finanças terá que se deslocar presencialmente ao Balcão para que o técnico habilitado dê início a um processo de artigo com matriz omissa.

Pesquisado o artigo matricial ou matriz, a plataforma informa o promotor se o artigo em questão existe, se o artigo está descrito no IRN e ainda se o artigo tem ou não outros artigos associados (rústicos ou urbanos).

Selecionado o artigo/s, no passo seguinte o promotor é questionado sobre “quem são as pessoas envolvidas no processo?” pois é fundamental que todos os intervenientes sejam registados através do preenchimento dos campos com as informações dos mesmos. Neste passo é necessário responder a duas perguntas de resposta **polar** “Sim” ou “Não”. A primeira é referente à natureza do promotor “Está a representar o

proprietário/interessado?”, no caso da resposta for negativa o promotor pode avançar diretamente para a próxima, caso a resposta seja positiva é lhe apresentado uma nova caixa de resposta com várias opções, nomeadamente: “Advogado”; “Cônjuge”; “Notário”; “Outro”; “Procurador”; “Representante de Pessoa Coletiva”; ou “Solicitador”.

A segunda pergunta varia mediante a resposta dada à questão anterior: caso a resposta tenha sido negativa, a pergunta é “O promotor é o titular inscrito na matriz?”, se foi positiva a pergunta passa a ser “O representado é o titular inscrito na matriz?”.

No caso da resposta a esta segunda questão ser positiva, a plataforma avança diretamente para o próximo passo, passando a natureza do promotor ou do representado a ser “promotor, titular” ou “representado, titular”.

Caso a resposta seja negativa, será apresentada mais uma questão de resposta imediata (sim/não): “Este processo corresponde a uma herança?”.

Se o processo corresponder a uma herança, surge uma caixa de preenchimento para a colocação do respetivo NIF de Herança e o promotor ou representado verá a sua natureza alterar de “promotor, possuidor” ou “representado, possuidor” para “promotor, herdeiro” ou “representado, herdeiro”, passando a partir desse momento a representar a herança no procedimento de RGG. No caso do processo não corresponder a uma herança o promotor avança para o preenchimento dos dados explicados a seguir.

De seguida é pedido ao promotor que se identifique. Caso o promotor realize o processo online, quando se autenticou com a chave móvel ou com o leitor de cartão de cidadão no início do processo, os campos do número de identificação, Documento de Identificação, país, nome e NIF ou NIPC ficaram automaticamente preenchidos, não sendo possível realizar alterações.

Caso o processo esteja a ser acompanhado no balcão, o TH BUPi vai inserir manualmente o número de identificação (do seu Cartão de Cidadão, Autorização de Residência, Bilhete de Identidade, Carta de Condução, Cartão de Pessoa Coletiva, Passaporte ou Outro), o nome, o país, o número de identificação fiscal ou número de identificação de pessoa coletiva, de seguida a morada, código postal, localidade postal e país de Residência.

É ainda pedido neste passo que o promotor deixe dados de contacto, nomeadamente o contacto de telefone/telemóvel e/ou o e-mail, sendo que é apenas obrigatório preencher um dos campos.

No caso do promotor ser representante do titular, herdeiro ou possuidor é necessário inserir, no passo seguinte, todas as informações especificadas anteriormente desta vez referentes ao representado.

Após o preenchimento dos campos acima referidos, o promotor é questionado se existem comproprietários, sendo que a resposta a essa questão pode ser confirmada observando o campo “titulares” na/s caderneta/s predial/ais dos artigos do processo. Caso a resposta seja positiva, terá de identificar todos os comproprietários, preenchendo os campos de identificação iguais aos do promotor/representante e do representado, sendo apenas obrigatório indicar apenas o nome e o NIF do mesmo.

No passo seguinte, é pedido ao promotor que adicione os documentos relativos ao artigo que está a tratar. Caso o promotor seja um/o representante do titular é necessária a submissão de uma autorização de representação ou uma procuração. Se o promotor for o titular do artigo em questão, terá apenas de responder se tem ou não títulos de propriedade e submeter a caderneta predial e os títulos. Podem ainda ser adicionados outros documentos que o promotor ache importante ficarem anexos ao processo.

Por fim, o promotor é questionado se sabe o nome dos titulares anteriores referentes à matriz, pergunta que deve ser respondida colocando diretamente o nome dos mesmos, ou no caso de não saber responder, avançar sem preencher a resposta à questão.

Depois de terminada a submissão dos documentos, será pedido ao promotor que realize a RGG. Existem duas formas de a realizar: procurar a propriedade através de fotointerpretação e fazer o desenho da propriedade ou carregar um ficheiro, anteriormente preparado, no formato *KML*, *Shapefile* ou *GPX*. Estão disponíveis ao promotor nove ferramentas para auxiliar no desenho ou no carregamento do ficheiro: Carregar; Desenhar; Unir; Desfazer; Selecionar; Remover; Recortar; Navegar; Gravar. A estas ferramentas juntam-se ainda um visualizador da área atual do desenho, uma barra de pesquisa onde é possível pesquisar por localidades e pela toponímia e ainda um

separador com vários layers que podem ser ativados e desativados para facilitar na procura da propriedade. Realizada a RGG é necessário gravar a mesma antes de avançar no processo. Neste passo é ainda possível deixar uma nota informativa, se necessário, ao TH BUPi que vai analisar o processo.

Depois de identificado o prédio, de identificadas as pessoas envolvidas, de submetidos os documentos e da realização do esboço/desenho da RGG, é necessário que o promotor verifique todos os dados submetidos, os documentos e o desenho da RGG. Caso esteja tudo em conformidade será pedido que descarregue e assine um termo onde declara que, na qualidade de promotor, são da sua inteira responsabilidade os dados relativos à delimitação do polígono constante da RGG do processo em curso. Para concluir o processo de esboço o promotor terá de submeter o termo assinado, selecionar a caixa de validação da declaração de responsabilidade e carregar em finalizar.

Finalizado o processo, o mesmo fica automaticamente disponível no backoffice dos TH BUPi do município onde se localiza o esboço submetido, ficando a “aguardar validação” de um desses mesmos TH BUPi. Depois de analisado pelo TH BUPi, se a documentação estiver em conformidade, se o desenho da RGG respeitar as leis que a regulam e se o termo estiver assinado, o esboço é aprovado, o seu estado é alterado para a “aguardar análise” da Autoridade do Registo Predial ou para “concluído”. No caso de existir alguma inconformidade com a documentação, se o desenho da RGG não respeitar as leis ou se o termo não estiver devidamente assinado, o processo altera o seu estado para “recusado” e será possível ver uma mensagem do TH BUPi com o motivo da recusa. É necessário que o promotor realize as alterações/correções pedidas e depois de submetidas, o processo volta a aguardar validação. Nesta segunda validação, no caso de todas as correções terem sido feitas, o processo é aprovado; mas no caso de não terem sido realizadas as alterações, a recusa do processo pelo TH BUPi (deixando novamente uma mensagem com o motivo da recusa) levará a que o mesmo seja automaticamente cancelado pela plataforma, sendo necessário iniciar um novo processo para realizar o procedimento de RGG desse mesmo artigo matricial.

## **Aplicação BUPi**

No início do mês de junho de 2022 foi lançada, pela estrutura de missão do BUPi, uma aplicação móvel (iOS e Android) para facilitar o processo de localizar os limites das propriedades através de um dispositivo móvel como um smartphone ou tablet. (Figura 25)

A aplicação tem como objetivo dar aos proprietários ou promotores uma forma eficaz de recolher coordenadas geográficas dos terrenos, precisando apenas do smartphone/tablet e de se deslocar aos limites das propriedades a georreferenciar. Recolhendo os pontos georreferenciados, a aplicação cria um polígono que depois pode ser carregado na plataforma BUPi aquando da realização do desenho do esboço on-line ou carregado pelo TH BUPi no processo de registo da RGG no balcão presencial. (BUPi, 2022c)

O processo de recolha de coordenadas baseia-se em 4 passos:

- i. Descarregar e abrir a aplicação BUPi no smartphone ou tablet;
- ii. Selecionar a opção “adicionar terreno”;
- iii. Deslocar-se pela propriedade enquanto marca os vértices da mesma;
- iv. Guardar ou partilhar a informação georreferenciada do terreno.

A aplicação encontra-se disponível para android em: [https://play.google.com/store/apps/details?id=com.ebupi.mobile&hl=pt\\_PT&gl=US](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.ebupi.mobile&hl=pt_PT&gl=US) e para IOS em: <https://apps.apple.com/pt/app/bupi/id1624349613>.

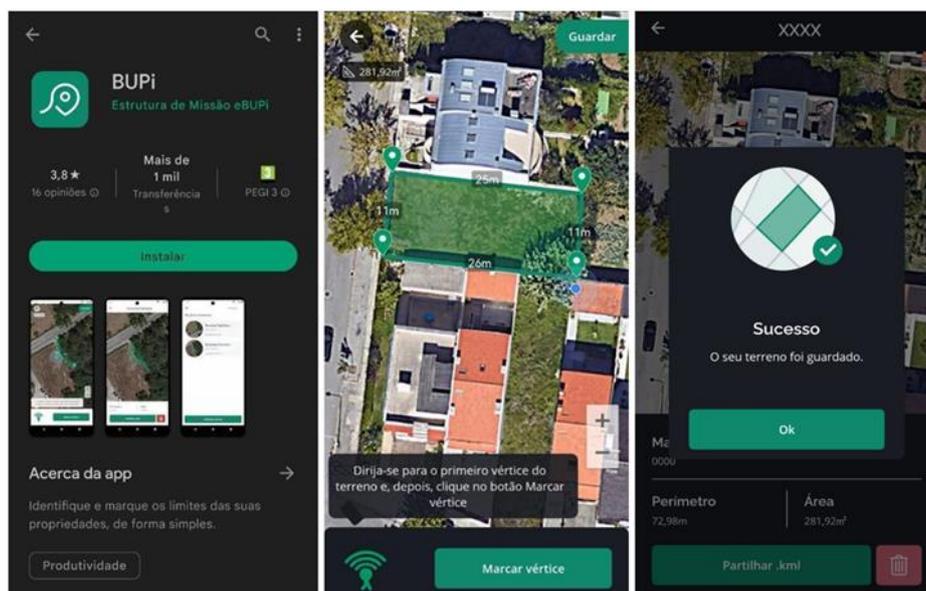


Figura 25 - Aplicação BUPi (Fonte: BUPi, 2022)

## Fase 5 - Monitorização dos Resultados e Estratégias

Na quinta fase da implementação são monitorizados os índices de realização, analisados os resultados e são revistas as estratégias adotadas. Esta fase acompanha temporal e espacialmente as fases 2, 3 e 4 da implementação do SICS.

A monitorização dos índices de realização é realizada através da análise do *Dashboard* Técnico de Desempenho dos Municípios<sup>8</sup>, através da análise dos relatórios semanais, mensais e globais dos diversos TH BUPi e é ainda analisado o número de RGG realizadas em cada freguesia e o número de pedidos de marcações de registos, tanto para as juntas de freguesia (balcões itinerantes) como para a câmara municipal (balcão em permanência).

<sup>8</sup> Parcialmente disponível ao público: <https://bupi.gov.pt/dashboardtecnico/>

## 4.2. Resultados numéricos, gráficos e cartográficos

Como foi referido no ponto 3 do capítulo III, os dados apresentados têm duas origens: a obtenção através da análise e recolha no *dashboard* técnico do BUPi e a solicitação formal à EMESICS. Foram recolhidos dois tipos de dados: os numéricos que representam a evolução temporal dos resultados da implementação, e os geográficos que representam essa mesma evolução, mas com uma representação espacial associada. É necessário advertir para as questões legais da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e do sigilo profissional uma vez que, de modo a não colocar em causa a legalidade deste trabalho, não foi possível realizar uma representação gráfica a menor escala de modo a obter uma análise mais detalhada da distribuição das RGG.

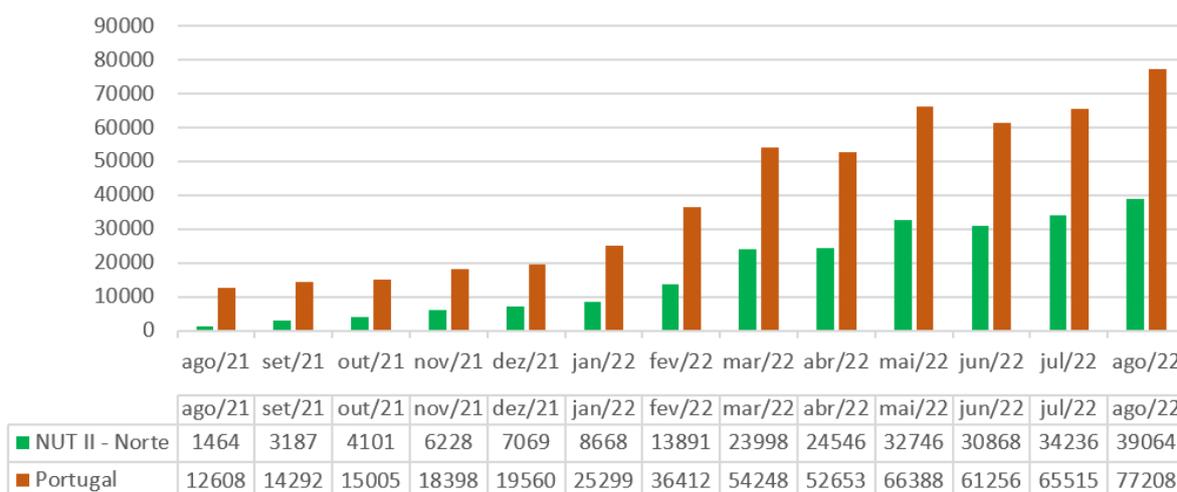
Os dados numéricos e geográficos recolhidos correspondem a um espaço temporal que varia no seu início, entre agosto e novembro de 2021, pois os municípios não iniciaram todos ao mesmo tempo a implementação. Os municípios de Mondim de Basto, Fafe e Póvoa de Varzim iniciaram a implementação no final do mês de novembro de 2021, já o município de Esposende iniciou a implementação no mês de setembro de 2021.

De modo a ser possível efetuar uma comparação, foram analisados os resultados gerais nacionais (estabelecendo assim os valores de referência) e os dados referentes à NUT II (Norte). Posteriormente foram calculadas as médias da AMP e por CIM para realizar uma comparação entre as mesmas e os municípios em estudo.

A nível de análise dos resultados dos municípios, são apresentados os resultados numéricos do número de RGG realizadas em cada município sendo possível comparar os resultados mensais com os valores da evolução média do número de RGG na CIM ou AMP correspondente. Para a representação geográfica, os dados numéricos foram divididos em 3 grupos consoante os meses em que foram realizados: do início do processo a dezembro de 2021(amarelo), janeiro a abril de 2022 (azul) e maio a agosto de 2022 (vermelho).

#### 4.2.1 Resultados do Número de RGG e Matrizes realizadas na NUT II - Norte e em Portugal Continental

Analisando o **gráfico 1**, é possível observar que o número de RGG realizados em Portugal e na NUT II - Norte apresenta uma tendência de crescimento. No entanto, estes valores não podem ser avaliados sem ter em consideração que o número de municípios aderentes ao procedimento de implementação, em agosto de 2021, era muito inferior ao número de municípios que se encontram, neste momento, a executar o projeto (atualmente o BUPi encontra-se em funcionamento em cerca de 140 municípios). Portugal tem mais de 8 milhões e 200 mil matrizes rústicas para georreferenciar das quais foram concluídas, até ao final do mês de agosto de 2022, cerca de 697 mil, o que corresponde a cerca de 8,5% do total a cadastrar.



**Gráfico 1 - Resultados das Matrizes do RGG da NUT II - Norte e de Portugal Continental (Fonte: EMESICS, 2022)**

#### 4.2.2 Resultados do Número de RGG e Matrizes realizadas na AMP e nas CIM em Estudo

De modo a ser possível analisar os resultados obtidos pelos municípios em estudo, são apresentados os gráficos relativos ao número de RGG realizadas desde o início do processo em cada CIM e na AMP.

A CIM do Ave apresenta um valor de execução de cerca de 8%, o que corresponde à realização de 15.633 RGG de um total de 170.794 matrizes.

Observando o gráfico 2, é possível verificar uma tendência crescente na média desta CIM no início do processo, mas que teve tendência a estabilizar com o passar dos meses.

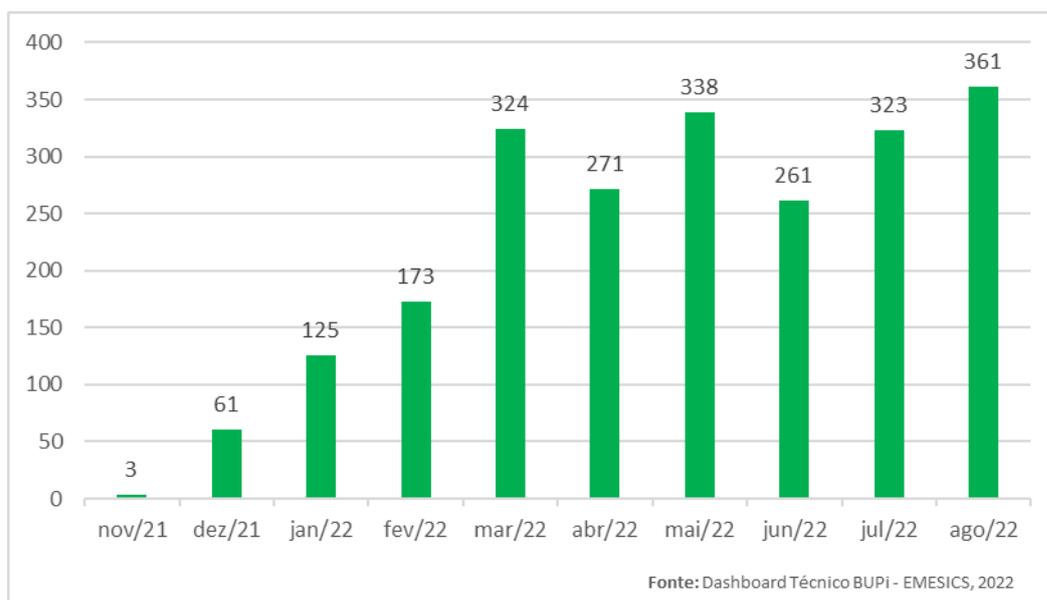
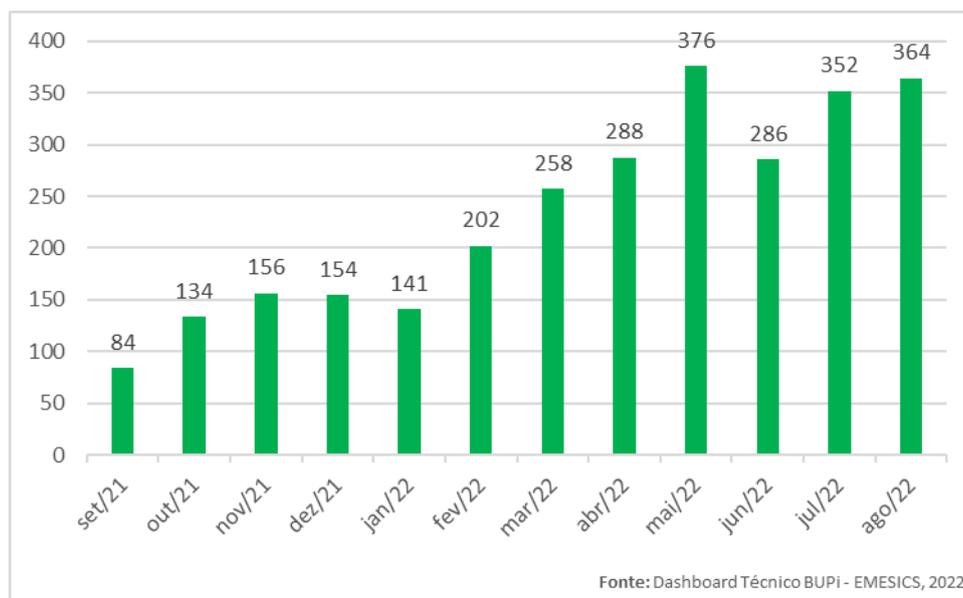


Gráfico 2 - Evolução Média do Nº de RGG por Mês - Municípios CIM do Ave (Fonte: EMESICS, 2022)

A CIM do Cávado apresenta um valor de execução de cerca de 7%, que corresponde à realização de 16.694 RGG de um total de 253.663 matrizes.

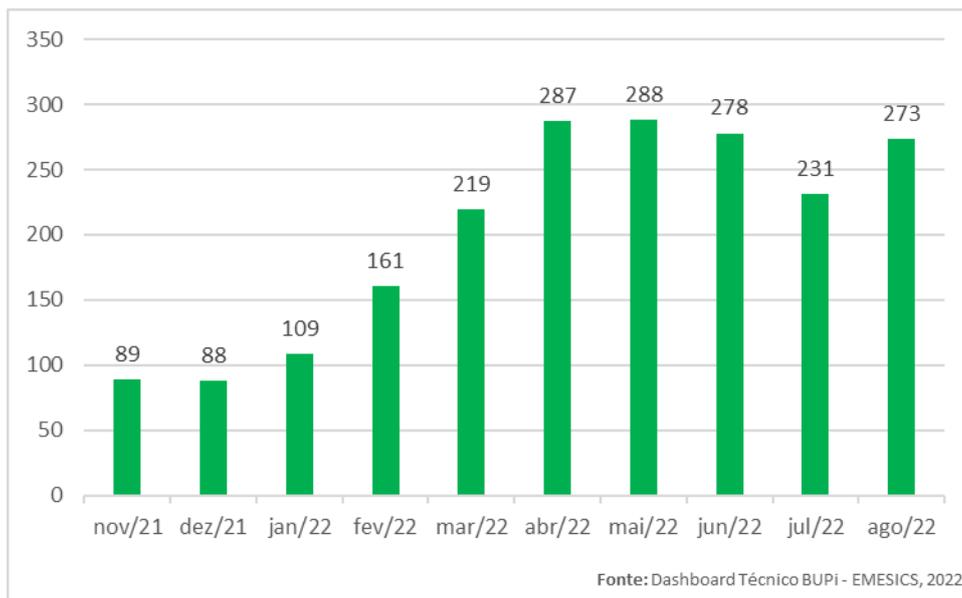
Observando o gráfico 3, é possível verificar que também nesta CIM houve uma tendência crescente na média no início do processo, mas que teve tendência a estabilizar com o passar dos meses.



**Gráfico 3 - Evolução Média do Nº de RGG por Mês - Municípios CIM do Cávado (Fonte: EMESICS, 2022)**

O somatório dos resultados municípios da AMP que aderiram ao BUPi apresenta um valor de execução de cerca de 6%, que corresponde à realização de 23.716 RGG de um total de 369.262 matrizes.

Observando o gráfico 4, é possível verificar que também na AMP houve uma tendência crescente na média no início do processo, mas que teve tendência a estabilizar com o passar dos meses.



**Gráfico 4 - Evolução Média do Nº de RGG por Mês - Municípios AMP (Fonte: EMESICS, 2022)**

### 4.2.3 Resultados do Número de RGG realizadas no Município de Mondim de Basto

Conforme anteriormente referido, o município de Mondim de Basto iniciou a sua implementação do BUPi em novembro de 2021, juntamente com a maioria dos municípios pertencentes à CIM do Ave.

Na figura 26 são apresentados os resultados numéricos e geográficos do número de RGG realizadas no município e ainda os valores da evolução média do número de RGG por mês na CIM do Ave. Observando a comparação do município com a média da CIM, podemos verificar que em praticamente todos os meses, o município ficou acima da média, com exceção dos dois meses iniciais.

Do início do processo de implementação até ao dia 31 de agosto de 2022, foram realizados 3.160 RGG de um total de 14.839 matrizes, correspondendo a cerca de 22% de execução.

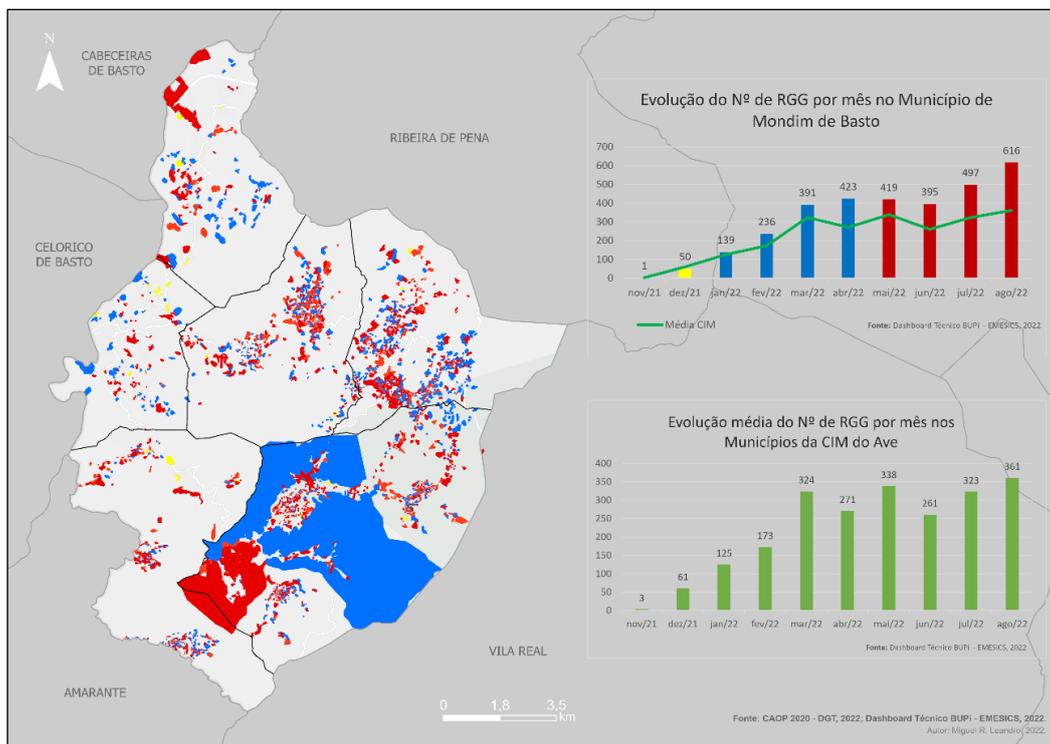


Figura 26 - Resultados RGG BUPi - Nov. 2021 a Ago. 2022 – AEE - Município de Mondim de Basto – CIM Ave  
(Fonte: EMESICS, 2022)

#### 4.2.4 Resultados do Número de RGG realizadas no Município de RGG Fafe

O município de Fafe, também pertencente à CIM do Ave, foi outro dos municípios que iniciou a sua implementação do BUPi em novembro de 2021.

Na figura 27 são apresentados os resultados numéricos e geográficos do número de RGG realizadas no município e ainda os valores da evolução média do número de RGG por mês na CIM do Ave, tanto como gráfico individual com os valores concretos, como em formato de linha de comparação no gráfico do município. Observando a comparação do município com a média da CIM, podemos verificar que em praticamente todos os meses, o município ficou acima da média, com exceção dos dois meses iniciais.

Do início do processo de implementação até ao dia 31 de agosto de 2022, foram realizadas 7.147 RGG de um total de 59.869 matrizes, correspondendo a cerca de 12% de execução.

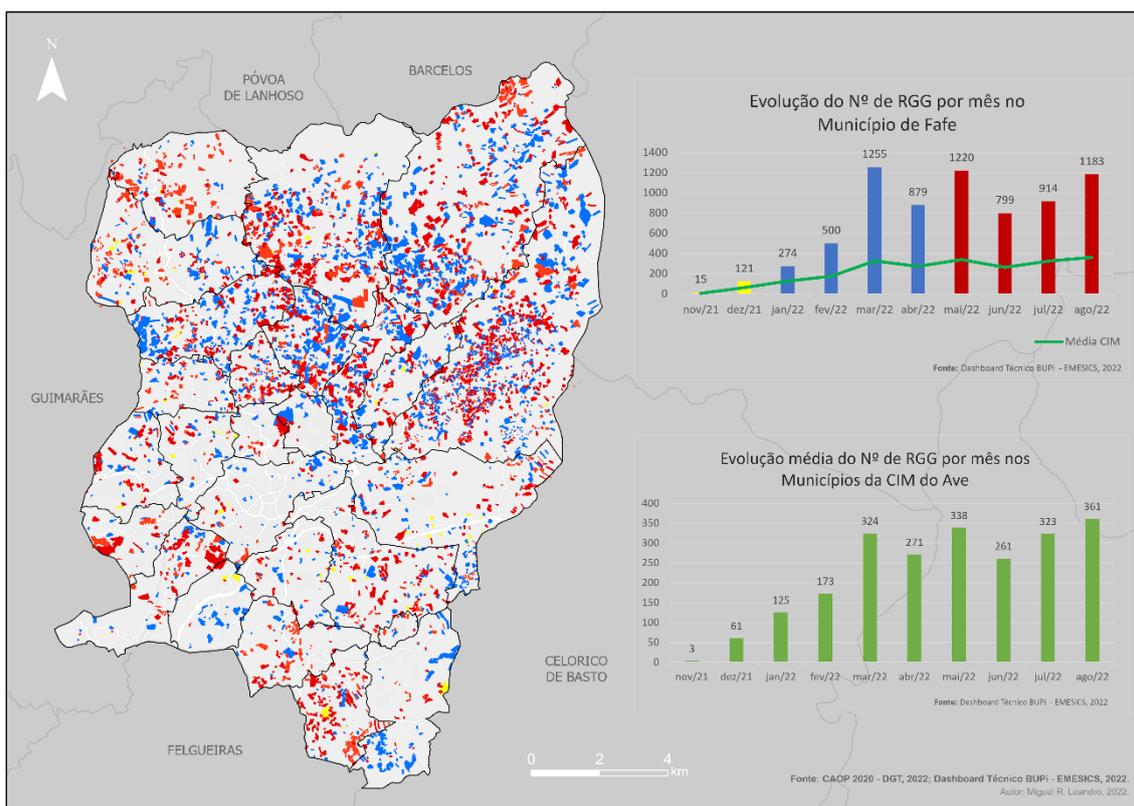


Figura 27 - Resultados RGG BUPi – Nov. 2021 a Ago. 2022 – AEE - Município de Fafe – CIM Ave (Fonte: EMESISCS, 2022)

#### 4.2.5 Resultados do Número de RGG realizadas no Município de Esposende

O município de Esposende iniciou a sua implementação do BUPi em setembro de 2021, juntamente com todos os municípios pertencentes à CIM do Cávado.

Na figura 28 são apresentados os resultados numéricos e geográficos do número de RGG realizadas no município e ainda os valores da evolução média do número de RGG por mês na CIM do Cávado. Observando a comparação do município com a média da CIM, podemos verificar que o município estava abaixo da média até ao mês de junho, altura onde a tendência se inverteu. É importante dar especial enfoque no mês de agosto, uma vez que neste mês o município claramente se destacou da média da CIM.

Do início do processo de implementação até ao dia 31 de agosto de 2022, foram realizados 2.729 RGG de um total de 30.596 matrizes, correspondendo a cerca de 9% de execução.

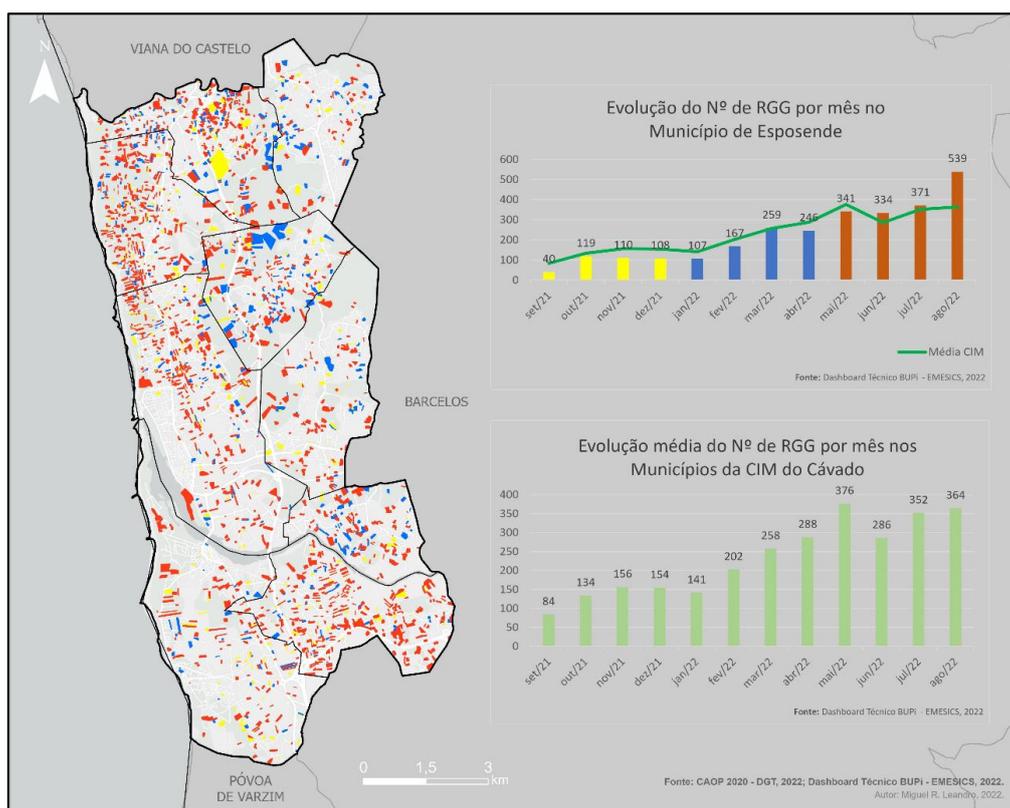


Figura 28 - Resultados RGG BUPi – Nov. 2021 a Ago. 2022 – AEE - Município de Esposende – CIM Cávado (Fonte: EMESISC, 2022)

#### 4.2.6 Resultados do Número de RGG realizadas no Município da Póvoa de Varzim

O município da Póvoa de Varzim é pertencente à AMP e iniciou a sua implementação do BUPi em novembro de 2021.

Na figura 29 são apresentados os resultados numéricos e geográficos do número de RGG realizadas no município e ainda os valores da evolução média do número de RGG por mês na AMP. Observando a comparação do município com a média da AMP, podemos verificar que em todos os meses desde o início do processo, o município ficou claramente abaixo da média da AMP.

Do início do processo de implementação até ao dia 31 de agosto de 2022, foram realizados 1.085 RGG de um total de 14.219 matrizes, correspondendo a cerca de 8% de execução.

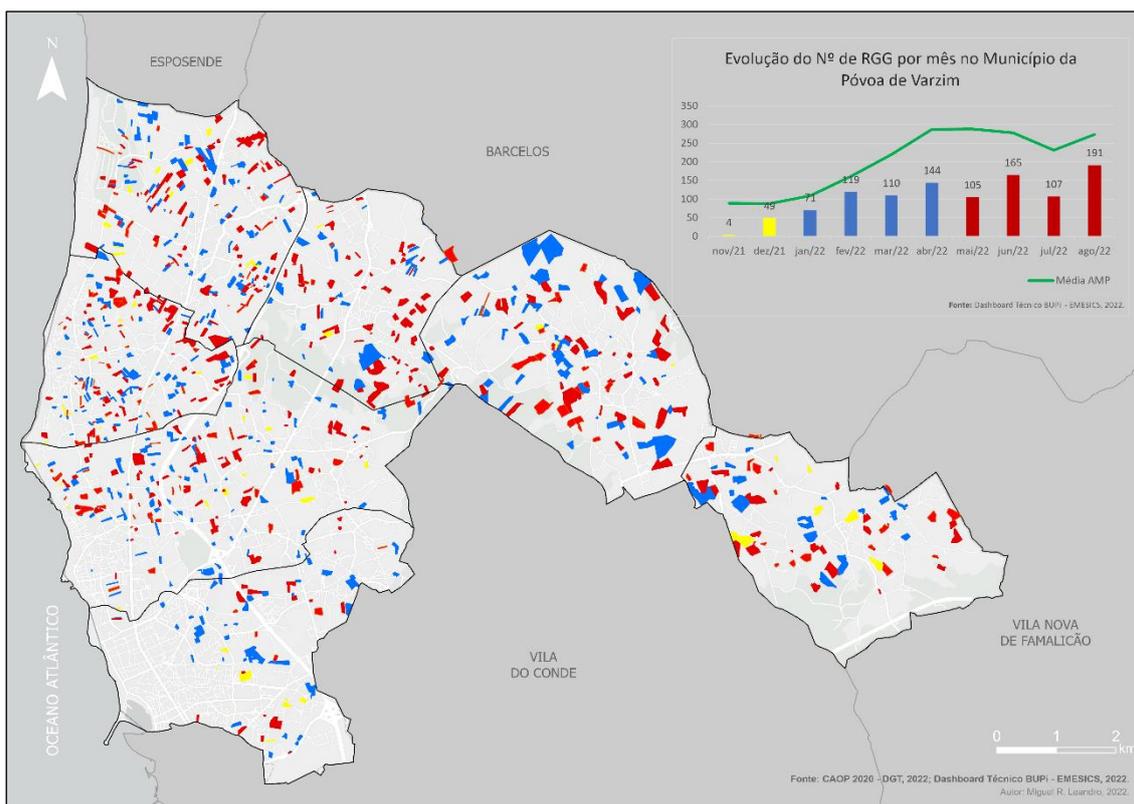


Figura 29 - Resultados RGG BUPi - Nov. 2021 a Ago. 2022 – AEE - Município da Póvoa de Varzim

### 4.3 Resultado do questionário aos TH BUPi e aos AEPI

O questionário foi lançado no dia 4 de agosto de 2022 e foi encerrado no dia 4 de setembro do mesmo ano, sendo que durante esse tempo foram obtidas respostas de 79 pessoas.

A primeira secção do questionário pretendia obter informações gerais relativas aos inquiridos de modo a melhor perceber o seu enquadramento e percurso.

Observando as respostas relativas à natureza dos inquiridos, o grupo que melhor aderiu ao questionário foi o dos TH BUPi, correspondendo a uma visível maioria de 97,3%, contra apenas 2,7% do grupo dos AEPI. (Gráfico 5 - A)

Foi questionada a idade dos inquiridos estando estas divididas em 6 grupos etários: dos 18 aos 25 anos, dos 26 aos 35 anos, dos 36 aos 45 anos, dos 46 aos 55 anos, dos 56 aos 65 anos, e idade superior a 65 anos. O grupo etário que mais se destacou nesta amostra foi o dos 26 a 35 anos com 34,2%, seguido do grupo dos 36 aos 45 anos com 29,1%, depois o grupo dos 18 aos 25 anos com 25,3% e o grupo dos 46 aos 55 anos com apenas 11%. É importante sublinhar que nenhum dos inquiridos pertencia aos dois últimos grupos etários. (Gráfico 5 - B)

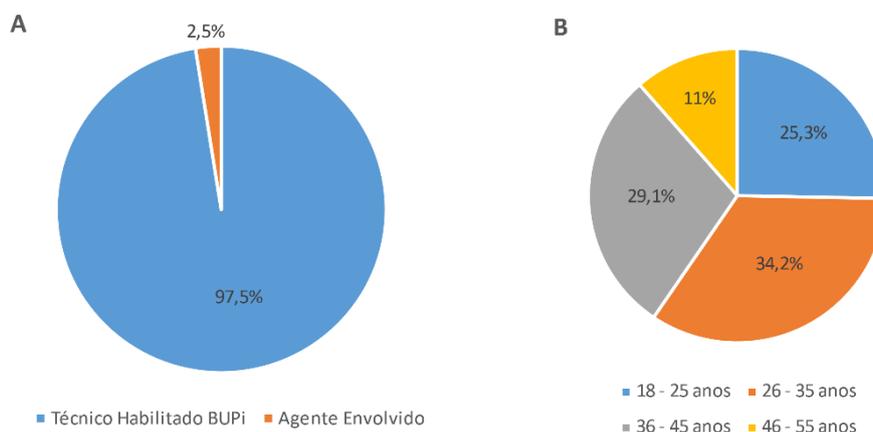
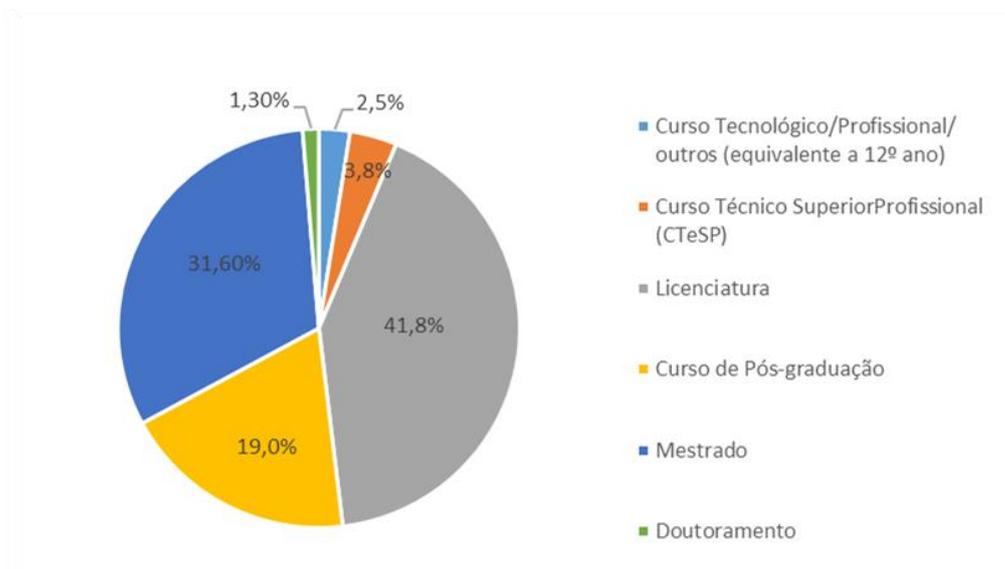


Gráfico 5 - Natureza (A) e Idade (B) dos Inquiridos.

Em relação às habilitações literárias, 97,5% dos inquiridos apresenta estudos superiores, dos quais 41,8% Licenciatura, 31,6% Mestrado, 19% Licenciatura e Pós-graduação, 3,8% Curso Técnico Superior Profissional e ainda 1,3% Doutoramento. Apenas 2,5% dos inquiridos apresenta Curso Tecnológico/Profissional/outros (equivalente a 12º ano). (Gráfico 6)



**Gráfico 6 - Habilitações Literárias dos Inquiridos**

A nível de área de formação, a que apresentou a maioria das respostas foi Ciências Geográficas com 31,4%, seguida por Engenharias com 29,5%, Planeamento Territorial com 15,2%, 3 áreas que apresentaram o valor de 4,8% (Topografia, Arquitetura e Ambiente), Urbanismo com 3,7%, Ciências Jurídicas com 2,9% e ainda 2,9% de outras áreas. (Gráfico 7)

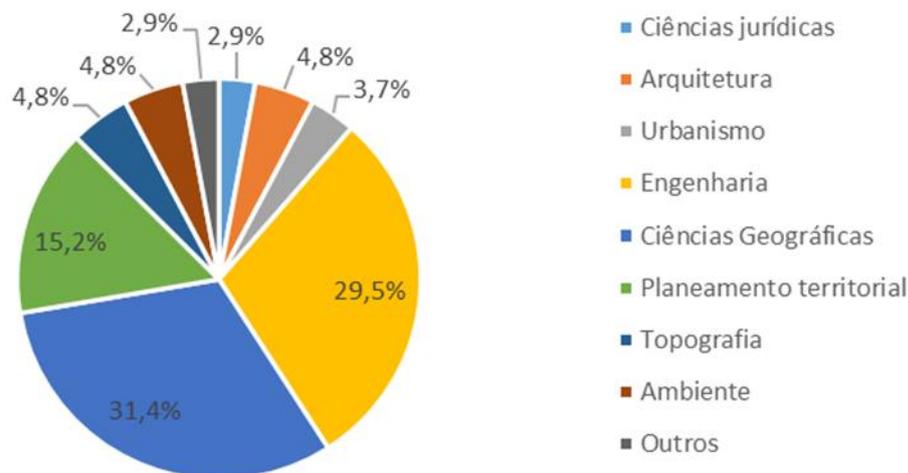


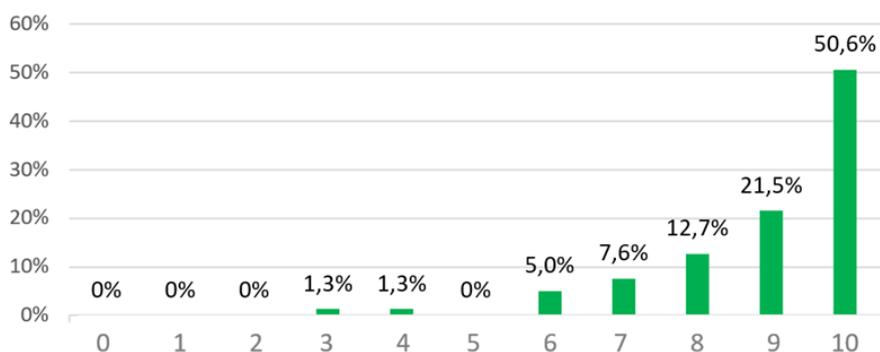
Gráfico 7 - Área de Formação dos Inquiridos

Tendo em conta os resultados recolhidos neste primeiro grupo de perguntas, nomeadamente as respostas relativas ao grupo etário e às habilitações literárias, é possível constatar que uma parte significativa dos inquiridos são jovens recém-formados. Verificando as áreas de formação, é ainda de notar que este projeto deu oportunidade a esses mesmos jovens de adquirirem experiência na sua área de formação académica e técnica.

Na segunda secção do questionário, pretendeu-se compreender qual a perceção dos inquiridos relativamente ao BUPi numa escala nacional. Para isso foram realizadas 3 questões de resposta em escala numérica/linear, podendo a resposta variar entre 0 e 10, sendo que o 0 corresponde a “sem importância/muito negativa” e o 10 a “extrema importância/muito positiva”.

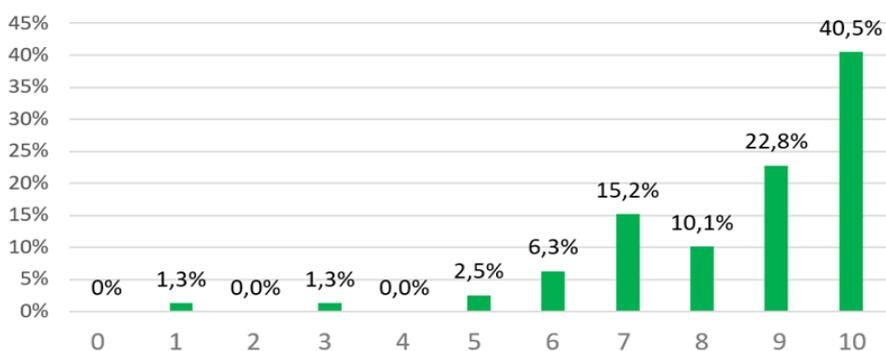
Na primeira questão “Como avalia a importância do BUPi no ordenamento territorial e na tomada de decisão a nível local e nacional?”, a grande maioria (97,4%) dos inquiridos respondeu de forma positiva (6 a 10) o que demonstra que consideram que os trabalhos desenvolvidos têm uma real importância para o futuro do planeamento e ordenamento

do território (OT) do nosso país. As restantes respostas (2,6%) foram negativas e variaram entre 3 e 4, mostrando assim que na sua opinião o BUPi não terá uma importância significativa para o OT. (Gráfico 8)



**Gráfico 8 - Importância do BUPi no Ordenamento Territorial e na Tomada de Decisão a Nível Local e Nacional**

Na segunda questão “Como avalia a importância do BUPi na prevenção e mitigação do risco de incêndio?”, a maioria dos inquiridos (94,9%) respondeu novamente de forma positiva (entre 6 e 10), considerando assim que o BUPi tem uma importância real para a mitigação desta problemática. Dos inquiridos que responderam de forma positiva, 40,5% avaliou com 10, 22,8% com 9, 10,1 % com 8, 15,2% com 7 e 6,3% com 6. As respostas negativas a esta questão variaram entre 1 e 5 (5,1%) e foram divididas entre o 5 (2,5%) e o 3 e 1 ambos com 1,3%.(Gráfico 9)

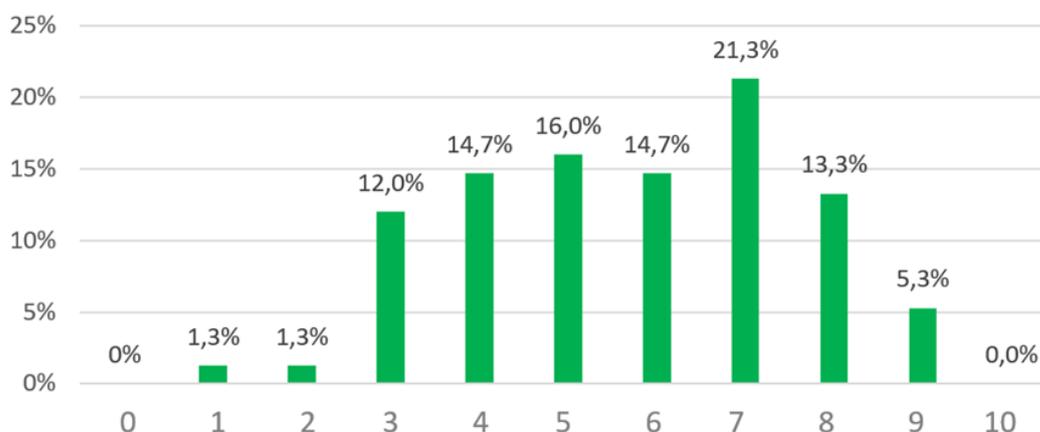


**Gráfico 9 - Importância do BUPi na Prevenção e Mitigação dos Riscos de Incêndio**

A terceira questão “Como avalia a estratégia de comunicação do BUPi a nível nacional até ao momento?” trouxe um espectro mais alargado de resultados entre os inquiridos, a maioria das respostas varia entre o 3 e o 9 (97,4%) e os restantes avaliaram com 1 e 2 (2,6%).

Considerando que de 0 a 4 a avaliação é negativa, o 5 é uma avaliação nem positiva nem negativa e de 6 a 10 é positiva, cerca de 70% dos inquiridos avaliou as estratégias de comunicação de forma positiva, sendo que destes apenas 18,6% as avaliou com resultados fortemente positivos (8 e 9,) não existindo qualquer resposta de 0 ou 10.

É também importante referir, os 16% de inquiridos que avaliou com 5, uma vez que este resultado pode revelar um conhecimento e perceção pouco aprofundados do que está, ou não, a ser feito em relação à comunicação do BUPi a nível nacional ou ainda que a comunicação pode não estar a surgir o efeito esperado na população e nos próprios recursos humanos alocados a este projeto (Gráfico 10)



**Gráfico 10 - Avaliação da Estratégia de Comunicação do BUPi a Nível Nacional – Set. 2021 a Set. 2022**

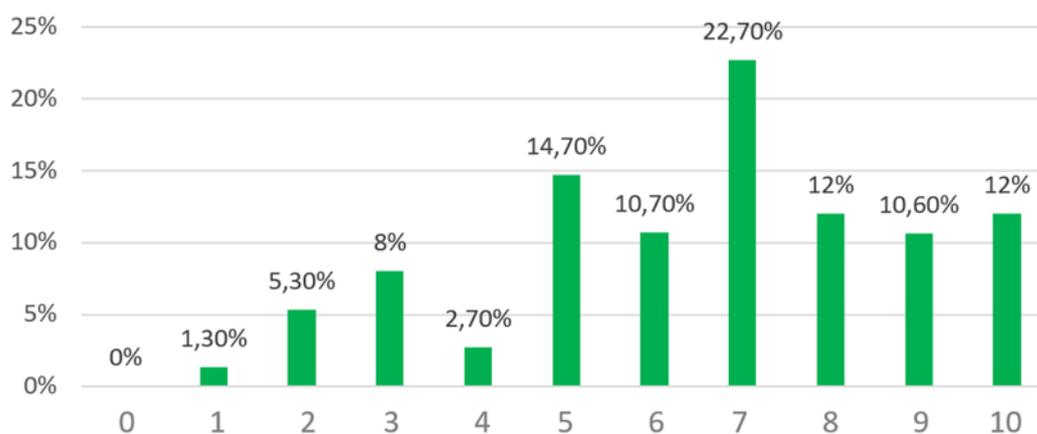
De modo geral, com esta secção, compreende-se que os inquiridos consideram a existência do BUPi um fator importante para o futuro do país, mas onde ainda existem fatores a melhorar, nomeadamente a nível da comunicação.

Na terceira secção do questionário, pretendeu-se compreender qual a perceção dos inquiridos relativamente ao BUPi no/s município/s onde se encontram inseridos. Para

tal, foram realizadas seis questões, duas de resposta em escala linear/numérica e quatro de resposta em caixas de verificação.

Na primeira questão “Como avalia a implementação do BUPi no seu município até ao momento?”, a maioria dos inquiridos (68%) respondeu de forma positiva (6 a 10) e com uma distribuição equilibrada ao longo da escala. DE destacar apenas a classificação 7 que obteve praticamente o dobro dos resultados das restantes classificações positivas.

A percentagem de respostas que se fixaram no 5 (14,7%) ou em valores negativos (17,3%) foram estatisticamente relevantes, mostrando que também há inquiridos insatisfeitos com a forma como está a ser desenvolvido o processo de implementação do Balcão.(Gráfico 11)



**Gráfico 11 - Avaliação da Implementação do BUPi a Nível Municipal - Set. 2021 a Set. 2022**

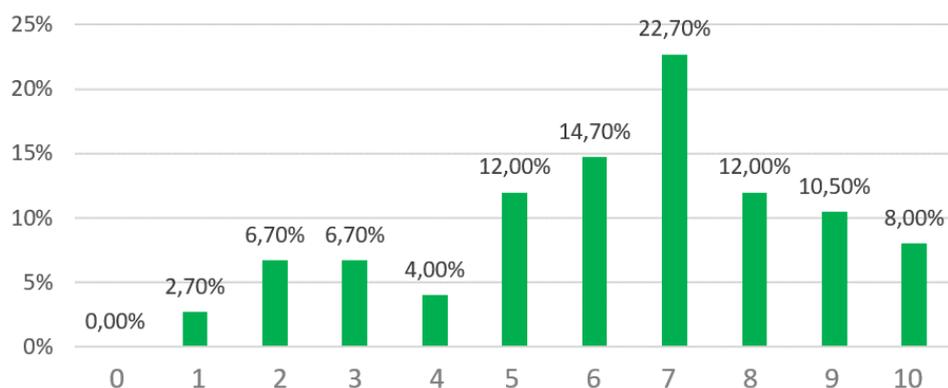
Relativamente à segunda questão “Quais foram as principais dificuldades sentidas no início do processo de implementação do BUPi no seu município?”, foram principalmente indicadas como respostas a falta de comunicação e divulgação do projeto (29,61%), a falta de adesão por parte dos proprietários (27,37%), a relação entre o Município e as entidades responsáveis (AT, IRN, etc.) (18,43%) e ainda a falta de bases de direito predial na formação dos TH BUPi (14,53%). Outras dificuldades sentidas em percentagem inferior a 10% foram a relação entre o Município e a Empresa Adjudicada, a falta de iniciativa por parte do município, a falta de recursos humanos, as dificuldades na localização das propriedades por parte dos promotores, entre outras. (Gráfico 12)



**Gráfico 12 - Principais Dificuldades no Início do Processo Implementação BUPi - Escala Municipal**

A terceira questão “Como avalia a estratégia de comunicação do BUPi no seu município até ao momento?”, foi respondida pela maioria dos inquiridos(67,9%) de forma positiva (6 a 10). A percentagem mais significativa de inquiridos avaliou a comunicação com 7 (22,7%) ou com 6 (14,7%), o que demonstra que ainda existe bastante espaço para melhoria.

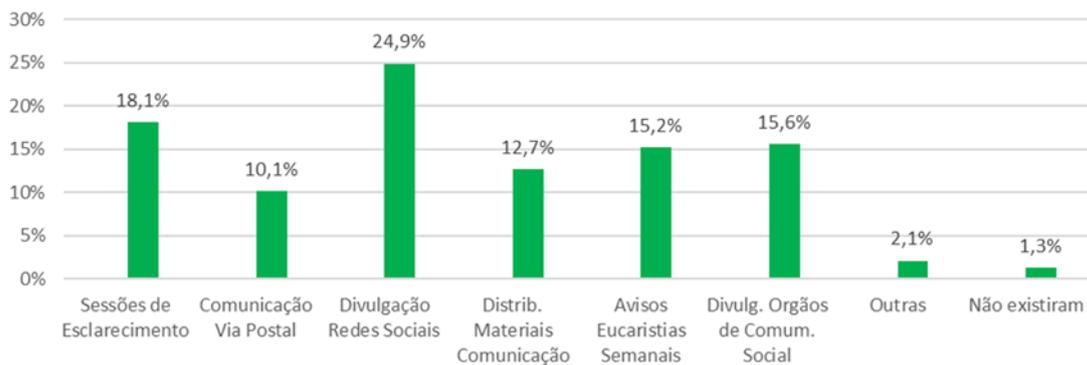
É também importante referir que os restantes inquiridos avaliaram negativamente as estratégias nos seus municípios (20,1%) ou com 5 (12%), o que leva a interpretar que numa percentagem de cerca de 30% dos inquiridos as estratégias ou não existem, ou não se encontram em correto funcionamento. (Gráfico 10)



**Gráfico 13 - Avaliação das Estratégias de Comunicação BUPi - Nível Municipal - Set. 2021 a Set. 2022**

Na quarta questão “Quais foram as estratégias de comunicação utilizadas no seu município para fazer chegar o BUPi às populações/proprietários?”, as principais estratégias identificadas foram: divulgação através das redes sociais (24,9%); sessões de esclarecimento à população nas juntas de freguesia, associações e em outras instituições de importância municipal (18,1%), divulgação através dos órgãos de comunicação social do município (jornais, revistas, rádios, etc.) (15,6%); divulgação sob a forma de aviso nas eucaristias semanais (15,2%); 5) divulgação de materiais de comunicação em pontos de aglomeração da população (cafés, farmácias, restaurantes, etc.) (12,7%) e envio de material de comunicação via postal (10,1%).

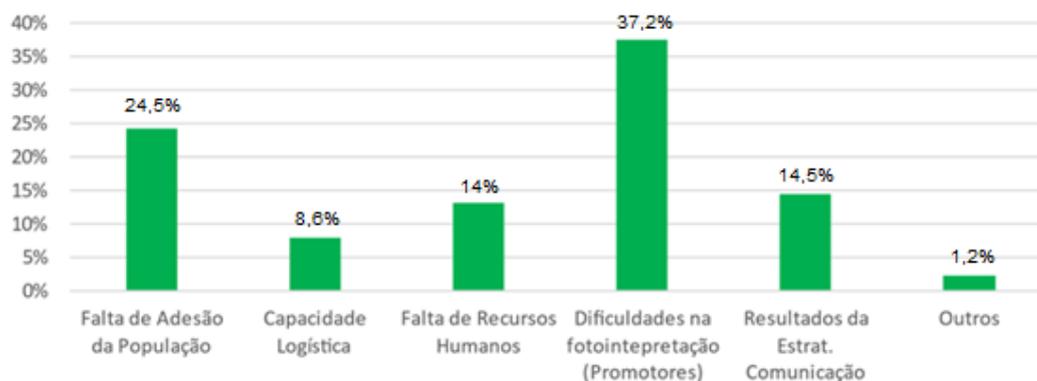
Foram identificadas outras estratégias com relevância inferior a 10%, tais como: outdoors espalhados pelo município, divulgação oral nas juntas de freguesia, convites aos grandes proprietários e entidades. E foi ainda afirmado por 1,3% que não existiu qualquer estratégia de divulgação. (Gráfico 14)



**Gráfico 14 - Estratégias de Comunicação Adotadas - Escala Municipal**

Na quinta questão “Atualmente, quais são as principais dificuldades no BUPi do seu município?” foram principalmente indicadas a identificação através da fotointerpretação (37,2%), a falta da adesão da população (24,5%), a falta de recursos humanos; os resultados pouco relevantes das campanhas de sensibilização e comunicação do projeto, e a capacidade logística.

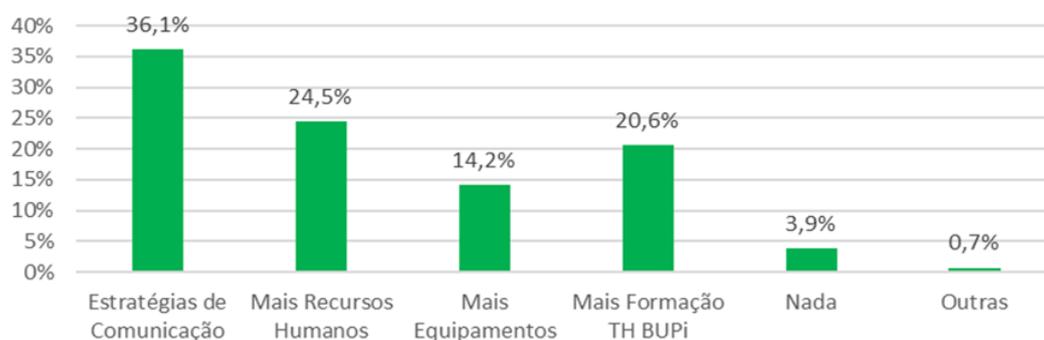
Foram ainda identificadas outras dificuldades, tais como a falta de balcões no município, RGGs erradamente recusadas/não validadas pelo IRN, dificuldade na fotointerpretação nas áreas florestais, falta de divulgação nas juntas de freguesia, ausência dos promotores às marcações e agendamentos, e fraca disponibilidade por parte do poder local para a realização de sessões de esclarecimento. (Gráfico 15)



**Gráfico 15 - Principais dificuldades no BUPi - Agosto e Setembro 2022**

Na sexta questão “Em relação às estratégias aplicadas no seu município, analisando os meses iniciais de implementação do Balcão BUPi, o que faria de diferente?”, as principais diferenças identificadas foram ao nível das estratégias de comunicação (36,1%), da alocação de mais recursos humanos ao processo (24,5%), da formação específica para os TH BUPi (SIG, Jurídica, etc.) (20,6%), da alocação de mais equipamentos (informáticos, de comunicação, etc.) (14,2%).

Foram também identificadas outras estratégias que seriam diferentes como a realização de campanha de comunicação em massa (rádios, televisão, etc.) e uma maior pressão sobre os presidentes de junta para a realização de sessões de esclarecimento. Foi respondido por 8% dos inquiridos que nada fariam de diferente nos seus municípios. (Gráfico 16)



**Gráfico 16 - Prospectiva das Estratégias Aplicadas - Nível Município**

Com esta secção e avaliando de forma global as respostas dos inquiridos relativamente ao/s seu/s município/s é possível concluir que apesar de, na sua maioria, os TH BUPi e AEPI considerarem que os resultados positivos, existem ainda bastantes falhas, problemas e hipóteses de melhorar o processo e as estratégias de cativação da população.

Na quarta e última secção do questionário, pretendeu-se que os inquiridos identificassem de forma global os problemas sentidos nos primeiros meses de implementação do BUPi e dessem sugestões para colmatar as mesmas. Para tal, foram realizadas quatro questões: duas questões de resposta obrigatória (uma de resposta direta (sim/não) e outra de resposta em caixas de verificação) e duas questões de resposta facultativa; tendo ainda um espaço final para exposição de ideias.

Na primeira questão “Identifica problemas/lacunas na plataforma BUPi?”, a maioria dos inquiridos (98,7%) respondeu afirmativamente e existindo apenas 1,3% que afirmaram não existirem. Os AEPI tinham disponível a opção “não aplicável” por não serem TH BUPi. (Gráfico 17)

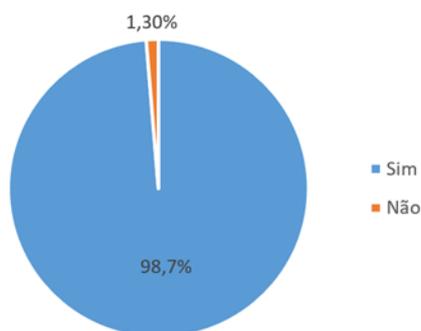
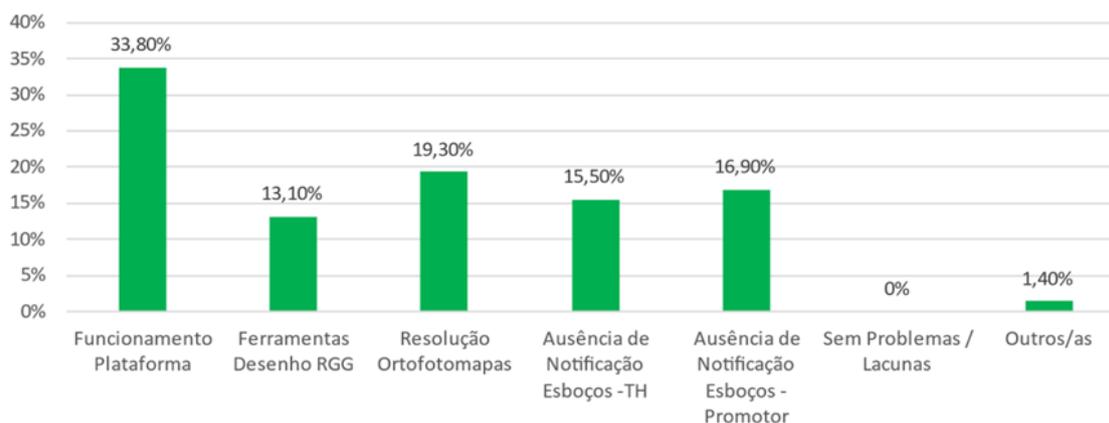


Gráfico 17 - Identificação de Problemas / Lacunas na plataforma BUPi

Na segunda questão “Quais os principais problemas/lacunas que identifica na plataforma BUPi?”, foram identificados os seguintes problemas pela maioria dos inquiridos: falhas no funcionamento da plataforma (33,80%), fraca resolução das imagens disponíveis para fotointerpretação (19,30%), ausência de um sistema de notificação de atualização do estado do processo via e-mail para os promotores de esboço (16,90%), ausência de um sistema de notificação no *backoffice* para novos esboços ou segundas validações (15,50%) e ausência de ferramentas no desenho de RGG (13,10%).

Foram ainda identificadas outras dificuldades em percentagens significativamente inferiores, tais como a falta de balcões no município a falta de atualização dos

Ortofotomapas, a autoridade tributária sem acesso à plataforma, o facto de não existir uma caixa de texto para colocar os herdeiros quando são referidos nas heranças, e não ser possível descarregar os polígonos da plataforma. (Gráfico 18)



**Gráfico 18 - Principais Problemas/Lacunas Identificadas na Plataforma BUPi**

A terceira questão “Que sugestões daria para melhorar o funcionamento da plataforma BUPi?”, não sendo de resposta obrigatória, refletiu-se na menor adesão à mesma: dos 79 inquiridos apenas 33 responderam, sendo que apenas 32 foram consideradas pois uma delas, por erro de interpretação da não obrigatoriedade da resposta, não apresenta qualquer sugestão.

As sugestões que mais vezes foram referidas nesta questão foram relativas à disponibilização de um maior número de ferramentas no processo de desenho das RGG e tornar a área de desenho mais semelhante ao software Google Earth Pro, à necessidade da criação de normas gerais para as entidades envolvidas no processo (AT, IRN e EMESICS) atualização regular da informação prediais do IRN, à criação de um sistema de notificações na plataforma de forma a alertar o TH BUPi para novos esboços e notificações via e-mail para os promotores de esboços da atualização do estado dos processos, e à possibilidade de edição de processos já finalizados para facilitar a submissão de novos documentos ou realizar retificações dos desenhos das RGG. (As respostas estão disponíveis no Anexo 3)

A quarta questão “Que sugestões daria para melhorar a implementação do BUPi no seu município?”, também era facultativa e foi respondida por 35 inquiridos, sendo que duas das respostas não apresentaram qualquer sugestão, ficando assim o número de respostas reduzido a 33.

As sugestões mais vezes referidas nesta questão foram a necessidade de reforço de recursos humanos alocados ao projeto, o reforço das campanhas de comunicação e sensibilização da população, a aquisição de mais e melhores recursos tecnológicos para os balcões, a melhoria da comunicação entre as instituições nomeadamente com a AT e IRN, o reforçar da formação aos TH BUPi, entre outras. (As respostas estão disponíveis no Anexo 4)

No campo de exposição de ideias foi pedido aos inquiridos que “Caso pretenda desenvolver alguma ideia relacionada com a implementação do BUPi ou com a plataforma, que tenha ou não sido abordada neste questionário, pode fazê-lo neste espaço:”, sendo que apenas 5 inquiridos responderam e apenas são consideradas 4 respostas pelo motivo indicado na questão três e quatro deste grupo.

As ideias referidas pelos inquiridos foram sobretudo de ordem técnica em relação à plataforma e jurídica. Duas das respostas foram sugestões que podiam ter sido dadas na questão três do presente grupo, uma vez que referem a possibilidade de ser visível os motivos dos cancelamentos das RGG e a criação de um *dashboard* com os terrenos sobrepostos e com as respetivas informações processuais. Na terceira resposta, o inquirido expõe a preocupação relativa à resolução de limpeza topológica, nomeadamente às possíveis alterações das áreas do BUPi sem a notificação dos proprietários. A quarta resposta apresenta também uma sugestão para os municípios, nomeadamente a disponibilização de dispositivos de georreferenciação para que em caso de necessidade o técnico se deslocasse ao local. (As respostas estão disponíveis no Anexo 5)

## **Capítulo V - Considerações Finais**

O BUPi tem um enorme potencial de interligação da população ao poder local, ao dar ferramentas às instituições públicas e ao próprio Estado para que este capacite, ainda mais, as câmaras municipais e juntas de freguesia para melhor gerirem e planearem os seus territórios de modo a melhor servir as populações.

Tendo em consideração os resultados analisados ao longo deste relatório e considerando também a visível falta de adesão e desinteresse da população, é urgente apostar numa campanha forte de comunicação ao nível nacional, pois os atrasos na mesma têm sido uma das principais causas apontadas pelos TH BUPi, pelos municípios e pela população, que desconhece por completo o projeto.

Os valores obtidos de número de RGG realizadas são considerados muito abaixo do que se esperava, após um ano da adesão dos municípios à expansão do SICS e à abertura dos balcões. Este projeto só alcançará os resultados esperados, se existir da parte de todos os envolvidos (TH BUPi, instituições, órgãos centrais e autárquicos) um compromisso e uma comunicação funcional e disponibilidade colaborativa. A ausência de compromisso, da comunicação entre as partes e a disponibilidade em colaborar têm sido entraves muito significativos à execução do projeto.

Com este trabalho é possível concluir que a comunicação e a proximidade com a população são fatores chave para que a adesão seja a uma larga escala. Assim, é urgente fazer de cada um, um órgão de comunicação desta iniciativa, de modo sensibilizar a população para a importância de realizar o processo de RGG e de ter atualizados os registos na AT e no IRN. O BUPi depende da seriedade com que este processo é transmitido à população e de como a mesma se interessa por ele. A população, nomeadamente os promotores de RGG, são ferramentas fundamentais para a transmissão de confiança no processo, o meio de comunicação com maiores e melhores resultados é exatamente o “passa palavra”.

Analisando os dados dos quatro municípios deste caso de estudo, concluiu-se que estes podem ser divididos tendo em conta as suas características:

- a) Esposende e Póvoa de Varzim: a dimensão dos municípios é muito inferior, o uso do solo é sobretudo agrícola, a distribuição dos aglomerados populacionais é mais concentrada, a população residente tem um grande conhecimento da localização dos prédios pois a maioria são trabalhados e têm bons acessos, a maioria da população tem facilidade na identificação dos prédios no computador pois já estão familiarizados com o processo de georreferenciação por causa dos pedidos de subsídios de apoio à agricultura, entre outros.
- b) Mondim de Basto e Fafe: estes apresentam uma dimensão superior, o uso do solo é sobretudo floresta e matos, a distribuição dos aglomerados populacionais é muito dispersa, a população residente tem muita dificuldade na identificação dos prédios pois a maioria não são trabalhados e estão em áreas de montanha e de difícil acesso, têm populações mais envelhecidas que demonstram grandes dificuldades na identificação através do computador, entre outros.

Conclui-se então que a geomorfologia condiciona em grande medida a identificação das propriedades no BUPi, tal como a faixa etária dos promotores e a iliteracia informática.

A nível de perspetivas futuras, é fundamental que a EMESICS ouça e acompanhe as dificuldades sentidas pelos TH BUPi, pelos municípios e pelas instituições públicas, pois estes são quem tem o contacto com as necessidades reais do projeto a nível local e ao nível do funcionamento da plataforma. É também importante que os TH BUPi sejam parte ativa na procura de forma de melhorar o atendimento e a plataforma, de forma que este seja o menos moroso possível e que os objetivos, ao nível de resultados, sejam atingidos.

Era também necessário apostar na formação dos TH BUPi em áreas mais específicas como na área do direito predial, pois o trabalho de um técnico acaba sempre por ir além da colocação de dados, validação de documentos e georreferenciação dos prédios, sendo muitas vezes confrontados com documentação e com terminologia desconhecida

que dificultam a avaliação e seleção da documentação necessária para cada processo. Outra dificuldade a colmatar no futuro, é no conhecimento de como se processam os registos na AT e no IRN, pois em cada município o trabalho é realizado de forma diferente e por vezes até dentro do próprio município há divergências.

Assim e apesar dos esforços diários dos técnicos e das estruturas a nível nacional, todos os municípios têm ainda um longo e moroso trabalho pela frente, pois a dimensão desta tarefa é gigantesca.

## Referências Bibliográficas

Balcão Único do Prédio - BUPI. (2022a). Bupipédia. <https://suporte.bupi.gov.pt/hc/pt-pt;>

Balcão Único do Prédio – BUPI. (2022b). Identifique os seus terrenos com a nova App BUPI. <https://blog.bupi.gov.pt/identifique-os-seus-terrenos-com-a-app-bupi;>

Balcão Único do Prédio - BUPI. (2022c). Plano de Ação eBUPI 20/23. [https://plano.bupi.gov.pt/;](https://plano.bupi.gov.pt/)

Balcão Único do Prédio – BUPI. (2022d). Plataforma Balcão Único do Prédio. [https://bupi.gov.pt/;](https://bupi.gov.pt/)

Balcão Único do Prédio – BUPI. (2022e). Tudo o que precisa de saber sobre a Expansão do Cadastro Simplificado. <https://blog.bupi.gov.pt/tudo-o-que-precisa-de-saber-sobre-a-expans%C3%A3o-do-cadastro-simplificado>

Bandeira, M.S.M. (2011). O desígnio iluminista do cadastro territorial urbano: um exemplo de informação geográfica com finalidade fiscal-administrativa no século XVIII. [http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/23.pdf;](http://eventos.letras.up.pt/ivslbch/comunicacoes/23.pdf)

Beires, R.S., Amaral, J.G. & Ribeiro, P. (2013). O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal. (1ª edição). Fundação Francisco Manuel dos Santos. [https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-07/o-cadastro-e-a-propriedade-rustica-em-portugal.pdf;](https://www.ffms.pt/sites/default/files/2022-07/o-cadastro-e-a-propriedade-rustica-em-portugal.pdf)

Ciberdúvidas da Língua Portuguesa. (2022). A grafia e a origem do nome sisa. <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-grafia-e-a-origem-do-nome-sisa/35675;>

Direção Geral do Território. (2022a). Cadastro Predial. <https://www.dgterritorio.gov.pt/cadastro/cadastro-predial;>

- Direção Geral do Território. (2022b). Cadastro Predial Experimental (SiNErGIC). <https://www.dgterritorio.gov.pt/cadastro/cadastro-predial-sinergic>
- Governo de Portugal – GOV PT. (s.d.). BUPi – Balcão Único do Prédio. <https://www.portugal.gov.pt/downloadficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBAAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNrM0BADxnGa8BAAAAA%3D%3D;>
- Grupo Érre. (2022). Grupo Érre. <https://www.grupoerre.pt/index.html>;
- Hespanha, J.P. (2017). Software e Dados Abertos para o Cadastro Predial em Portugal: Antecedentes e Perspetivas face à mais recente Legislação. Conferência de Software Aberto para Sistemas de Informação Geográfica. <https://ria.ua.pt/handle/10773/22622>;
- Instituto Nacional de Estatística - INE. (2015). As Novas Unidades Territoriais para fins Estatísticos, 2013. [https://www.compete2020.gov.pt/admin/images/NUTS2013\\_\(1\).pdf](https://www.compete2020.gov.pt/admin/images/NUTS2013_(1).pdf);
- Instituto Nacional de Estatística - INE. (2022). Plataforma de divulgação dos Censos 2021 – Resultados Provisórios. [INE - Plataforma de divulgação dos Censos 2021 – Resultados Provisórios](https://www.inecensos.gov.pt/Plataforma-de-divulgacao-dos-censos-2021-resultados-provisorios);
- Interoperabilidade na Administração Pública. (2022) O que é a Interoperabilidade na Administração Pública?. <https://www.iap.gov.pt/>;
- Lourenço, S. J. (1964). Aplicação das medidas comunitárias as regiões de montanha de Portugal. Estudos de Economia, vol. 1v, nº4. <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/9737/1/ee-jsl-1984.pdf>;
- Navarro. (2017). Cadastro Predial – Evolução histórica do Cadastro Predial. [https://fenix.ciencias.ulisboa.pt/downloadFile/1407512322507194/CP\\_T3\\_2017.pdf](https://fenix.ciencias.ulisboa.pt/downloadFile/1407512322507194/CP_T3_2017.pdf);

- Pimenta, R., Almeida, J.P. & Tenedório, J.A. (s.d.). ID841: O Cadastro Predial Multifuncional em Portugal: proposta de reformulação do seu atual modelo de execução. XVI Colóquio Ibérico de Geografia. <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/84803/1/XVI%20Col%C3%B3quio%20Ib%C3%A9rico-Livro%20Atas-ID841.pdf>;
- PORDATA. (2021a). Censos 2021: conheça o seu município: Esposende. <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Esposende-255835>;
- PORDATA. (2021b). Censos 2021: conheça o seu município: Fafe. <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Fafe-255839>;
- PORDATA. (2021c). Censos 2021: conheça o seu município: Mondim de Basto. <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/Mondim%20de%20Basto>
- PORDATA. (2021d). Censos 2021: conheça o seu município: Póvoa de Varzim. <https://www.pordata.pt/Municipios/Quadro+Resumo/P%c3%b3voa+de+Varzim-255698>;
- Ribeiro, O. (1945). Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. (1 edição). Coimbra Editora. <https://purl.pt/421>;
- Silva, A. (2011). Cadastro Predial. [Mestrado em Geografia Física – Ambiente e Ordenamento do Território]. [https://www.academia.edu/3691641/Cadastro\\_Predial](https://www.academia.edu/3691641/Cadastro_Predial);
- Silva, D., Freitas, C., Silva, A.M., Silva, J. & Pereira, P. (2014). Contributos para a implementação de um modelo inovador de cadastro predial em Portugal. XIV Colóquio Ibérico de Geografia. [http://www.lasics.uminho.pt/conferences/index.php/CEGOT/XIV\\_ColoquioIberico\\_Geografia/paper/view/1826](http://www.lasics.uminho.pt/conferences/index.php/CEGOT/XIV_ColoquioIberico_Geografia/paper/view/1826);

Silva, M.A. (2014). Cadastro Predial. <https://docplayer.com.br/29131524-Faculdade-de-ciencias-universidade-do-porto-mestrado-em-engenharia-geografica-cadastro-predial-maria-augusta-silva.html>.

### **Legislação**

Diário da República, 1.ª série — N.º 158/2017, de 17 de agosto: Lei n.º78/2017. <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/lei/2017-108009644>;

Diário da República, 1ª série - N.º 115/2020, de 16 de junho: Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2020. <https://dre.pt/dre/analise-juridica/resolucao-conselho-ministros/45-2020-135844796>;

Diário da República, 1ª Série - N.º 145/1926, de 7 de julho - Decreto n.º 11859. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto/11859-1926-154215>;

Diário da República, 1ª Série - N.º 164/1995, de 18 de julho: Decreto-Lei n.º 172/95. <https://dre.pt/dre/detalhe/decreto-lei/172-1995-462035>.

## Anexos

### Anexo 1 – Certificado de Conclusão da Formação Obrigatória para TH BUPi



## Anexo 2 – Questionário realizado aos TH BUPi e aos AEPI

# Implementação do Balcão Único do Prédio

Este questionário está inserido no âmbito do relatório de estágio intitulado de "Sistema de Informação Cadastral Simplificado: Processo de Implementação do Balcão Único do Prédio (BUPi) em Municípios do Norte de Portugal Continental", prova de conclusão do Mestrado em Riscos, Cidades e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, do mestrando e Técnico Habilitado BUPi, Miguel Leandro.

O presente questionário é anónimo, o seu preenchimento tem uma duração aproximada de 5 minutos e destina-se a **Técnicos Habilitados (TH) BUPi** e **agentes envolvidos no processo de implementação** do Balcão. O mesmo é da inteira responsabilidade do mestrando, excluindo de qualquer responsabilidade o Estado Português, a Estrutura de Missão do BUPi, Universidade do Porto e ainda a Faculdade de Letras (FLUP).

O único objetivo do questionário é a recolha de dados estatísticos e de testemunhos do maior número de TH BUPi e outros agentes envolvidos no processo, para posterior tratamento e análise dos resultados obtidos.

No caso dos agentes envolvidos, as questões "*não aplicáveis*" deverão ser respondidas apenas com essa mesma opção.

Desde já agradeço a sua disponibilidade em preencher este questionário.

 miguelrleandro@gmail.com (não partilhado) [Mudar de conta](#) 

[Seguinte](#) [Limpar formulário](#)

## Dados do Inquirido

Natureza do inquirido \*

Selecionar

Técnico Habilitado BUPi

Agente Envolvido

idade correspondente à sua idade \*

Selecione o intervalo correspondente à sua idade \*

- 18 - 25 anos
- 26 - 35 anos
- 36 - 45 anos
- 46 - 55 anos
- 56 - 65 anos
- + 65 anos

Quais as suas habilitações literárias? \*

- Ensino Secundário
- Curso Tecnológico/Profissional/outros (equivalente a 12º ano)
- Curso Técnico Superior Profissional (CTeSP)
- Licenciatura
- Curso de Pós-graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra: \_\_\_\_\_

Qual a sua área de formação? \*

Ciências jurídicas

Arquitetura

Urbanismo

Engenharia

Ciências Geográficas

Planeamento territorial

Topografia

Outra: \_\_\_\_\_

Anterior

Seguinte

Limpar formulário

### Avaliação do BUPi - Escala nacional

Como avalia a importância do BUPi no ordenamento territorial e na tomada de decisão a nível local e nacional? \*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Sem importância

Extremamente importante

Como avalia a importância do BUPi na prevenção e mitigação do risco de incêndio? \*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Sem importância

Extremamente importante

Como avalia a estratégia de comunicação do BUPi a nível nacional até ao momento? \*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Nada eficiente

Muito eficiente

## Avaliação do BUPi - Escala municipal

Como avalia a implementação do BUPi no seu município até ao momento? \*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Fraca            Excelente

Quais foram as principais dificuldades sentidas no início do processo de implementação do BUPi no seu município? \*

- Falta de comunicação e divulgação do projeto
- Relação entre o Município e a Empresa Adjudicada
- Relação entre o Município e as entidades responsáveis (AT, IRN, etc.)
- Falta de adesão por parte dos proprietários
- Falta de bases de direito predial na formação dos TH BUPi
- Outra opção...

Como avalia as estratégias de comunicação do BUPi no seu município até ao momento? \*

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Nada eficiente            Muito eficiente

Quais foram as estratégias de comunicação utilizadas no seu município para fazer chegar o **BUPI** às populações/proprietários? \*

- Sessões de esclarecimento à população nas juntas de freguesia, associações e em outras instituições d...
- Envio de material de comunicação via postal
- Divulgação através das redes sociais
- Distribuição de materiais de comunicação em pontos de aglomeração da população (cafés, farmácias, r...
- Divulgação sob a forma de aviso nas eucaristias semanais
- Divulgação através dos órgãos de comunicação social do município (jornais, revistas, rádios, etc.)
- Outra opção...

Atualmente, quais são as principais dificuldades no **BUPI** do seu município? \*

- Falta de adesão da população
- Capacidade logística
- Falta de recursos humanos
- População com dificuldades na identificação através da fotointerpretação
- Resultados pouco relevantes das campanhas de sensibilização e comunicação do projeto
- Outra opção...

Em relação às estratégias aplicadas no seu município, analisando os meses iniciais de implementação do Balcão BUPi, o que faria de diferente? \*

- Estratégias de comunicação
- Alocação de mais recursos humanos ao processo
- Alocação de mais equipamentos (informáticos, de comunicação, etc.)
- Formação específica para os TH BUPi (SIG, Jurídica, etc.)
- Nada
- Outra opção...

### Problemas e sugestões

Identifica problemas/lacunas na plataforma eBUPi? \*

- Sim
- Não
- Não aplicável (agente envolvido)

Quais os principais problemas/lacunas que identifica na plataforma eBUPi? \*

- Falhas no funcionamento da plataforma
- Ausência de ferramentas no desenho de RGG
- Fraca resolução das imagens disponíveis para fotointerpretação
- Ausência de um sistema de notificação no BackOffice para novos esboços ou segundas validações
- Ausência de um sistema de notificação de atualização do estado do processo via e-mail para os promotores de esboços
- Não identifico problemas/lacunas
- Não aplicável (agente envolvido)
- Outra: \_\_\_\_\_

Que sugestões daria para melhorar o funcionamento da plataforma eBUPi?

A sua resposta

Que sugestões daria para melhorar a implementação do BUPi no seu município?

A sua resposta

Caso pretenda desenvolver alguma ideia relacionada com a implementação do BUPi ou com a plataforma, que tenha ou não sido abordada neste questionário, pode fazê-lo neste espaço:

A sua resposta

Anterior

Seguinte

Limpar formulário

Muito obrigado pela sua disponibilidade e colaboração

Por favor, submeta as suas respostas clicando no botão "Enviar" abaixo.

*Miguel Leandro, Mestrando de Riscos, Cidades e Ordenamento do Território e TH BUPi*

Anterior

Enviar

Limpar formulário

### **Anexo 3 – Sugestões para a melhoria do funcionamento da plataforma (Questionário)**

R1 – *“Informação notarial mais atualizada”*

R2 – *“Necessidade da disponibilidade da opção de edição do processo sem ser necessário cancelar.”*

R3 – *“Sistema de notificação associado aos esboços.”*

R4 – *“Ferramentas de auto ajuste na marcação de polígonos, várias sugestões de melhoria válidas foram apresentadas pela estrutura de missão, no entanto nunca passaram de intenções de melhoria.”*

R5 – *“Ferramenta de contorno de limites de outras propriedades, para evitar sobreposições nos limites.”*

R6 – *“Ferramentas de desenho do polígono mais sofisticadas. Possibilidade de confirmar se a descrição do registo predial identificada automaticamente pela plataforma é a que corresponde na realidade ao artigo matricial em causa.”*

R7 – *“Normas gerais entre as 3 entidades envolvidas a nível nacional. Obrigatoriedade para todos os proprietários.”*

R8 – *“Criação de alertas de aviso na plataforma. Maior interoperabilidade entre municípios, IRN e AT. Ferramentas de criação da RGG devem ser aperfeiçoadas, bem como a área detém casas decimais, nunca conforme áreas das cadernetas prediais.”*

R9 – *“Identificação das propriedades cultivadas ou em pousio.”*

R10 – *“Na lista de consulta dos processos mencionar os respetivos artigos.”*

R11 – *“pre-preenchimento dos titulares, layout do TR, consultar se o prédio é misto ou não.”*

R12 – *“No caso das heranças, colocação do autor da herança no TR.”*

R13 – *“Fazer levantamentos no local em zonas de floresta principalmente.”*

R14 – *“poder alterar os processos, para implementação de novos documentos, ou mudança de proprietários.”*

R15 – *“Maior resolução na plataforma iria possibilitar chegar mais ao pormenor.”*

R16 – *“Imagens aéreas, tal como no google earth, podiam ter a possibilidade de ser de outros anos e em 3d.”*

R17 – *“IMAGENS MAIS ATUALIZADAS”*

R18 – *“Todos os polígonos deveriam ter como base um levantamento topográfico.*

*que as atualizações fossem realizadas fora do horário de expediente porque a plataforma falha muito e está muitas vezes lenta.”*

R19 – *“Reforço da plataforma para não falhar tanto”*

R20 – *“Na elaboração do polígono, as ferramentas, quase nunca respondem ao ajuste tendo, 90% das vezes exportar os polígonos do Google Earth.”*

R21 – *“Ferramentas de medição; não se restringir a uma só imagem de satélite; declaração de usucapião do BUPi ser simplificada com o ato do termo de responsabilidade (poupar papel); ter conhecimento de quem é o proprietário do artigo no irn (nome).”*

R22 – *“Os servidores.”*

R23 – *“Associar a plataforma com as cadernetas das finanças, para que funcionem de forma automática. Possibilidade de fazer um polígono para vários artigos e depois dividi-los. Mais ferramentas na plataforma, evitando a criação de polígonos em outro programas, para depois enviar o kml ao BUPi.”*

R24 – *“Melhoria da plataforma, de maneira a ser possível efetuar alterações no processo após a sua finalização, evitaria muitos constrangimentos para retificações no processo de RGG.”*

R25 – *“Acredito que a alteração do mapa onde realizamos os RGG poderia ter as mesmas funcionalidades e resolução que o Google Earth, uma vez que é por vezes um entrave. Os técnicos maioritariamente utilizam o google earth porque, para além de terem uma melhor resolução, tem ainda o street view, o que, para o nosso município tem sido muito útil, uma vez que os promotores já têm uma certa idade e não conseguem identificar bem quais as estradas pela visão aérea.”*

R26 – *“Informação de mais fácil consulta no Mapa.”*

R27 – *“Ferramenta de medição de distância no desenho da RGG; Pesquisa de processos através do NIF do promotor.”*

R28 – *“Quando consulto um processo mais antigo e saio do mesmo a plataforma retorna a primeira página. Ter que procurar a página do processo novamente demanda tempo. Portanto a plataforma deveria retornar à última página que visitamos. Há também alguns bugs pontuais na plataforma, mas no geral resolve-se depois de alguns minutos. Outra sugestão é que seja possível exportar os dados dos processos para .CSV para elaborar os relatórios mensais.”*

R29 – *“Mais fácil acesso a contabilizar os números de RGGs por freguesia/município.”*

R30 – *“Ter mais resolução, imagens mais atuais e maior estabilidade.”*

R31 – *“ter acesso a ortofotomapas mais antigos”*

R32 - *Atualização dos ortofotomapas. - Haver maneira de se exportar os polígonos da plataforma BUPi. - Devia haver forma de um número de contribuinte associar todos os artigos, ou seja, na plataforma deveria haver uma correlação automática entre o NIF e os números de processo.”*

## **Anexo 4 – Sugestões para a melhoria da implementação BUPi – Nível Municipal**

### **(Questionário)**

R1 – *“Afetação de mais recursos humanos, maior envolvimento do executivo neste projeto.”*

R2 – *“Maior proximidade às populações rurais.”*

R3 – *“Maior comunicação a vários níveis. Incluindo nos jornais e rádio da zona.”*

R4 – *“Mais divulgação.”*

R5 – *“Uma presença fixa semanal é uma boa campanha publicitária no centro da cidade ou ao lado do município.”*

R6 – *“Reforçar a comunicação, reforçar os recursos humanos e solicitar novamente à estrutura de missão que consiga envolver as entidades que detem muita informação como o ifap, DRAP, etc. Este aspecto muito importante foi inicialmente referido que seria feito e até hoje não passou de uma intenção.”*

R7 – *“Melhorar a comunicação, por exemplo com editais.”*

R8 – *“Nas areas de pinhal, devia-se fazer o levantamento com a aplicação do bupi, pois não dá para ver limites e em muitos casos não se consegue marcar o mapa por fotointerpretação.”*

R9 – *“Melhor publicidade acerca do BUPi. Melhor entendimento dos serviços do estado.”*

R10 – *“maior interoperabilidade IRN e município.”*

R11 – *“mais meios para ir ao terreno”*

R12 – *“Melhor divulgação e a importância da delimitação dos seus terrenos.”*

R13 – *“Aquisição de mais meios físicos e tecnológicos.”*

R14 – *“Campanha de divulgação nacional desde o Estado Central aos mass media.”*

R15 – *“Publicitação do projeto nos grandes meios de comunicação.”*

R16 – *“mais recursos.”*

R17 – *“maior ligação entre a AT e as conservatórias.”*

R18 – *“Mais recursos humanos habilitados.”*

R19 – “Ter a participação das autarquias.”

R20 – “Maior comunicação e sensibilização tendo em conta que a mentalidade portuguesa é conhecida pelo “deixa andar” ou “os meus filhos depois que tratem disso quando morrer”. As pessoas não percebem a verdadeira mais valia do projeto e o facto de não irmos ao local e ser pouco perceptível a localização dos limites, descredibiliza o projeto.”

R21 – “MAIS DIVULGAÇÃO.”

R22 – “Formação nas áreas do direito, registos e notariado.”

R23 – “Sessões para a população.”

R24 – “A importância do Bupi e do cadastro.”

R25 – “Melhor informação as pessoas sobre o programa e treinamentos mais específicos a equipa.”

R26 – “Mais informação correta vinda das próprias juntas, publicidades, etc... uma vez que muitos promotores vêm aos balcões a pensar que nós somos uma espécie de conservatória pois em todos os meios sociais se referem a registos, e os promotores associam a registo na conservatória. Quando chegam ao balcão são surpreendidos pela resposta e ficam muitas vezes reticentes.”

R27 – “Mais publicidade e divulgação do projeto; Sessões de esclarecimento do projeto para os promotores; Agendamento prévio obrigatório.”

R28 – “Formas efetivas de comunicar as pessoas que vivem nas aldeias, pois são estas que detém a maior parte dos terrenos rústicos.”

R29 – “Um marketing mais próximo das populações. Uma divulgação mais eficaz.”

R30 – “Promover mais itinerância do Balcão BUPi pelas freguesias, locais com maior densidade populacional, para facilitar e promover a adesão das pessoas ao projeto.”

R31 – “Sessões de esclarecimento junto da população”

R33 – *“a georreferencia ser no próprio local através de coordenadas gps.”*

#### **Anexo 5 – Campo de Exposição de Ideias (Questionário)**

R1 – *“A possibilidade de estar visível o motivo do cancelamento dos RHG.”*

R2 – *“Uma página onde mostrava terrenos sobrepostos, com os respectivos processos.”*

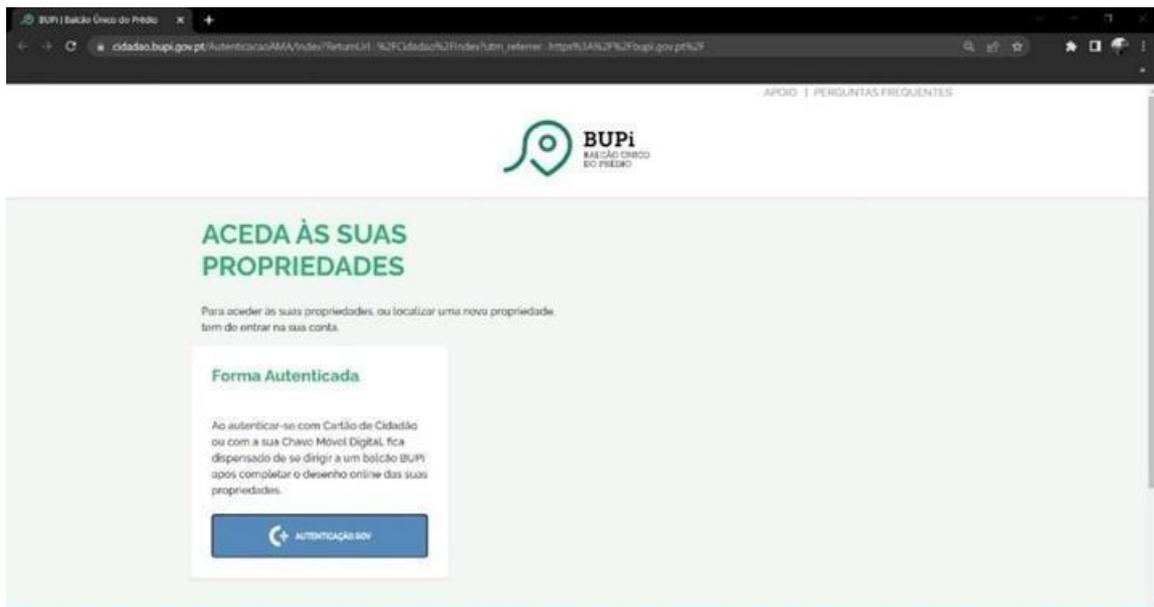
R3 – *“A resolução de limpeza topológica da forma como está a ser pensada, do meu ponto de vista trará muitos problemas. Uma vez que alterar áreas sem o conhecimento dos proprietários não me parece o mais correto e irão ocorrer muitas reclamações quando os proprietários souberem que a área que consta do Bupi não é a que foi declarada por eles.”*

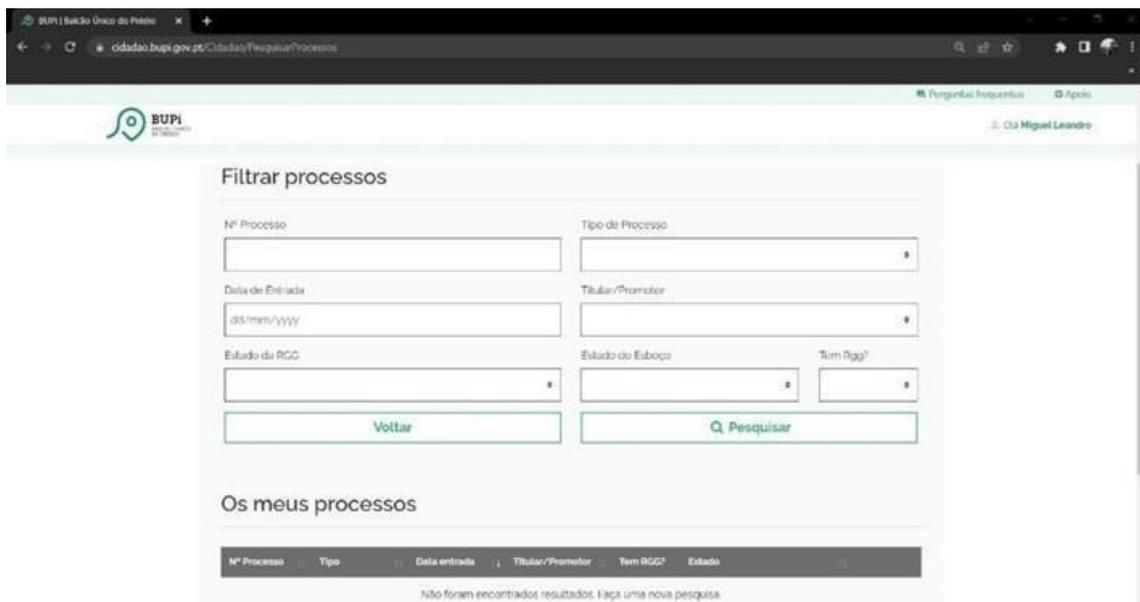
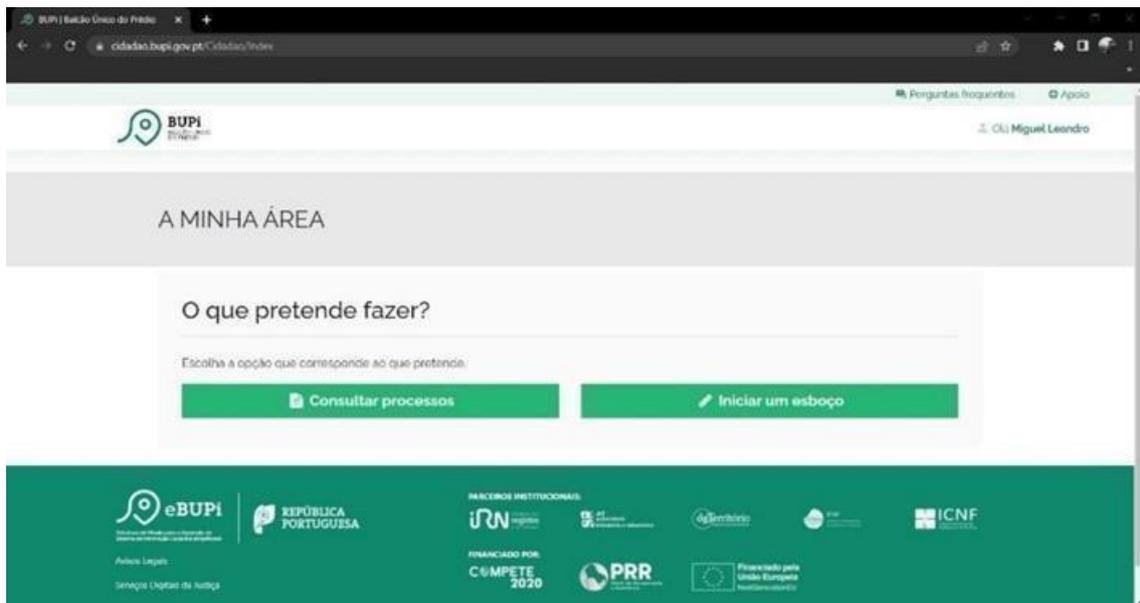
R4 – *“Os municípios podiam disponibilizar material de levantamento de pontos, de forma a que os técnicos fossem ao local.”*

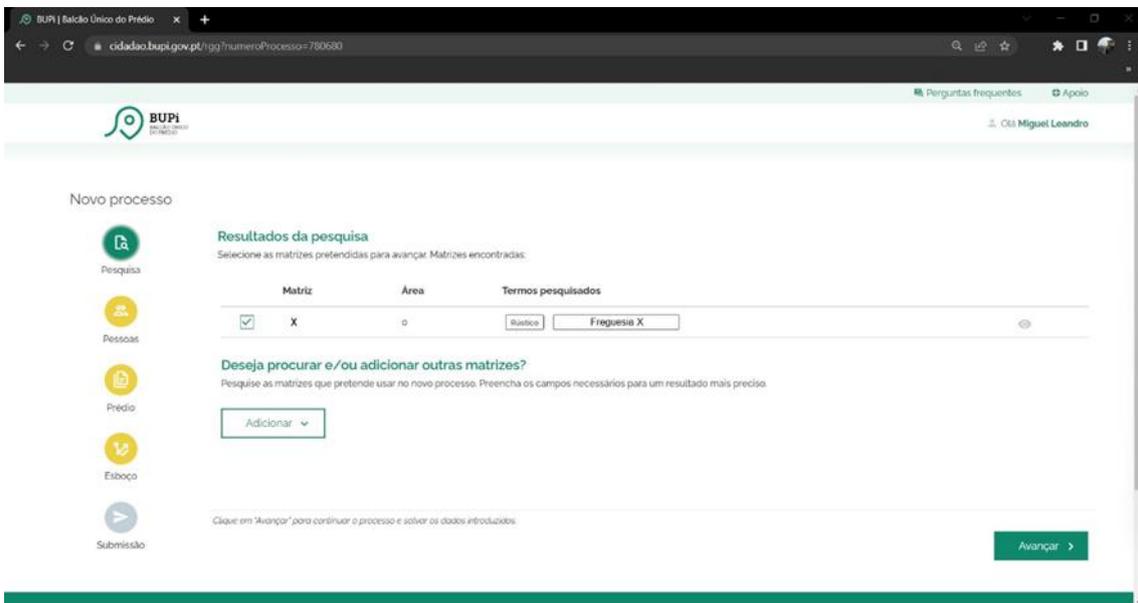
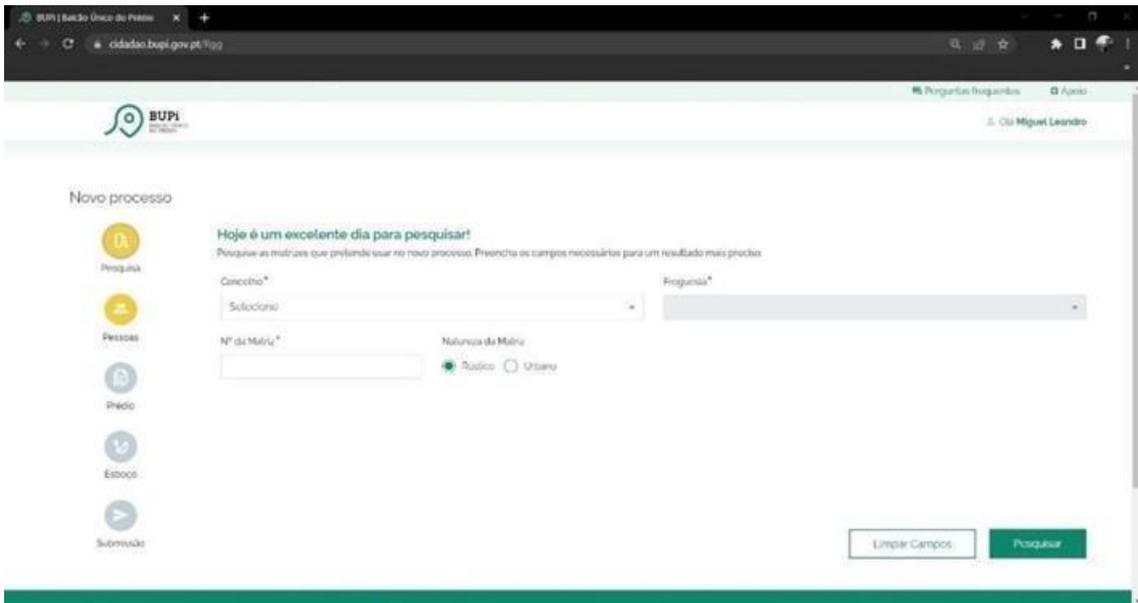
## Apêndices



## Apêndice 2 – Passo a Passo BUPi online







**Novo processo**

**Quem são as pessoas envolvidas no processo?**  
É fundamental o registo de todos os intervenientes no processo. Preencha os campos e a informação necessária sobre cada um.

Processo nº **X** Estado: **Esboço em execução**  
Descrição: não encontrada no registo

Para utilizar os dados dos processos de um processo existente, insira o número do processo:  Adicionar

Nome	Nº identificação	Qualidade
Miguel Leandro	XXXXXXXX	<input type="button" value="Adicionar"/> <input type="button" value="Remover"/>

Comprobatórios:

Existem Comprobatórios? \*  
 Sim  Não

Contacto alternativo  
Se pretender pode adicionar um contacto alternativo.

Indique a razão pela qual pretende indicar um contacto alternativo:

Nome\*  Relação/Parentesco

Telefone\*  E-mail\*

Clique em "Voltar" para continuar o processo e salvar os dados introduzidos.

**Novo processo**

**Já temos as matrizes. Agora vamos preencher e anexar a documentação necessária.**  
Cada matriz tem uma caracterização e alguns documentos que são necessários serem anexados.

Processo nº **XXXXXX** Estado: **Esboço em execução**  
Descrição: não encontrada no registo

**Prélio**  
Matriz X - Realizar - Esporadico, Manuais e Ganda

Com títulos de propriedade  Sem títulos de propriedade

Sabe o nome dos titulares anteriores referentes a esta matriz?  
Titulares anteriores:

Escreva aqui o nome dos titulares

Clique em "Voltar" para continuar o processo e salvar os dados introduzidos.

---

Novo processo

- Procura
- Processos
- Prédio
- Esboço
- Submissão

Onde está o prédio? Vamos georeferenciar.  
Com a ajuda da ferramenta de desenho, vamos identificar o prédio e registar no mapa.

Processo nº: XXXXXX Estado: Esboço em execução  
Descrição não encontrada no registo

Coordenadas e projeção



Adicionar notas referentes ao desenho do prédio:

Clique em "Procurar" para continuar o processo e voltar ao estado anterior.



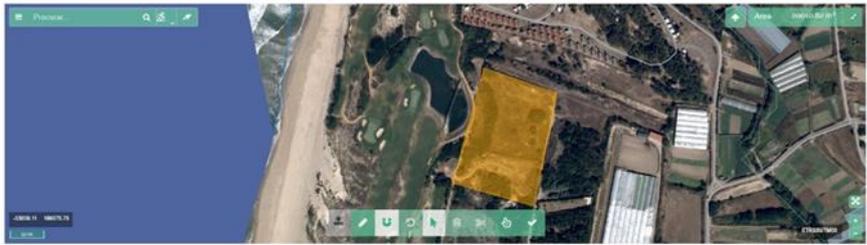
Novo processo

- [Pesquisa](#)
- [Processos](#)
- [Prédio](#)
- [Eboço](#)
- [Submissão](#)

Onde está o prédio? Vamos georeferenciar.  
Com a ajuda da ferramenta de desenho, vamos identificar o prédio a registar no mapa.

Processo nº XXXXXX Estado: Eboço em execução  
Descrição não encontrada no registo

Georeferencie o prédio



Adicionar notas referentes ao desenho do prédio

Clique em "Pesquisa" para continuar o processo e voltar se deseja introduzir

[Voltar](#) [Avançar](#)

Novo processo

- [Pesquisa](#)
- [Processos](#)
- [Prédio](#)
- [Eboço](#)
- [Submissão](#)

Passo final! Temos toda a informação, só falta verificar e submeter  
Verifique toda a informação do processo. Se estiver tudo bem, só tem de gerar o Termo de Responsabilidade, assinar e submeter

Processo nº XXXXXX Estado: Eboço em execução  
Descrição não encontrada no registo

Síntese do processo RGG

Matrizes

Nº Matriz	Natureza	Concelho	Freguesia
X	Rústico		XXXXXXX

[Editar](#)

Personas

Nome	Nº Identificação	Qualidade
Miguel Leandro		<a href="#">Promotor</a> <a href="#">Titular</a>

[Editar](#)

Prédio

Documentos	Nº Matriz	Freguesia	Título de Propriedade
<a href="#">Documento 1.pdf</a>	X	XXXXXXX	<span style="color: green;">✔</span>

[Editar](#)

Representação Gráfica Georeferenciada




Perguntas frequentes | Ajuda  
J. Da Miguel Leandro

**Novo processo**

-  Pesquisa
-  Pessoas
-  Préio
-  Estuço
-  Submissão

**Préio**

Documentos	Nº Matriz	Freguesia	Título de Propriedade
<a href="#">Comemem-1.pdf</a>	X	XXXXXXX	<input checked="" type="checkbox"/>

[Editar](#)

**Representação Gráfica Georreferenciada**



**Tipo de recatib**  
 Polintercepção

**Data de recatib**  
 22/04/2022

**Área m²**  
 20000.00

**Estado da RGG**  
 Validada

**Coordenadas do Centroide**  
 Oficial ETRS89 PT-TMed (MPS):  
 XXXX.XX, XXXX.XX

Geográficas WGS84 (Lat, Long):  
 XX.XXXXX, X.XXXXX

[Editar](#)

Notas do Estuço para o Técnico Habilitado


Perguntas frequentes | Ajuda  
J. Da Miguel Leandro

**Novo processo**

-  Pesquisa
-  Pessoas
-  Préio
-  Estuço
-  Submissão

**Coordenadas do Centroide**  
 Oficial ETRS89 PT-TMed (MPS):  
 XXXX.XX, XXXX.XX

Geográficas WGS84 (Lat, Long):  
 XX.XXXXX, X.XXXXX

[Editar](#)

Notas do Estuço para o Técnico Habilitado

Se toda informação estiver correta, só tem de gerar o Termo de Responsabilidade, assinar e submetê-lo novamente. Depois, finalizar e o processo estará submetido!

[Descarregar Termo de Responsabilidade](#)

Declaro sob a minha responsabilidade, na qualidade de promotor e para efeitos da alínea c) do nº 1 do artigo 9º do Decreto Regulamentar nº 9-A/2012, os dados relativos à identificação do pedregal constante na representação gráfica georreferenciada do prédio a que corresponde o presente processo.

[Voltar](#)
[Finalizar](#)

**eBUPi** J. Da Miguel Leandro

---

**Novo processo**

Coordenadas do Contribuinte: **Ocupação 47864g PT 796d 047d** Geográficas WGS84 (Lat, Long):  
 XXXX.XX, XXXX.XX XX.XXXX, X.XXXX [Editar](#)

Notas do Estoque para o Técnico Habilitado

Se toda informação estiver correta, só tem de gerar o Termo de Responsabilidade, assinar e submetê-lo novamente. Depois, finalizar e o processo estará submetido!

[Descarregar Termo de Responsabilidade](#)

Declaro sob a minha responsabilidade, na qualidade de promotor e para efeitos da alínea c) do nº4 do artigo 9º do Decreto Regulamentar nº 3-A/2012, os dados relativos à identificação do pedagogo constante da representação gráfica georreferenciada do prédio a que corresponde o presente processo.

[Voltar](#) [Finalizar](#)

---

 **eBUPi** |  **REPÚBLICA PORTUGUESA**  
Serviço Legal | Serviço Digital de Justiça

 PARCELOAS 005111018 ENEMAP |  AGRIAR |  **ICNF**

 FINANCIADO POR COMPETE 2020 |  **PRR** |  Financiado pela União Europeia

Pêlo de M. Da Miguel Leandro, Técnico de Informática, C. da Costa, 100, 1000-000, Lisboa

Nº. Processo: XXXXXX

Data entrada: DD/MM/AAAA

**Dados do Prédio**

Concelho	Freguesia	Natureza	Nº. Matriz
XXXXXX	XXXXXX XXXXXX	Rústico	X

**Dados da Pessoa**

Nome	Identificação	Qualidade
Miguel Leandro	XXXXXXXXXX	Promotor, Titular

**Representação Gráfica Georreferenciada****Área**  
XXXXX.XX m<sup>2</sup>**Coordenadas do Centroide**  
**Oficiais ETRS89 PT-TM06 (M,P):** -XXXXX.XX, XXXXXX.XX  
**Geográficas WGS84 (Lat, Long):** XX.XXXXX, -X.XXXXX

Miguel Leandro, na qualidade de promotor, declara ser da sua inteira responsabilidade os dados relativos à delimitação do polígono constante da RGG do processo XXXXXX.

ASSINATURA DO PROMOTOR

\_\_\_\_\_  
DD/MM/AAAA  
Promotor

### Filtrar processos

Nº Processo	Tipo de Processo	
<input type="text"/>	<input type="text"/>	
Data de Entrada	Títular/Promotor	
<input type="text" value="dd/mm/yyyy"/>	<input type="text"/>	
Estado da RGQ	Estado do Esboço	Tem Rgp?
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="button" value="Voltar"/>	<input type="button" value="Pesquisar"/>	

### Os meus processos

3 processos encontrados

Nº Processo	Tipo	Data entrada	Títular/Promotor	Tem RGP?	Estado
XXXXX	Esboço	DDMMAAAA	Promotor	<input checked="" type="checkbox"/>	Aguarda validação

1 - 1 de 1